

CAPÍTULO I

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 - Introdução

Este trabalho discute o processo de mudança social no âmbito de uma sociedade considerada tradicional, tomando como foco de atenção, o papel da memória na re-configuração social e preservação cultural. Para tanto, foram escolhidas duas coletividades do município de Curaçá, estado da Bahia, situadas em espaços geográficos distintos e com tipos de atividade e formas de relacionamentos diferentes: a Fazenda do Meio e a Fazenda Melancia.

Às margens do rio São Francisco, onde viviam os *beiradeiros*, e a 35 km da sede do município, localiza-se a Fazenda do Meio, com 38 casas que abrigam 175 habitantes. Sua área territorial é de aproximadamente 400 hectares¹. Os moradores têm notícia de que o nome da fazenda tem origem na sua localização entre as comunidades de Barroca e Barra². Com acentuada tradição agrícola, essa fazenda passou por um processo de mudanças bastante significativas, não apenas como consequência da introdução de atividades e práticas impostas pela modernidade que imprimiram um novo modo de trabalho – a agricultura irrigada - mas também por ter o ciclo “natural”

¹ Informações passadas pelos moradores.

² O referencial é o rio São Francisco.

de vida interrompido abruptamente pela construção e fechamento das comportas do lago de Sobradinho em 1979.

A Fazenda Melancia está encravada na caatinga, a 24 km da sede do município. Possui, hoje, 10 casas e 21 moradores permanentes. Sua área territorial é de aproximadamente 1.000 hectares. A origem do seu nome é desconhecida pelos moradores. A atividade predominante é a pecuária extensiva e foi atingida também pelos ventos da modernidade, mas de forma indireta, de maneira que a estrutura do grupo não foi abalada significativamente, podendo os seus membros dar continuidade a suas atividades costumeiras, mantendo-se apegados ao sistema de relações de acordo com os parâmetros da tradição (Hobsbawm, 1997).

As diferenças quantitativas entre estes dois ambientes de estudo ficam mais claramente evidenciadas pela observação dos dados contidos no Anexo I, as quais demonstram, sinteticamente, a disparidade em termos de volume do rebanho, renda *per capita*, contingente demográfico, número de filhos morando com os pais, etc. Em comum, a circunstância da quase totalidade dos rendimentos provirem de aposentadorias e pensões.

Nas duas coletividades, o nível de escolaridade de seus moradores é bastante baixo. A Fazenda do Meio tem apenas uma pessoa originária do lugar que concluiu o segundo grau e se mantém relacionada à mesma. Na Fazenda Melancia, ao contrário, várias pessoas alcançaram esse nível de educação formal.

A maneira como os membros dessas coletividades se integram à sociedade mais abrangente e às localidades circunvizinhas também se dá de forma diferente. Entre os moradores da Fazenda do Meio, apenas um declarou possuir casa na cidade, poucos possuem filhos, que nela habitam, e suas ligações com as pessoas que

ocupam posições importantes dentro dela, são fracas. Enquanto isso, todos os moradores da Fazenda Melancia possuem casa na cidade, estabelecem algum tipo de vínculo com pessoas que comandam a política local, estabelecendo, em alguns casos, relações de proximidade; possuem filhos desenvolvendo atividades variadas, revelando uma certa mobilidade vertical ascendente, ao contrário dos filhos dos moradores da Fazenda do Meio, que permanecem relativamente na mesma posição (pedreiro, ajudante, marceneiro, etc.).

Esse fato tem origem na diferença de perspectivas entre *caatingueiros* e *beiradeiros*. Os habitantes da caatinga, a partir do início da década de 1960, passaram a buscar alternativas para seus filhos fora do lugar de moradia e os encaminharam com mais frequência para os estudos na cidade, criando, para isso, um suporte externo. Os moradores da beira do rio, por sua vez, embalados pelas possibilidades de sobrevivência através da agricultura irrigada, voltada para o mercado, acabaram por desenvolver uma política de permanência de seus filhos no local.

Beiradeiros e *caatingueiros* resultaram do mesmo processo de formação social da região, a partir da primeira metade do século XVII, quando o território regional passou a ser ocupado por criadores de gado, gerando conflitos com os índios durante um longo período, que se encerrou por volta do início do século XVIII, após a dizimação de muitas tribos, a redução de outras em missões organizadas pelos jesuítas e o confinamento dos índios que escaparam aos massacres e que não foram alcançados pela ação dos missionários, nas margens e em algumas ilhas do rio São Francisco, seu último refúgio. Para esses lugares, também acorreram fugitivos da justiça e escravos foragidos, que, ou formaram pequenos núcleos de quilombolas ou se fundiram com o gentio. Viviam da caça, da pesca e da pequena agricultura praticada na

pequena faixa de terra umedecida pelas enchentes, entregues a si mesmos, e, hora por outra, sendo alvo das investidas das forças de ataques, constituídas pelo governo ou pelos próprios fazendeiros, com o objetivo de estabelecerem controle sobre eles (Sobrinho, 1929, p. XLIV). Por volta desse período, a área da caatinga do município já estava completamente dominada pelos criadores, restando aos índios, aldeados ou arredios, o refúgio do rio, espaço evitado pelos criadores, não só por dificultar o controle sobre os animais, em face da abundância de água, como também em decorrência dos perigos dos atoleiros e dos constantes ataques dos jacarés, sobre as criações. Além do mais, conforme assinala Sobrinho (1951, p. XXII), as margens do rio caracterizavam-se por ser um ambiente insalubre, empestado de insetos e onde a malária se propagava de forma intensa. Com o aprofundamento da ocupação regional, as margens do rio e as ilhas foram controladas e apropriadas pelos criadores, que submeteram seus moradores transformando-os em agregados e ao mesmo tempo, passaram a utilizá-las para apascentar seus animais durante períodos de grandes estiagens. Em face das atividades que desenvolviam serem circunscritas à estreita faixa de terra que margeia o rio, e que era umedecida por ele e dele vivendo, os moradores desse espaço passaram a ser denominados ou a se autodenominar, em contraposição à população das caatingas, de *beiradeiros*. Eles não se envolveram com o trabalho de criação de animais, voltando suas atenções inteiramente para a pesca, para a agricultura de vazante, para a caça e para o artesanato, desenvolvido com base na palha de carnaúba.

A carnaúba configurou-se, por muito tempo, como um dos símbolos do rio, tanto pelo lugar que ocupava em sua paisagem, como pelas utilidades que dela se faziam. Além de proporcionar a extração da cera, fonte segura de renda para parte da

população, com a palha da carnaúba se faziam chapéus, esteiras, sacolas, coberturas das casas, a proteção do solo para evitar perda da umidade e com o caule, a linha das casas. Daí Andrade (1986, p. 173-174) chega a afirmar “*que há um complexo cultural na região, uma civilização da carnaúba (...) ao lado da civilização do couro, da civilização da cana-de-açúcar, da civilização do ouro e da civilização do café*”.

Os *beiradeiros* foram mantidos na dependência dos fazendeiros por um longo período. Detinham posição de inferioridade na hierarquia social, ficando abaixo dos agregados das fazendas, que se situavam nas caatingas. Praticavam atividades de caráter marginal em um contexto, onde a atividade básica era a pecuária, com a predominância do gado vacum. Desenvolveram um estilo de vida específico que se marcava pela indumentária (com destaque para o chapéu de palha e alpercata), pela alimentação baseada em legumes, peixe e farinha-de-mandioca; pelas casas que, em sua maioria, eram de palha ou de taipa; por ter a canoa como principal meio de transporte, pelo andar lento; pelo jeito arqueado dos braços e das pernas; pelos objetos de trabalho (enxada, barco, anzol, faca tipo peixeira, cesto), pelo espaço de circulação quase sempre restrito às proximidades da vizinhança, etc.

Somente a partir da primeira metade do século XX, muitos *beiradeiros* passaram a quebrar os laços de dependência, que os prendiam aos fazendeiros, ao se tornarem proprietários das terras onde habitavam.

Na caatinga, as terras foram integralmente ocupadas pelos criadores, tendo à frente os mandatários da Casa da Torre (Calmon, 1983; Nantes, 1979), de forma que, por volta do final do século XVII, não se registrava nenhum foco de resistência indígena e nem a existência de núcleos humanos, que estivessem fora do controle dos criadores. Pela própria natureza da pecuária extensiva desenvolvida na

região, conforme assinalou João Caldas Pereira citado por Abreu (1988, p. 140) e Gonçalves (1997), levantado um curral, construída uma casa - mesmo que precariamente - aberta uma pequena aguada e nesse ambiente, colocando-se dez novilhas, um touro, um casal de eqüinos e um vaqueiro, estavam povoadas três léguas de terra. O vaqueiro, deixado a si mesmo na lida diária com os animais, tinha que cuidar do rebanho e providenciar os meios necessários à sua sobrevivência, levando uma vida de isolamento. Coordenado à distância pelo proprietário ou por procuradores, vivia em um meio estranho, tendo que inventar, por si mesmo, formas de sobrevivência diante dos obstáculos impostos pelo dia-a-dia. Como os currais situavam-se sempre distantes uns dos outros, os contatos estabelecidos entre si, ou ocorriam ao acaso, ou se desenvolviam por força da exigência da labuta no campo aberto.

Os primeiros vaqueiros foram recrutados no litoral entre mestiços, portugueses pobres e índios “mansos” Calmon (1983), e posteriormente, na própria região, entre os índios domesticados nas missões e habitantes da margem do rio que se colocavam sob o jugo de algum fazendeiro (Gonçalves, 1997).

A partir do início do século XVIII, alguns portugueses, acompanhados de suas famílias, dirigiram-se para a região na condição de arrendatários e de sesmeiros, instalando-se nas fazendas e controlando mais de perto as atividades necessárias à pecuária. Com esses fazendeiros, vieram também escravos que eram ocupados na abertura de barragens e cacimbas, na construção de cercas, na agricultura e nas atividades domésticas.

Além dos vaqueiros, dos fazendeiros e dos escravos, um outro estrato da população constituído por agregados completava o quadro demográfico das caatingas. Tinham como condição básica de existência a agricultura, no período de chuva, a

criação de miunças e a prestação de serviços ocasionais aos proprietários das terras que ocupavam. Entre esses, alguns artífices: coureiros, ferreiros, carapinas e pedreiros.

Essa população vivendo na e da caatinga, desenvolveu um estilo de vida específico, que se caracterizava por um tipo de alimentação desprovido de leguminosas na maior parte do ano e pautado pelo consumo de farinha-de-mandioca, de carne seca, de leite e derivados, de mel e de caça; pela montaria como meio de transporte exclusivo; pelo estabelecimento de relações que em muito ultrapassavam o círculo da vizinhança; pela distância entre as moradias; pelo tipo de atividade e pelas relações de solidariedade específica e indispensáveis à prática da pecuária extensiva; pelo jeito de caminhar; pela indumentária. Os membros dessa população foram denominados de *caatingueiros* e se inscreveram no quadro ao qual Capistrano de Abreu denominou de “civilização do couro” (Andrade, 1986, p. 151) por terem o couro como matéria-prima básica de grande parte dos objetos pessoais e de trabalho.

A escolha de duas coletividades curaçenses não é fruto do acaso ou de comodidade. Como natural dessa municipalidade, há muito vinha tentando entender os mecanismos e as repercussões das mudanças na vida da gente do lugar. Se o município, pela sua configuração geográfica e sócio-econômica, apresenta duas realidades que sempre foram tomadas como distintas, o exame de dois ambientes sociais afetados de forma diferente e que apresentam características específicas, amplia a capacidade de compreensão dos processos sociais estudados. Por isso, a necessidade da análise integrar as duas realidades. E por que escolher especificamente estas duas coletividades? Assim como elas, poderiam ter sido outras. O único elemento ponderado quanto à escolha, tanto de uma como da outra, foi a facilidade de acesso físico, pois o município possui uma extensão territorial muito grande e a disponibilidade de tempo e

recursos para a realização dos trabalhos de pesquisa era mínima, circunscrevendo-se por meios próprios e à observação de um calendário apertado.

1.2 - O problema

Ao refletir sobre qualquer aspecto da vida do município de Curaçá ou mesmo da região, não se pode desconhecer que a partir de 1960 uma série de ocorrências alterou o seu panorama de existência. As ocorrências que, combinadas, acabaram por desencadear algumas mudanças, não foram suficientemente fortes para transformar completamente os traços constitutivos da cultura e do modo de vida local. Ao contrário, em alguns casos, elas foram absorvidas de tal modo que, em vez de produzirem transformações reforçaram o já existente, dando-lhe fôlego para que sobrevivesse. E, nos locais onde se fizeram sentir de forma mais intensa, produziram alterações evidentes. Observa-se que aí, os traços do passado ainda encontram abrigo e continuam dando sentido à vida e orientando as ações das pessoas.

Nesse ponto se deteve a nossa atenção, ou seja, como permanecem e sobrevivem aspectos de um modo de vida “tradicional” nessa sociedade envolvida em um processo mudança? Formulada dessa forma, a pergunta nos parece bastante ampla, requerendo o seu redimensionamento em termos mais específicos. Por isso, ela foi focada no campo da cultura. Mas, o termo cultura continuava oferecendo um campo

demasiado extenso. Portanto, estreitamos o foco de nossa atenção no *papel da memória no processo de re-configuração social e preservação cultural em uma situação de mudança social*. Isso significa dizer: pensar a relação entre memória, cultura e mudança; o que implica compreender uma situação de re-configuração social.

1.3 – O trabalho de campo, organização da pesquisa e conceitualização das categorias utilizadas

A pesquisa de campo foi realizada entre janeiro e maio de 2003 com várias visitas às coletividades, tanto nos finais de semana como em dias normais, sempre de acordo com a disponibilidade dos entrevistados ou em decorrência da necessidade da observação de alguns aspectos do dia-a-dia e de algumas atividades. Além das observações e das conversas dirigidas ou não programadas, entrevistei 17 pessoas na Fazenda do Meio e 16 na Fazenda Melancia (ver Anexo II). A título de subsídio entrevistei também 6 outras pessoas das adjacências e que mantêm contato íntimo com os moradores dessas fazendas. Apliquei um questionário em cada uma das unidades familiares de cada coletividade com objetivo de levantar informações quantitativas. A reconstrução e a compreensão da vida no espaço social onde a pesquisa foi realizada com base na memória de seus membros, principalmente, dada a ausência de registros escritos, pois o instrumento de transmissão de sua memória e de suas tradições era e continua sendo o discurso oral; os únicos documentos escritos se

reduzem a escrituras de compra e venda de terra e mesmo assim, esses documentos são de data recente. Ao empreender um extenso estudo sobre a formação e condições de existência no Vale do São Francisco na década de 1960, Pierson (1972) enfrentou a mesma dificuldade quando buscou as *raízes do passado* e a esse respeito anotou:

Nossos pesquisadores também encontraram dificuldades em obter dos habitantes locais informações precisas sobre o passado das localidades estudadas. Mesmo os habitantes mais idosos, que outras pessoas indicavam como ‘bem familiarizados’ com a história local, pouco conheciam a respeito (1972, Tomo I, p. 223).

O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos. No CAPÍTULO I constam a Introdução, as perspectivas metodológicas e os pressupostos teóricos. No CAPÍTULO II estão expostas informações gerais acerca do município, cuja intenção foi subsidiar a compreensão do cenário e do espaço no qual as coletividades estudadas estão inseridas. No CAPÍTULO III faz-se uma incursão no passado, em um esforço de reconstrução e compreensão de um tempo reflexivamente. No CAPÍTULO IV é tratada propriamente a questão da relação entre mudança e memória coletiva, e, finalmente, no CAPÍTULO V estão expostas as conclusões do trabalho.

Por se tratar de coletividades sem tradição escrita, o depoimento das pessoas que vivenciaram e continuam vivenciando as suas mudanças constitui o material que permite a compreensão da trama dos relacionamentos sociais, como também do lugar, dos objetos, da estruturação do espaço e das características ambientais. Sabe-se, no entanto, dos limites de compreensão ou da reconstrução desse passado, pois

...na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado (...) Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes

que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias (Bosi, 2001, p.55 e 59).

Alexando Portelli, citado por Arruda (2000, p.39), afirma a propósito da utilização de fontes orais que

A importância do testemunho oral pode situar-se não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. (...) Não temos, pois certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro.

Ortiz (2001, p. 78 e 79), alerta que mesmo estando os *relatos de vida contaminados pelas vivências posteriores ao fato relatado*, sua utilização permite a compreensão de um período *revelando-nos uma atmosfera que dificilmente poderia ser captada a partir de uma macroperspectiva da sociedade*, ainda que se leve em conta que eles descrevem o passado *muitas vezes em termos românticos, como se os indivíduos vivessem em tempo áureo no qual tudo era permitido e que as lembranças vêm carregadas de uma nostalgia que compromete uma avaliação aproximada do período*. A respeito desse traço nostálgico das lembranças do tempo passado, Williams (2000, p. 25), arremata:

Será apenas o velho hábito de usar o passado, os ‘bons tempos de antigamente’, como desculpa para criticar o presente? (...) Pode-se afirmar que a nostalgia é universal e persistente; só as nostalgias dos outros incomodam. Pode-se argumentar de modo convincente que as lembranças da infância têm uma importância permanente.

Não há como desprezar, e em certos casos torna-se obrigatório o testemunho oral, mesmo porque ele é a principal, quando não única, fonte de acesso ao conhecimento dos meandros da vida do grupo e, pela própria natureza do problema aqui abordado, não poderia ser de outra forma, pois a oralidade é o meio exclusivo de

sua comunicação. Dialogando sobre situação idêntica Martins (2000, p. 107) faz a seguinte assertiva:

Uma historiografia limitada a documentos escritos numa sociedade de iletrados encontra-se ela mesma num impasse que torna ilícita a tentativa de afrancesar a nossa perspectiva histórica, expressão aliás, de nossa alienação intelectual e de nossa desmemória.

Ao trabalhar com fontes orais evidencia-se a necessidade de se levar em conta que, além das lembranças implicarem uma reconstrução, elas implicam também uma seleção a respeito daquilo que deve ou não ser lembrado, do que é significativo e do que deve ser silenciado.

Mergulhar no passado de um grupo é buscar vestígios por onde se intenta a reconstrução de uma forma de existência, em que as condições concretas do vivido, muitas vezes, já desapareceram e aquilo que permanece sofreu modificações, ganhou novos significados através do processo coletivo de adaptação a contextos novos, construídos na trama contínua das relações sociais e nos contatos interculturais de relações diretas ou mediatizadas por objetos, informações, imagens, etc. Este passado se atualiza como presente e está amarrado em torno daquilo que é a linha orientadora deste trabalho e aqui lançando mão do pensamento de Maurice Halbwachs, denominar-se-á **memória coletiva**. Memória coletiva entendida como

uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém (Halbwachs, 1990, p.81),

que se faz na história vivida e não na história aprendida, ou como no dizer de Nora (1981, p. 9),

é a vida sempre carregada por seres vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e

manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações(...) um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente.

Afirma-se a memória coletiva, a partir dessa forma de entendimento, como o elemento vital da constituição da identidade ao levar os membros de um grupo a confundirem o seu passado, a se definirem à luz de seus próprios olhos, ao recrutá-los como sujeitos do grupo adotando pontos de vista idênticos e se investindo em uma mesma ordem de preocupações.

A memória coletiva é resultado dos processos interativos que os indivíduos estabelecem entre si no seu dia-a-dia, criando sentidos e significados comuns para os acontecimentos que são partilhados por todos aqueles que constituem um grupo social. Desta forma, o indivíduo se dispersa no grupo, mas não perde sua existência enquanto ser particular.

... a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 51).

Isto significa dizer que há uma memória pessoal e outra social e que a primeira se apóia na segunda, uma vez que se reforça nas imagens, nas práticas e nos significados criados pelo grupo. Daí seu caráter persistente dado que

a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bastante alterada (Halbwachs, 1990, p. 71).

O passado encontra formas de persistência pelo ressurgimento de correntes de pensamento antigas

que haviam desaparecido apenas em aparência. (...) Mas o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, e que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebamos disto, geralmente. Mas basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre antigas camadas que afloram em mais de um lugar (Halbwachs, 1990, 67, 68).

Ainda que diante de grandes transformações pode ocorrer que os membros do grupo se esforcem para apagar os traços da ruptura e

...mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, mesmo que o estejam, o melhor meio de fazê-las criar raiz, é ajudá-las em tudo aquilo que se puder aproveitar das tradições. Então, depois dessas crises repetir-se-á: é preciso recomeçar do ponto onde fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas do início. E depois de algum tempo, com efeito, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio da continuidade. Essa ilusão, da qual nos desembaraçaremos logo, terá pelo menos permitido que passemos de uma etapa a outra sem que a memória coletiva tivesse em nenhum momento o sentimento de se interromper (Halbwachs, 1990, 84).

A memória coletiva não pode ser pensada sem que levemos em conta o conceito de tempo. Na apreensão de Halbwachs, tempo pressupõe a representação de um meio contínuo, que não muda e que permanece *o mesmo hoje como ontem, de maneira que podemos encontrar ontem dentro do hoje se mantendo de algum modo imóvel por um período bastante longo (...) uma série sucessiva de fatos* representados em um meio contínuo que serve de quadro comum para o pensamento de um grupo durante um período, conservando quase a mesma estrutura, marcado por uma natureza e tendo *sua atenção voltada aos mesmos objetos*, configurando-se dessa forma como um quadro imóvel *onde todos os acontecimentos se concatenam* (1990, p. 118, 120, 121, 127).

Assim, quando a sociedade foi submetida a uma modificação profunda, parece que a memória atinge por dois caminhos diferentes as lembranças que correspondem a esses dois períodos sucessivos e não volta, de uma para o outro, de modo contínuo. Há na realidade dois tempos nos quais conservam dois quadros de pensamento, e é tanto num como no outro que é preciso nos colocarmos para encontrar as lembranças em cada um dos quadros onde estão localizadas (Halbwachs, 1990, p. 126)

A memória coletiva, como o tempo e o espaço³, é específica de cada grupo, podendo haver *tantas memórias quantos forem os grupos*. Também não apresenta linhas esquemáticas uma vez que se estrutura em um emaranhado confuso, como se fosse constituída das várias estampas de uma colcha de retalhos. Ela não comporta ordem e classificação e se espraia por todas as dimensões da vida. Ela é um absoluto e se enraíza no concreto.

Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções (Nora, 1981, p. 9).

Como a memória coletiva é algo vivido,

...é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse oportunidade de encontrar por muito tempo em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. É porque, geralmente, a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (Halbwachs, 1990, p. 80)

É por comungar com essa idéia que Nora (1981) conclui que

Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. (...) Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (...) Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares⁴. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história.

³ Halbwachs salienta que a base espacial é uma condição essencial para a existência de alguns grupos porque estes se constituem em função dos indivíduos estarem próximos, mas entende que existem formações sociais que se instituem em função da posição de seus membros em torno de atividades, fê, relações jurídicas (1990, p. 139).

⁴ Lugar de memória, segundo Nora, seriam os arquivos, museus, monumentos, comemorações, etc.

Isto porque a história é exterior, esquemática, seletiva, *operação intelectual laicizante, demanda análise e discurso crítico* e a deslegitimação do passado vivido. A memória não comporta abstrações, distanciamento, transmissão por vias externas. Ela se nutre da e na vivência e por isso, só persiste aquilo que encontra sentido no dia-a-dia dos membros de um grupo que lhe dão suporte e nela se suportam. Embora imprescindível das lembranças, está para além delas, uma vez que estas podem se descolar do plano do concreto e subsistir como exercício de evocação daquilo que já foi. A memória, ao contrário, nas palavras de Giddens (1995, p. 81),

é um processo ativo, social... (...) Nós reproduzimos continuamente memórias de acontecimentos ou estado passados, e estas repetições conferem continuidade à experiência.

Godoi (1999, p. 28) sintetizou a memória coletiva como sendo *a organização ativa das experiências vividas*.

Memória coletiva e tradição são partes constitutivas do mesmo processo social e não podem ser separadas, sendo até mesmo difícil distinguí-las. A tradição, como a memória, implica continuidade do passado, repetição, controle do tempo, é uma orientação para o passado onde este desempenha uma enorme influência sobre o presente e organiza o futuro, uma vez que *representa não apenas o que 'é' feito em uma sociedade, mas o que 'deve ser' feito*, mesmo os componentes normativos da tradição não sendo *necessariamente enunciados* (Giddens, 1995, p. 84). Entretanto nenhum dos autores estudados e que se reportaram à tradição apresentaram um conceito satisfatório que contribuísse para clarificar a distinção entre ela e a memória coletiva; Giddens (1995, p. 80) diz de maneira vaga que *a tradição é a cola que une as ordens sociais pré-modernas...*; Halbwachs, Bosis e Nora, até onde pude compreender, não se

preocupam em fazer tal distinção , embora deixem a entender que não são a mesma coisa; Canclini (2000), conduz a pensar a apreensão de uma sociedade tradicional como *um ordem social que não pode ser modificada e por isso é vista como natural ou sobre-humana*, portanto, sagrada. E o sagrado compreendido a partir de dois componentes: *o que vai além da compreensão e da explicação do homem e que ultrapassa sua possibilidade de mudá-lo* (2000, p. 192). Boudon & Bourricaud ao discutirem a questão concluem que *noção de sociedade tradicional não tem muito sentido* embora reconheçam que

a noção de tradição tem um, ou mesmo vários [sentidos], cuja análise é muito útil ao sociólogo. Pode-se falar de tradição a propósito de um grande número de condutas sociais muito diferentes e que podem se produzir nas sociedades mais diversas e, eventualmente, mais modernas (2000, p. 585).

Esses autores encerram a tradição dentro daquilo que nos prende e que nos faz ceder *a uma maneira de ser, de fazer ou de sentir unicamente sob o pretexto de que 'sempre se agiu assim'*. Segundo eles

a noção de sociedade tradicional não constitui *um* tipo único que nos permite distinguir claramente um conjunto de sociedades de outra que não pertencem a esse tipo (Boudon & Bourricaud ,2000, p.584).

Referem-se às acentuadas diferenças entre o Egito dos faraós, as sociedades primitivas, a Babilônia, o Santo Império Romano-Germânico. Indicam que

o que permite a inclusão dessas sociedades tão diversas numa mesma categoria não é a presença de traços comuns, mas a *ausência* de certos traços, como a alta produtividade do trabalho e a intensidade e a frequência das trocas interpessoais, geralmente atribuídas às sociedades modernas (Boudon & Bourricaud 2000, p.584).

Hobsbawm (1997), distingue duas ordens de tradição: as tradições inventadas e as tradições genuínas. Para ele, estas últimas são caracterizadas por decorrerem da conservação não deliberada dos velhos costumes. *Não é necessário*

recuperar nem inventar tradições quando os velhos costumes se conservam. Já as tradições inventadas decorrem de um certo nível de deliberação, com o intuito restaurador, pautando pela artificialidade daquilo que institui e que surge como reação às mudanças ocorridas, em uma tentativa de estabelecer continuidade com o passado histórico, ou como resultado da reestruturação da vida em face de novas situações ou necessidades.

O objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive as inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. (...) ...espera-se que ela (*a invenção*) ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas (Hobsbawm, 1997, p. 10 e 12).

Outra característica da tradição, segundo o mesmo autor, é que ela não pode ser justificada do ponto de vista pragmático. Pare ele, *os objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático.*

Feita a incursão por esses autores, cheguei ao final sem um conceito claro de tradição e de sua diferenciação da memória coletiva. Entretanto deparei que a tradição é o elemento referenciador da memória coletiva e que esta é seu operador, enraizando-a no presente. Fazendo uma representação figurativa: a tradição é a moldura e a memória coletiva o seu quadro.

Embora um dos traços característicos da tradição seja a invariabilidade, ela está continuamente se transformando e sua persistência deriva

do ‘trabalho’ contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado. (...) A tradição é necessariamente ativa e interpretativa (Giddens, 1995, p. 82).

É nessa perspectiva que Canclini (2000) conclui que *a reprodução das tradições não exige fechar-se à modernização*, e se opõe à idéia de que *o destino fatal dos grupos tradicionais* seja ficar de fora da modernidade (2000, p. 238 e 239), pois

toda cultura é o resultado de uma seleção e de uma combinação, sempre renovada, de suas fontes (...) é produto de uma encenação, na qual se escolhe e se adapta o que vai ser representado, de acordo com o que os receptores podem escutar, ver e compreender (2000, p. 200 e 201).

Sugere que *o caráter processual do patrimônio e sua transformação nas sociedades contemporâneas poderia organizar-se conforme a diferença proposta por Raymond Williams entre o arcaico, o residual e o emergente, mais que pela oposição entre tradicional e moderno* e esclarece:

O *arcaico* é o que pertence ao passado e é reconhecido como tal por aqueles que hoje o revivem, quase sempre ‘de um modo deliberadamente especializado’. Ao contrário, o *residual* formou-se no passado, mas ainda se encontra em atividade dentro dos processos culturais. O *emergente* designa os novos significados e valores, novas práticas e relações sociais (2000, p. 198).

As coletividades estudadas não foram apreendidas como formando mundos à parte, isolados do contexto externo. Evidentemente que suas realidades observadas anteriormente, revelavam uma situação de pouco contato e de pouco intercâmbio com as sociedades envolventes, e deixava clara a existência de grandes contrastes. No período recente os contrastes derivam não mais de características decorrentes de uma situação de isolamento, mas da forma como estas localidades se integram e interagem com o mundo global, seguindo as pistas de Cavalcanti (1999, p. 124) quando afirma *que local e global constituem pares em*

relação, ainda que sejam centros de distintas relações de poder, e que nesse sentido não formam mundos à parte.

Foi a partir das contribuições teóricas dos autores mencionados que enveredei no exame do problema a que me propus neste trabalho. As áreas das comunidades, objeto de estudo, localizam-se no município de Curaçá, cujas características serão evidenciadas no próximo Capítulo.

CAPÍTULO II

MUNICÍPIO DE CURAÇÁ: ESPAÇO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

2.1 -Aspectos geográficos, sociais e históricos do município

O município de Curaçá (Mapa 1 – Anexo IV) localiza-se no extremo Norte do estado da Bahia, região do Submédio São Francisco, faz divisa com o estado de Pernambuco através da margem direita do rio São Francisco, em um percurso de 120 km, tendo como municípios fronteiriços pelo lado pernambucano Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Cabrobó. Pelo lado baiano, divisa com os municípios de Abaré, Chorrochó, Uauá, Jaguarari e Juazeiro. Possui, atualmente, uma área de 6.449,3 km², segundo o IBGE. A sede municipal encontra-se a uma altitude de 350 metros. Sua área está completamente compreendida no polígono das secas e seu clima é semi-árido. O município conta, hoje, com cinco distritos, (Riacho Seco a 42 km da sede, 38,7% da população, 13,0% urbana; Barro Vermelho, a 54 km, 3% da população, 25,4% urbana; Patamuté, a 84 km, 12,5% da população, 11,0% urbana; Poço de Fora, a 78 km, 7% da população, 28,0% urbana; o distrito sede Curaçá com 38,8% da população, 70,5% urbana) três povoados (São Bento, distante 42 km da sede municipal; Mundo Novo, 96 km; Pedra Branca, 91 km) e 14 agrovilas (102 km da sede) resultantes de

assentamentos de trabalhadores rurais transplantados pela CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco - da área inundada pela barragem de Itaparica.

A população do município, segundo o IBGE – Censo Demográfico 2000, é de 29.400 habitantes, sendo 10.750 (36,6%) residentes na zona urbana e 18.650 (63,4%) residentes na zona rural, com uma taxa de analfabetismo de 29,6%. De acordo com os dados do IBGE – Censo 2000, o município apresentou a maior taxa de crescimento populacional da região, com a taxa de crescimento da população rural em ritmo idêntico à taxa de crescimento urbano no município.

Embora os dados do IBGE não proporcionem a identificação da população *caatingueira* e *beiradeira*, o exame dos dados coletados pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA - no município de Curaçá, contribuiu para a montagem do Quadro 3 (Anexo III), que demonstra que 6.733 pessoas (18,7% da população)⁵ se concentra, hoje, em uma área estimada de 5,6% (360 km²) do território do município situado a até três quilômetros da margem do rio, incluindo a população do Projeto Pedra Branca⁶, 3.426 pessoas (9,5% da população), sobe para 28,2% da população na área de agricultura, o que representa uma densidade populacional de 21,6 habitantes por km². Desse cômputo estão excetuados os moradores nas sedes de distritos e povoados localizados nas margens do rio que representam, segundo essa mesma instituição, 30,5% da população total⁷ e que somados à população rural da área ribeirinha e mais a

⁵ De acordo com os dados da FUNASA a população de Curaçá no ano de 2002 era de 36.072 habitantes, entre os quais habitavam na faixa de até três quilômetros da margem do rio 6.733 pessoas, excetuando a população dos povoados e sedes de distritos

⁶ - O Projeto Pedra Branca se situe a 10 km de distância da margem, é agrícola e ocupa 11.000 hectares ou 110 km². 2.700 hectares com estrutura para irrigação.

⁷ Os dados coletados pelo IBGE – Censo 2000, não permitem uma clara identificação da população caatingueira e ribeirinha. O distrito sede (Curaçá) e Riacho Seco se confrontam com o rio e juntos possuem 77,5% da população do município com um contingente rural de 13.289 habitantes (58%). Entretanto esses dois distritos possuem uma área vasta na caatinga e não permitem uma clara identificação do contingente ribeirinho. Segundo o IBGE – Censo Agropecuário 1996, a área dos estabelecimentos destinada à pecuária no município ocupava 85,01% da área total

do Projeto Pedra Branca alcança o percentual de 58,7% da população do município em uma área de 470 km² (7,3%) desse município).

A área do município situada às margens do rio São Francisco, em toda a sua extensão, conta com uma rede de energia elétrica e possui 120 km de estrada asfaltada passando a uma distância média de 3 km do rio.

Na zona rural da caatinga vivem 12.671 habitantes do município, 35,1% do total, segundo a FUNASA, que sobe para 41,3% quando se inclui a população urbana que habita nas sedes dos distritos e povoados aí localizados que é de 6,2%, com 2.239 pessoas. Analisando os dados do IBGE – Censo 2000, observa-se que o percentual da população compreendida-o entre as faixas de 0 a 29 anos cai, nos distritos da caatinga, em até 20 pontos percentuais quando comparada com a mesma faixa de idade da população dos distritos ribeirinhos, invertendo-se essa proporção quando se observam os dados relativos à população de 60 anos ou mais.

O número de estabelecimentos rurais é de 2.510 (*IBGE – Censo Agropecuário, 1996*); existem 390 empresas dos setores do comércio, indústria e serviço (*SEBRAE-BA, 1999*). A taxa de urbanização acima apontada, em verdade, é bem menor se levarmos em conta o fato do contingente significativo do que se classifica como população urbana – definida pelo local de moradia – desenvolver suas atividades no campo utilizando os núcleos urbanos apenas como espaço de pernoite.

A origem do município de Curaçá está vinculada à história da ocupação da região do Vale do São Francisco que teve seu início na primeira metade do século XVII. A partir desse período os primeiros ocupantes não-índios da região implantaram currais nos ermos das caatingas e, em 1671, o padre Martinho de Nantes ao chegar à localidade conhecida pelo nome de Pambu, registrou a existência de *uma capela*

construída pelos portugueses toda de taipa. Reúnem-se aí pelo Natal e na Páscoa, vindos de trinta léguas e mais ao redor, para aí cumprirem as suas devoções (Nantes, 1979, p.35). Ao estabelecer-se nessa localidade com a finalidade de aldear índios, ela se fortaleceu como ponto aglomerador e constituiu-se como o primeiro núcleo humano não exclusivamente indígena em toda a região do Médio e Submédio São Francisco. Em 1714, Pambu é elevada à condição de paróquia; em 1724, à condição de distrito; em 1743, à condição de julgado e à categoria de vila em 1832⁸, abrangendo a área que ia do riacho Curaçá até Santo Antônio da Glória, próximo à cachoeira de Paulo Afonso; caatinga a dentro divisava-se com Geremoabo e Monte Santo (IBGE: Sinopse Estatística, 1948). Em 1853, pela Resolução número 488, assinada pelo Vice-Presidente da Província da Bahia, *a séde da villa da freguezia do Pambu é transferida para a povoação de Capim Grosso e desliga a freguesia de Santo Antônio da Glória de seus domínios, ficando composto pelos distritos de Curaçá, Barro Vermelho, Ibó, Patamuté e Chorrochó. Neste ano, 1853,*

o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Hafeld, que percorreu todo o rio São Francisco, em missão de estudo, registrou a existência de 59 casas e cerca de 300 habitantes no povoado de Capim Grosso ou Sítio do Bom Jesus⁹. (...) De acordo com suas anotações, em Pambu, nessa mesma ocasião havia *cerca de 30 casas, que quasi todas em péssimo estado e a Vila parece despovoada de seus habitantes, dos quais contam-se em mais ou menos 140 que vivem aparentemente em pobreza e miséria.* (Lopes, 2000, p.9)

Em 1890, em virtude de ato institucional de autoridades da província da Bahia, o município, que até então recebia a denominação de Capim Grosso, passou a ser denominado Curaçá¹⁰. Até 1953, a área do município era de 10.628 km², quando

⁸ Vila, no caso, tinha a equivalência do que hoje é denominado município. Possuía câmara e delimitação territorial própria.

⁹ Estes foram os primeiros topônimos do município de Curaçá.

¹⁰ Provavelmente o nome esteja ligado à expressão “sertão de corassá”, utilizada já nos primeiros escritos sobre a região. Em linguagem caririir curaçá significa paus trançados.

com o desmembramento do distrito de Chorrochó, que foi elevado à categoria de município, esse abarcou também as terras que compreendiam o distrito de Ibó. A área de Curaçá sofreu redução em 3.919 km², perdendo, inclusive, o povoado de Pambu, primeira sede do município (Lopes, 2000, p. 62).

A configuração geográfica do município, caracterizada pela irregularidade de sua distribuição territorial (ver ANEXO III), impõe uma série de dificuldades, tanto pela sua extensão, levando-o a divisar com oito municípios, fato que provoca evasão da maior parte de suas receitas, como também por, embora ser banhado pelo rio São Francisco em uma extensão significativa, possuir a imensidão de seus domínios na área da caatinga. Este aspecto faz com que a população se diferencie no presente e tenha se diferenciado no passado, em face de duas atividades básicas: a agricultura, antes de vazante e hoje de irrigação, e a pecuária extensiva. No passado, essa diferenciação assinalava a existência de dois tipos fundamentais: o *beiradeiro*¹¹ e o *caatingueiro*¹², embora houvesse uma pequena parte da população que se diferenciasse

¹¹ *Beiradeiro* era o nome através do qual era designado e se autodesignava o habitante que vivia na beira do rio e do rio. Pessoa que vivia de roça e estava submetida ao ciclo do rio. Os *beiradeiros* dedicavam-se fundamentalmente à pesca, à agricultura de vazante, à extração de cera-de-carnaúba, ao trabalho na fabricação de farinha-de-mandioca, de rapadura e mel de engenho e ao artesanato em palha e em barro. Via de regra, as terras habitadas pelos *beiradeiros* pertenciam a criadores que as possuíam com o objetivo de para elas deslocar seus rebanhos nos períodos de seca, com o fito de “refrigerar” (recuperar) seus animais, embora alguns entre eles fossem donos das roças onde habitavam. Aqueles que nelas viviam, na condição de agregados ou não, desenvolviam suas atividades na estreitíssima faixa de terra umedecida pelas águas do rio, que raramente ia além de 100 metros de largura, isto do lado baiano onde o terreno agricultável é mais estreito. Por volta de 1950 as terras da margem do rio já estavam bastante retalhadas, sendo poucas aquelas propriedades que iam além dos 100 metros de largura. O termo tanto era utilizado por eles (os *beiradeiros*) para se distinguirem dos *caatingueiros* como também para se distinguirem do habitante da cidade.

¹² *Caatingueiro*, em contraposição ao *beiradeiro*, é um termo genérico de autodesignação do habitante que vive na caatinga e da caatinga. Não constitui ofensa chamar alguém de caatingueiro, entretanto o termo não é sinônimo de matuto. Na apreensão local, matuto é quem vive no mato e quem vive no mato é bicho. Assim, quando um caatingueiro está na cidade ele diz que vai para as caatingas, e quando está nas caatingas e sai à procura de algum animal diz que vai para o campo ou para o mato. O mato é sinônimo de selvagem. A expressão “bicho do mato” não diz respeito aos animais domesticados. O animal domesticado é chamado de criação ou bicho bruto. Embora entre aqueles que se definem como *caatingueiros* a maioria fosse dos que lidavam com criatório, o termo é extensivo a todo o habitante da caatinga.

por suas especializações mais urbanas (funcionários públicos, comerciantes, artesãos e trabalhadores em atividades secundárias tais como: lavadeiras, carregadores, etc).

2.2 – Conquista e ocupação do território

A ocupação da área compreendida pelo município de Curaçá se processou de forma conflituosa, envolvendo lutas entre os índios de diversos grupos étnicos que ali haviam se refugiado e os criadores de gado. Essas lutas só diminuíram a intensidade, quando aqueles, já bastante reduzidos e “domesticados”¹³, perderam a capacidade de oferecer resistência armada e se abrigaram nas missões, para quem a Coroa reservava uma légua quadrada de terra nas ilhas e nos lugares inóspitos das margens do rio, por volta do ano de 1700 (Calmon, 1983 e Freire, 1906, p. 139), para onde acorriam também escravos fugitivos e foragidos da justiça, fundindo-se por vezes com a população indígena, formando pequenos aglomerados humanos que causavam temor aos fazendeiros e provocava reações violentas do governo (Sobrinho, 1929: XLIV). Na caatinga, as fazendas iam sendo implantadas, incorporando léguas de terras a partir da utilização da mão-de-obra de mestiços, “índios mansos” e portugueses pobres, sob a batuta de pouquíssimos fazendeiros, notabilizando-se a família d’Ávila, donatária da Casa da Torre, que se apossara da quase totalidade das terras do Vale do São Francisco e parte considerável das terras do Piauí, Ceará e até da Paraíba. No transcorrer da história, este vasto “império territorial” se desdobra em muitas propriedades, mas deixa atrás de si a tradição de mandonismo e submissão de uma

¹³ Expressão utilizada pelo padre Martinho de Nantes, cujo papel principal era a catequese indígena na região.

vasta camada da população que não teve, durante longo período, a possibilidade de adquirir terra própria, sendo forçada a viver sob o jugo de algum fazendeiro. Isso porque não havia espaço para apropriação independente de terra na caatinga, porque cada fazendeiro alargava seus domínios de acordo com suas conveniências, observando apenas os impedimentos interpostos por iguais. É a partir desse contexto que se esboça a estrutura fundiária da região e do município de Curaçá.

A população da caatinga diferenciava-se dos habitantes da margem do rio por estar mais diretamente sob o jugo dos fazendeiros, vivendo como vaqueiros, agregados, ou sob a condição de escravidão. A população da beira do rio, entretanto, a partir do momento que os fazendeiros se deram conta da importância das margens e das ilhas para o refrigério do gado nos períodos de seca, passa a ser molestada e colocada também diretamente debaixo de seu jugo, quando não era completamente desbaratada ao esboçar reação à invasão do gado trazido da caatinga e que era lançado dentro de suas plantações (Nantes, 1979). Paulatinamente, os moradores do rio também foram subjugados e criadores acabaram por ocupar todas as terras, transformando aqueles em agregados, processo que se consolida no final do século XVIII, condenando-os a dormitarem na pobreza. Na margem do rio São Francisco, as atividades giravam em torno da pesca, do extrativismo da palha e da cera de carnaúba, das plantações de vazante e do fabrico de farinha de mandioca e de rapadura. Na caatinga, as atividades giravam em torno da pecuária, tendo como atividade subsidiária a agricultura, no período de chuva, o extrativismo animal (caça, penas e peles de animais nativos), vegetal (casca de angico, fibra de caroá, lã de bofó, mel de abelha e frutos silvestres) e mineral (salitre).

No relato que fez a respeito da viagem pelo S. Francisco, em 1879, o engenheiro Teodoro Sampaio, ao percorrer o trecho Boa Vista-Juazeiro, escreveu:

Daqui pra cima, em ambas as margens do Rio São Francisco não faltam moradores. A população é mesmo numerosa, bem que pouco produtiva. Vive alheia às leis econômicas. Produz apenas o preciso para viver. Não importa, porque não produz para trocar, nem troca ou permuta, porque não tem mercado onde fazê-lo. (...) Nas estradas que margeiam o rio ou dele partem em direções diversas, as habitações se sucedem a miúdo, formando pequenas povoações, lugarejos insignificantes, e algumas vilas e cidades. Nas povoações ribeirinhas, o aspecto de pobreza e de atraso é extremo. Vive-se aí sem se saber de quê. Não se vê agricultura alguma, nem trabalho permanente. Na beira do rio, no lameiro das margens, onde a umidade resiste melhor à secura do ar, descobrem-se às vezes os restos de uma plantação de milho, de abóboras, de batatas doces e de mandioca, mais tudo em proporções minúsculas e muito pouco cuidadas (Sampaio, 1955, p. 70).

A produção da região tinha na criação de gado o seu esteio econômico básico, sendo a criação miunça e a agricultura subsidiárias. O comércio era diminuto e a economia estruturava-se de modo autárquico, sendo que o grosso da população vivia do extrativismo fundado na caça, na pesca, nos frutos silvestres e na pequena produção agrícola circunscrita a períodos específicos do ano.

2.3 - Estruturação fundiária

Com o declínio da pecuária, decorrente do fim do ciclo minerador e a concorrência dos rebanhos do Sul do país e daqueles desenvolvidos nas proximidades do litoral, a pecuária regional mergulha em uma longa crise que acabou por gerar condições para uma re-configuração fundiária regional. De meados do século XIX em

diante há uma onda emigratória de fazendeiros e descendentes em direção às capitais e cidades vizinhas, deixando estes suas terras e rebanhos aos cuidados de parentes e procuradores (Lins, 1983). Como assinala Freire,

Os inferiores em inteligência, ou os sem saúde para emigrar ou seguir a carreira militar, é que foram sucedendo os avós na administração dos domínios rurais; e estes reduzindo-se em importância e extensão; dividindo-se entre herdeiros distantes (1981. p.324).

Em Curaçá, mesmo aqueles que não saíram da região abandonaram suas fazendas e foram instalar residência na sede do município ou nas sedes dos distritos. Esse processo embora tenha se iniciado em meados do século XIX, se aprofunda no início do século XX. Assim é que no final do século XIX, a cidade de Curaçá ganha ares de um centro civilizador na região, possuindo duas filarmônicas, um teatro – construído em 1895 – e uma escola de arte dramática com *regular funcionamento, dirigido por espíritos privilegiados para a sublime arte de Shakespeara (sic)* (Mattos, 1926, p.97). O que diferenciava Curaçá das demais cidades da circunvizinhança era o fato de aí haver um certo equilíbrio de poder entre os fazendeiros, o que implicou a inexistência de conflitos sérios e permitiu uma convivência pautada pela tolerância, fato que atraía personalidades de destaque das localidades próximas.

Na cidade ou nas sedes dos distritos, esses fazendeiros viviam na ociosidade, tendo notícia de suas fazendas através dos vaqueiros nos dias de feira, indo às mesmas apenas no breve período das chuvas e na época da ferra do gado e do “rólo de porteira”¹⁴. Aqueles com melhor posição enviavam seus filhos para estudos nas capitais de onde, só excepcionalmente, retornavam após concluídos os estudos. Sobre

¹⁴ “ Rólo de porteira” era a denominação que davam à ocasião em que os fazendeiros comercializavam o gado com os boiadeiros em suas fazendas.

esse aspecto João Mattos, em uma obra sobre o município, reproduz parte de um artigo publicado em um boletim da Diretoria de Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia datado de 1906:

... o bahiano de hoje foge do campo, tem horror ao trabalho, e só procura pertencer à classe dos intelectuais, para encartar-se nas repartições, já abarrotadas, ou emigrar para os outros Estados, de um modo ou de outro concorrendo cada vez mais para depauperar esta infeliz terra (Mattos, 1926 p.72).

Ainda não foi realizado um estudo sobre a fragmentação da área das fazendas no município de Curaçá. A realização de um estudo dessa natureza enfrentaria uma certa dificuldade, uma vez que, o cartório local foi alvo de incêndio na década de 1950 e a grande parte dos livros de Registro de Imóveis foi queimada e outra parte foi perdida em um acidente de barco no rio São Francisco, por ocasião de seu transporte do povoado de Pambu até Curaçá. Entretanto, documentos esparsos, as lembranças dos mais velhos e a constatação de uma série de escrituras lavradas a partir dos primeiros anos do século XX, oferecem uma idéia da dimensão da fragmentação. Hoje, com exceção de menos de uma dezena, as fazendas foram retalhadas em uma quantidade significativa de sítios e são possuídas em sistema de condomínio por inúmeros proprietários. O processo de fragmentação das terras das fazendas, até o final do século XIX, com poucas exceções, foi provocado por herança. A partir da primeira metade do século XX, acresceu-se à fragmentação por herança, um processo intenso de venda de posses a vaqueiros e moradores, até então vivendo nas terras na condição de agregados, independentemente se na caatinga, ou se na beira do rio. Estes, por sua vez, intensificaram esse processo tanto em decorrência de herança como em decorrência de venda que efetuaram. Como as terras não eram dimensionadas em área, mas pelo valor estimado da fazenda, expresso em mil réis, não possuindo delimitações precisas, uma

única escritura de posse dava origem a outras tantas. Veja-se que mesmo quando as escrituras indicavam os marcos, estes eram por demais provisórios sendo corroídos logo, logo na memória e pela ação do tempo. Ilustrando essa situação podemos citar o caso que segue:

... conferidos na Procuração bastante que apresentou que eu Tabelião vi lir examinei o agir legal disse que vendia como de fato vendido tinha um pedaço de terra com as extremas seguintes principiando duas braças e meia abaixo da esquina da frente da Igreja do Senhor Bom Jesus do Curaçá da parte do Rio, e seguindo rio acima até o canto de cima do cercado, digo, acima até onde fizer meio entre o primeiro forno, e o canto do cercado do Senhor Major Manoel Gonçalves Torres, tendo de fundo a mesma distância da frente, cujas terras são da propriedade da Casa da Torre, citas no Termo desta Vila, pela quantia de cincoenta mil réis... (Livro nº 2, ano de 1842 a 1852, fls.30v a 31v – Cartório de Registro de Imóveis de Curaçá)

Este documento, datado de 1842, não possibilita hoje nenhuma identificação, sendo o único marco referencial a Igreja. Entretanto, ainda sugeria uma certa noção de área, mesmo que circunscrito ao tempo. Em outros, a situação ainda era mais indefinida como no extrato citado abaixo:

Valdemar Torres Brandão Ofc: Vitalício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Curaçá, Certifico que às fls 131 do livro 3ª foi feito hoje sob nº 876 descrição do imóvel seguinte: uma posse de terra na fazenda Genipapo neste 1º distrito sede termo e Comarca de Curaçá. Nome do Adquirente: Antônio Francisco do Nascimento e transmitente Napolião Carlos Augusto de Moron. Valor do contrato foi de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro). Documento datado de 1953¹⁵.

A partir da década de 1960, alguns vaqueiros e agregados, por terem um amplo período de moradia na terra, mesmo não dispondo de escritura, passaram a reivindicar direitos sobre ela, direito esse que se consolida, segundo pensamento

¹⁵ Em outras escrituras, referem-se apenas a um imóvel na fazenda tal, avaliada em valor tal, mas não especificam a área de terra e nem a sua localização dentro da fazenda. Quando as escrituras se referiam à terra da margem do rio, elas especificavam a quantidade de braças (2,20m cada braça) tomando como parâmetro a extensão da área de margem. Assim indicavam: Fulano de tal adquiriu de Beltrano 25 braças de terra na margem do rio São Francisco e os fundos, na fazenda tal. Não especificavam o seu limite, o que dava margem aos proprietários reivindicarem o direito sobre áreas a longas distâncias do rio.

corrente, pelo pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR - que chamam de “INCRA” ou “o papel do INCRA”. Recolhem anualmente uma taxa na Receita Federal e assim, a partir desse entendimento, se declaram donos, mesmo com a censura dos demais vizinhos, que os vêem como posseiros¹⁶. O desenrolar do processo de fragmentação das propriedades acabou por inviabilizar a permanência de grande parte dos membros das famílias na terra, recorrendo parte considerável da população rural à emigração. Se esse processo se fazia sentir na caatinga, na margem do rio, pela atividade predominante ser a agricultura e esta requerer uso concentrado da terra e inexistir áreas para expansão nos marcos tradicionais, ao contrário da pecuária extensiva, a emigração impôs-se como necessidade inadiável. Em contrapartida, gerou uma estrutura fundiária onde sobressaem os proprietários que possuem 95,74% da área dos estabelecimentos agropecuários, contra apenas 3,44% da área na condição de terras ocupadas, 0,58% da área sob a condição de arrendamento e 0,24% da área utilizada em sistema de parceria. 60,25% da área dos estabelecimentos estão inclusos na faixa de até 500 hectares¹⁷ (IBGE – Censo – 1996). Esse dado ganha importância quando se verifica que 85,01% da área total do município é destinada à pecuária, que por ser extensiva, demanda grandes dimensões territoriais e o seu uso não é privativo de seus proprietários, por serem as pastagens abertas, e, portanto, de uso comum. Mesmo que 39,75% das terras pertençam a estabelecimentos entre 500 e 10.000 hectares, representando apenas (32 propriedades) 1,5% dos estabelecimentos, o que expressa

¹⁶ No discurso local aquele que possui uma escritura de posse é denominado de proprietário e aquele que ocupa uma área sem que tenha comprado ou recebido como doação é posseiro. “Posseiro significa o quê? Aquele que se apossou do que não era dele!” (Egido Ferreira Barbalho, 62, Faz. Crista de Galo). Este modo de pensar predomina entre os curaçenses. Esta situação ocorre freqüentemente nas terras cujos proprietários já se ausentaram e deixaram alguém ocupando-as na condição de vaqueiros ou de agregados.

¹⁷ A maioria dos estabelecimentos na área de pecuária, em verdade, não pertence a um único proprietário, mas a vários herdeiros. Por outro lado, uma área de 500 hectares na região de caatinga não pode ser considerada grande.

uma alta concentração da terra, principalmente se observarmos que apenas 11 estabelecimentos (0,5%) acima de 1.000 hectares ocupam 25,36% da área. Isso, nos dias atuais, não tem se revelado como problema, pois apenas um grande estabelecimento é cercado, e é justamente nas imediações dele que há um bolsão de conflito¹⁸. O INCRA está enfrentando dificuldade para encontrar 120 moradores do município que se disponham a ocupar as terras de duas fazendas com área superior a 5.000 hectares. Os proprietários de terra que moram nas adjacências dessas fazendas é que estão revelando interesse em mobilizar gente da vizinhança para ser assentada por temerem que tais terras sejam ocupadas por “pessoas de fora”. Receiam, sobretudo, que com a entrada de gente estranha, aumente a incidência de roubos de animais, fato que, nos quadros que estão vivenciando, já vem produzindo muitos prejuízos. Temem ainda, que caso o plano do INCRA seja frustrado, seus proprietários vendam-as para empresários, pois acreditam que tanto em um caso como no outro, suas condições de trabalho com o criatório sejam afetadas¹⁹. A dificuldade encontrada para assentar pessoas das adjacências não advém do fato de todos possuírem terra em quantidade suficiente. Ao contrário, é comum *caatingueiros* manifestarem a insignificância das áreas que possuem. Entretanto, devido à forma como se estrutura o sistema de criação,

¹⁸ Os dados sobre a estrutura fundiária, embora possam ser utilizados como referência, não proporcionam um conhecimento consistente da realidade local, pois se baseiam nas declarações constantes nas guias de recolhimento do Imposto Territorial Rural - ITR. Pouquíssimas são as propriedades demarcadas e além do mais a unidade de medida “hectare” não é de domínio da população, assim há inúmeros casos de pessoas que declaram uma área muito superior aos limites daquela que reconhecem como sua, e muitos que declaram áreas inferiores às que possuem.

¹⁹ As duas fazendas em processo de desapropriação são a fazenda Bangüê e a fazenda Cacimba da Torre, ambas nas adjacências da fazenda Melância, área objeto deste estudo. No dia 18 de maio do ano em curso um técnico do INCRA esteve presente na fazenda Bangüê para esclarecimentos em uma reunião que contou com a presença de 80 pessoas e representantes de quatro associações de áreas adjacentes. O temor a entrada de gente de fora na área não decorre de um sentimento bairrista dos criadores. O que os faz alimentar esse temor é o fato da prática da pecuária desenvolvida por eles estar assentada sobre costumes e relações específicas que, acreditam, seriam abaladas com a introdução de elementos estranhos.

não se sentem pressionados a buscar novos espaços para estabelecerem seus sítios, além de pretenderem manter os vínculos nos locais onde habitam.

No presente, o que incomoda a muitos pecuaristas é a hipótese de que as terras venham a ser cercadas, fato que, segundo eles, inviabilizaria o desenvolvimento da pecuária tal como têm praticado e sabem exercer.

Na margem do rio, pela própria natureza da agricultura, há uma forte pressão sobre a terra, pressão que se acentua porque os solos agricultáveis de sua margem e das ilhas²⁰ encontram-se em avançado estado de esgotamento e conseqüente situação de improdutividade²¹. Aí se observa dois movimentos distintos relativos à propriedade da terra: a continuidade de divisão por herança de um lado, e do outro, um processo de reconcentração de terra por compras, pelos empresários com disponibilidade de capitais para o plantio de lavouras permanentes nas terras mais altas e distantes do rio.

Na caatinga, concorreu para que houvesse um processo menos intenso de pressão sobre a terra, a ocorrência de fatos pontuais e estruturais que contribuíram para o seu esvaziamento, como a ação do bando de Lampião que afugentou muitos de seus moradores impelindo-os a irem refugiar-se em aglomerados, notadamente nos situados nas proximidades do rio; fatores climáticos como a ocorrência de secas sucessivas que impeliram seus moradores à emigração, a partir da década de 1950; a corrida migratória em direção a São Paulo, que se acentuou a partir de 1960, a criação de novas expectativas de consumo e de vida, redundando no aumento da demanda por

²⁰ No trecho do rio São Francisco fronteiro ao município de Curaçá há uma série de ilhas, algumas com extensão de alguns quilômetros, destacando-se a ilha da Missão e a ilha da Assunção.

²¹ Segundo informações colhidas junto ao INCRA – Agência de Petrolina – apenas 350 pessoas do município de Curaçá se cadastraram no programa de distribuição de terra, sendo que todos os cadastrados declararam residir em localidades das margens do São Francisco.

serviços e consumo. Concorreu também para esse processo a demanda por educação, fato que levou muitos pais a enviarem seus filhos para a sede do município e até para cidades vizinhas, o que provocou desfalque da mão-de-obra necessária aos trabalhos nas fazendas e o aumento das despesas. O aspecto determinante desse esvaziamento da caatinga foi a incapacidade da pecuária extensiva dar suporte econômico às novas demandas, mantendo-se alheia às exigências de aumento da produtividade, entrando em fase de estrangulamento.

2.4 – Fazenda, sítio, roça, vaqueiro e fazendeiro

As práticas empreendidas na atividade pecuarista continuam vinculadas a um sistema tradicional inaugurado no início do processo de ocupação da região, não obstante uma série de mudanças tenha ocorrido nos últimos 40 anos. Uma unidade produtiva denominada de fazenda ou sítio consiste na existência de uma casa, uma cacimba²², um curral, um chiqueiro de cabra, um chiqueiro de ovelha, cercado para prender animais merecedores de cuidados, um cercado para plantio de palma²³ e uma área para plantio que recebe a denominação de roça. Hoje, alguns *caatingueiros* já acrescentam como equipamento de uma fazenda “poço artesiano” (em verdade poço tubular), cisterna para captação da água de chuva e energia solar. Exceto a cisterna, para a maioria absoluta, esses equipamentos constituem ainda um ideal.

²² Cacimba: poço cavado no solo, normalmente no leito de riacho, para captação de água subterrânea nos períodos de seca, ainda bastante utilizado e cuja utilização, no que pese a existência de técnicas modernas de transposição de água, continua sendo processada da mesma forma dos períodos iniciais da ocupação da região, através de processo manual.

²³ A partir da década de 1980 os cercados de palma desapareceram em consequência de uma praga que danifica a palma. São poucos os casos de *caatingueiros* que ainda conservam algum plantio de palma e assim mesmo com muita dificuldade.

O termo “fazenda” comporta pelo menos dois significados, conforme o seu emprego neste trabalho. Pode ser entendido como unidade territorial definida pelos órgãos do Estado, cuja origem dos limites advém do período colonial e imperial e é caracterizada pelo domínio de ampla extensão de terra, correspondente às áreas das antigas sesmarias; unidade de produção pecuária caracterizada pela quantidade de bovinos nela existentes²⁴. O termo “sítio” comporta dois significados básicos: juridicamente é definido como sendo uma parcela da área territorial compreendida por uma fazenda, podendo assim, a área de uma fazenda ser subdividida em vários sítios, possuindo esta, o estatuto jurídico de condomínio; estabelecimento agropecuário de pequena extensão territorial onde seja praticada atividade pastoril, com poucas ou nenhuma cabeça de gado, e independente do número de cabeças de criação miunça, podendo nele ser desenvolvidos plantios e localizando-se fora da margem do rio. O termo “roça” comporta dois significados: qualquer estabelecimento situado nas margens do rio²⁵, independentemente de se nele desenvolvia-se também a pecuária²⁶; local específico para plantio, independentemente de sua localização no espaço, se beira do rio ou se caatinga, podendo compreender toda a extensão de uma propriedade ou apenas uma pequena parte dela. No uso corrente dos termos fazenda e sítio, há uma certa indistinção, pois qualquer pecuarista, que seja proprietário de suas terras, se

²⁴ Nos dias atuais, conforme conversa de alguns *caatingueiros*, já se reconhece como fazenda uma pequena unidade mesmo que não possua gado. Neste caso a expressão que usam é: fulano “tem uma fazendinha”. Outros utilizam o termo sítio.

²⁵ Pouquíssimas foram as pessoas que desenvolveram a pecuária, com sede da fazenda nas margens do rio, até a década de 1960. Destes diziam que eram *beiradeiros* e fazendeiros. Mesmo assim, quando perguntados sobre o que era um *beiradeiro*, responderam dizendo que “*beiradeiro* é aquele que vive do rio, de plantar batata, abóbora, e de pescar” e que “fazendeiro é o que tem terra e cria”. Lavrador é um termo genérico para designar aquele que vive da agricultura, independente do local onde ela é desenvolvida.

²⁶ Só recentemente, com o advento da agricultura irrigada, os estabelecimentos agrícolas destinados ao cultivo de culturas permanente receberam a denominação oficial de fazenda à revelia das designações locais que persistem.

autodenomina e é denominado de fazendeiro. Constitui-se um elemento chave para essa classificação a propriedade de algumas dezenas de animais bovinos. Por outro lado, não se ouve a expressão “sitiantes”, embora seja comum as pessoas dizerem que possuem um sítio, mas sempre para denotar algo menor. Outras denominações que merecem esclarecimento são as de “vaqueiro” e “fazendeiro”. No passado, o uso do termo fazendeiro era específico para designar o proprietário de terras e rebanhos que contratava vaqueiros para desenvolverem as atividades relacionadas com o pastoreio, se resguardando aquele à tarefa de ordenar os trabalhos da fazenda. Vaqueiro, em contraposição ao fazendeiro, era aquele que cuidava dos animais na condição de subalterno e que era, e ainda acontece de ser, remunerado pelo sistema de “sorte”²⁷. Em finais do século XIX e no correr do século XX muitos vaqueiros, após fazerem suas “sementes” de rebanho, adquiriram, por compra ou doação, parcelas de terra e estabeleceram unidades produtivas próprias, surgindo a partir daí o que se denomina aqui de “vaqueiro-proprietário”. Ou seja, aquele vaqueiro que cuida de seu próprio rebanho, em terras próprias, em contraposição ao vaqueiro que cuida dos animais alheios, de forma eventual ou permanente, em propriedade alheia, mesmo que este possua uma propriedade. O referencial utilizado pelos *caatingueiros* para classificar genericamente alguém como vaqueiro é a labuta com criatório.

2.5 – Panorama da agricultura

²⁷ Sistema de remuneração pelo qual o vaqueiro ao invés de receber salário recebe parte dos animais nascidos na proporção de um animal tirado de “sorte” pelo vaqueiro em cada quatro nascidos e vivos na data da partilha. A unidade de tempo base de cálculo é de doze meses que vão de agosto a agosto. O sistema de remuneração por sorte não é rígido, podendo variar a depender de combinações entre as duas partes. Atualmente já existem alguns vaqueiros que são remunerados com base em salário.

A população concentrada hoje nas imediações do rio se envolve com atividades agrícolas na condição de pequenos e médios proprietários, trabalhadores diaristas, meeiros²⁸ e um pequeno número de trabalhadores assalariados com vínculo empregatício formal. Apesar da agricultura irrigada ter atraído as atenções das políticas de governo ao longo dos anos, em face de aspectos geográficos, culturais, políticos, infra-estruturais e econômicos, o município de Curaçá ficou à margem dos investimentos dirigidos para a agricultura irrigada, mesmo possuindo, em 1983, o maior percentual de área não cultivada (Andrade, 1983, p. 54). A pecuária extensiva continua sendo a atividade predominante dos moradores do município, entretanto, encontra-se em situação de estagnação e declínio, conforme pode ser verificada pela observação do ANEXO V²⁹. A área irrigada identificada pelo IBGE, Censo Agropecuário de 1996, era de 11.405.193 hectares destinados a lavouras temporárias e de 1.097.260³⁰ hectares para lavouras permanentes. Esclareça-se que a topografia do terreno de beira-rio não é muito favorável à irrigação pelos custos de criação de infraestrutura, por serem as terras agricultáveis da margem muito estreitas e comprimidas por “barrancos” (elevações formadas por terreno raso, acidentado e de cascalho), sendo que as áreas propícias à irrigação encontram-se normalmente a uma distância que vai de

²⁸ Meeiro é aquele que trabalha de meação. No caso específico, meeiro é o trabalhador que se dispõe a formar uma sociedade para produzir bens agrícolas entrando com o trabalho e dividindo os custos dos insumos, fato que só se consuma no final da produção quando, após a venda da produção, os custos são abatidos e o resultado é dividido em partes iguais. O outro associado entra com a terra, o fornecimento de água e o compromisso de fornecer, a título de adiantamento, por ser aquele descapitalizado, os insumos necessários e o aprovisionamento para o meeiro se manter durante o período de produção.

²⁹ Aqui cabe uma crítica aos dados publicados pelo IBGE, a respeito do desencontro de informações. Enquanto na tabela relativa ao Censo Agropecuário de 1996 são registradas 111.389 cabeças de caprinos, na tabela de Produção Municipal 1999, Malha Municipal digital do Brasil, situação em 1977, são registradas 202.763 cabeças de caprinos. (Rio de Janeiro – IBGE, 1999).

³⁰ Há muitos desencontros nos dados do IBGE. Para estas mesmas variáveis, a fonte IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2001 - apresenta apenas 1.606 hectares para culturas temporárias (tabela 1.612) e 626 hectares ocupados com culturas permanentes (tabela 1.613). Do mesmo modo nas tabelas indicativas do valor de produção, ano 2001, Curaçá aparece com um valor de R\$ 2.469.000,00 para a produção de mandioca quando se sabe que o município praticamente não a produz mais.

um a alguns quilômetros, conforme assinalou Andrade (1983, p.57). Junte-se a isso o forte envolvimento da população nas atividades da pecuária. Além disso, há outras dificuldades que impedem o desenvolvimento da agricultura irrigada, como os altos custos de produção, os obstáculos impostos pela falta de acesso a conhecimentos técnicos e o estranhamento dos mecanismos de mercado (Cavalcanti, 1999), aspectos estes que produziram frustrações, endividamentos e falências, levando alguns daqueles que investiram na agricultura irrigada a entrarem em estado de paralisia produtiva, outros, a retornarem a suas atividades tradicionais, quando isso ainda é possível, e muitos daqueles que já se punham em uma posição ardua com relação à agricultura, afastaram-na completamente da pauta de suas aspirações³¹. Essa realidade pode ser melhor observada com o exame do ANEXO VI, com a ressalva de que a produção de tomate, após a saída da região da empresa que o beneficiava, sofreu queda brusca tornando-se insignificante. Verifica-se também, que apesar de uma única empresa ser responsável por toda a produção de uva no município, a sua participação no valor da produção agrícola municipal é de 27%, ocupando uma área de apenas 100 hectares (ver ANEXO VI).

Observa-se que a atividade básica do município é a agropecuária. A pecuária encontra-se em decadência e a agricultura vem gerando falências e frustrações. Diante desse quadro, a principal fonte de renda do município é a aposentadoria rural e os recursos desembolsados pela Prefeitura sob a forma de salários, serviços e ajudas,

³¹ Este quadro se agravou a partir do início da década de 1990, após as medidas econômicas que tornaram o crédito agrícola proibitivo. Leve-se em conta que o fato dos agricultores serem descapitalizados e desinformados dedicavam-se quase que exclusivamente a culturas de ciclo rápido, notadamente cebola, melão, melancia e tomate, que são bastante vulneráveis a variações de preços e a pragas, o que implica elevados riscos e pesados gastos com insumos. Os investimentos em culturas permanentes são praticados por agricultores capitalizados e empresas, que são ainda insignificantes no município, com exceção feita aos assentados da barragem de Itaparica, por estes receberem atendimento diferenciado.

além de recursos destinados pelo governo federal no formato de bolsa-renda, vale-gás e bolsa escola. Declaração fornecida pelo INSS – Agência de Juazeiro BA – em 26.06.03, mostra que o número de pensionistas no município é de 4.262 pessoas (correspondendo a 14,77% da população municipal), que gera uma entrada média mensal de recursos no valor de R\$ 1.022.880,00. O número de bolsas-escola distribuídas mensalmente é de 3.426, totalizando a quantia de R\$ 51.390,00³² (Secretaria Municipal de Educação), além de recursos que entram no município através dos programas auxílio-gás (com 2.488 beneficiários recebendo R\$ 37.320,00 a cada dois meses) e bolsa-renda. Cadastrados no Programa Fome Zero, segundo o comitê local, foram 3.172 pessoas, das quais 1.900 aguardam receber o benefício de R\$ 50,00 mensais, o que importará em mais uma entrada de R\$ 95.000,00 a partir do mês de agosto de 2003³³.

A agricultura irrigada despertou a atenção do Estado, de empreendedores e dos estudiosos de um modo geral, sendo vista como uma alternativa à falta de perspectiva da população da bacia do rio São Francisco. No caso do município de Curaçá, nos locais onde é praticada, têm surgido os maiores problemas sociais que vão desde o aumento da violência à maior incidência de pobreza e precariedade da saúde da população, segundo os políticos locais e funcionários dos órgãos de saúde e assistência social.

Eu acho que é a questão da cultura de agricultura. A cultura de plantar pra ficar rico, nunca planta nada pra subsistência. A cultura é plantar melão, é plantar cebola, e você vai na roça e você não vê ninguém se preocupar em

³² O município conta com 8.890 alunos no ensino fundamental, de modo que 38,5% são contemplados, existindo um grande número de pessoas manifestando insatisfação por não terem tido seus cadastros aceitos.

³³ A receita média líquida da Prefeitura Municipal, compreendendo os meses de janeiro a maio de 2003 foi de R\$ 1.129.465,00, tendo um dispêndio no mês de junho do mesmo ano de R\$ 360.062,14 para saldar os compromissos com seus 1.012 funcionários, fora os gastos com transporte de estudantes do ensino fundamental que importaram no mesmo mês na quantia de R\$ 55.000,00, além dos gastos com transportes dos serviços de saúde. Embora não exista contabilização da produção, ela provavelmente só gere valor equivalente a ¼ dos recursos que circulam mensalmente no município.

plantar um feijão, em plantar um negócio. Na beira do rio você pode procurar, você não acha um pé de coentro, a cenoura... Ninguém se preocupa com isso. (R. J. F.S., 40, diretor do hospital municipal)

...a população do centro da caatinga hoje ela vive – eu não sei se ela tem o melhor atendimento de saúde -, mas ela vive em situação melhor que o pessoal da margem. A situação na margem do rio ela é bem mais precária. (A.J.F., 49, trabalha em Curaçá, como supervisor da FUNASA, desde 1996)

A atividade agrícola até meados dos anos 60 era desenvolvida nos períodos chuvosos (janeiro a março), envolvendo tanto *beiradeiros* como os *caatingueiros* com o cultivo de milho, feijão, abóbora, melancia, mamona, algodão, ou na vazante do rio, praticada apenas pelos *beiradeiros* que aproveitavam a umidade deixada pelas enchentes e plantavam nas terras de vazante, além dos itens já mencionados, batata-doce, mandioca e cana-de-açúcar, cuja função básica era a sustentação alimentar dos grupos familiares e a venda de eventuais excedentes.

Além deste tipo de produção, os *beiradeiros* apoiavam seu sustento também na pesca para consumo, em raríssimas oportunidades para venda, no beneficiamento da cera e da palha de carnaúba, na produção de farinha de mandioca, nas casas-de-farinha e no trabalho em engenhos no fabrico de rapadura e mel de cana-de-açúcar, que ia do mês de junho até o mês de dezembro. Envolviam-se os *beiradeiros* ainda com o criatório de animais de pequeno porte, entretanto em pequena quantidade, pois, como declarou um informante, *beiradeiro* de 83 anos, o lugar de criar era na caatinga e o *beiradeiro* não sai da lama do rio. O *caatingueiro* não gosta de lameiro³⁴. Entre novembro e dezembro começava a enchente. Época de arrancar a batata que ainda não havia sido colhida e retirar a mandioca para fazer farinha. Esse movimento ia até janeiro, podendo se prolongar até fevereiro. Em março e abril as águas baixavam e

³⁴ D. G. M., 1920, Fazenda do Meio.

voltavam ao leito normal do rio. Abril e maio, período de início da replantação dos terrenos umedecidos pelas enchentes com feijão, milho, abóbora, batata-doce e mandioca. Entremeando todo o ano, a pescaria para o consumo.

A desmancha da mandioca requeria uma sucessão de operações, que a depender da quantidade, podia levar até dez dias, demandando uma quantidade de mão-de-obra acima das possibilidades de uma unidade familiar. Nessa labuta, as operações eram as seguintes: arrancar a mandioca, transportá-la até o barco, transportá-la de barco até o porto onde se localizasse a casa-de-farinha, transportá-la do porto até a casa-de-farinha, raspar, ralar, imprensar a massa, peneirar e finalmente mexer, tirar e carregar lenha para os fornos, além das atividades residuais como fazer beiju, extrair a tapioca e cozinhar os alimentos. Deste modo, uma farinhada para produzir 200 pratos³⁵ de farinha, a depender da prensa, podia utilizar o trabalho de até 12 a 15 pessoas, consumindo um dia e meio de trabalho. A remuneração do pessoal era efetuada em espécie. Uma rapadeira de mandioca ganhava um prato de farinha por dia, o mexedor de farinha ganhava um prato a cada sete produzidos, a casa-de-farinha também, se fosse motorizada; se fosse puxada “roda”³⁶ ganhava um prato em cada dez. Os trabalhos de peneirar a massa e cozinhar os alimentos ficavam completamente a cargo da família, cujos membros participavam de todas as operações.

Os trabalhos na moagem da cana, ao contrário dos trabalhos nas casas de farinha, eram remunerados em moeda, e embora os trabalhadores fossem remunerados por dia, a labuta demorava até seis meses ininterruptos. O proprietário da cana a entregava ao dono do engenho para beneficiamento e no final aquele ficava com 50%

³⁵ Prato era a unidade básica de medida para dimensionar o volume de farinha, feijão e milho. Um prato correspondia a cinco litros, e no imaginário da população local um litro equivalia a um quilo..

³⁶ Roda era um mecanismo em forma de roda puxado a braço para mover o ralador de mandioca.

da produção e o dono do engenho ficava com os outros 50%, assumindo este o encargo de remunerar os trabalhadores pelo desempenho de todas as operações. Os engenhos, mesmo tendo uma base de trabalhadores mais estáveis, representavam um espaço de afluência constante de pessoas que para lá se dirigiam para efeito de efetuarem compras, por curiosidade ou simplesmente para se alimentarem do que ali era produzido.

Casas-de-farinha e engenhos, por longos anos, consubstanciaram-se como ambientes de encontros de *beiradeiros* e pontos de intersecção entre eles e alguns *caatingueiros*, visto que alguns destes também se envolviam nessas atividades, quer como cultivadores ou como proprietários de roça, de casas-de-farinha e de engenho.

A partir dos meados da década de 1960, a agricultura irrigada começou a se propagar no município de Curaçá através do cultivo exclusivo de cebola e na década de 1970 outros cultivos como o melão, a melancia e, posteriormente, o tomate. Isso passou a ampliar as expectativas da população beiradeira que via nela a possibilidade de ascender economicamente. Muitos ingressaram nessa nova modalidade de agricultura na condição de meeiros e de diaristas, e outros na condição de produtores independentes, lançando mão de financiamentos bancários, estimulados pela política de crédito do governo através dos bancos oficiais. A adoção da agricultura irrigada produziu mudanças profundas na relação dos *beiradeiros* entre si, como também na relação deles com a natureza, pois requeria uma nova modalidade de utilização da terra e novas formas de relacionamento social e colocado no circuito local atores externos na figura de técnicos, compradores, casas comerciais, fiscais, mercado, e produtos alienígenas como fertilizantes, herbicidas, inseticidas, sementes e equipamentos variados.

A penetração das práticas vinculadas à agricultura irrigada, não indisponibilizou a vida dos *beiradeiros*. De início, até o final da década de 1960, alguns, mesmo sem maiores condições, adquiriam semente de cebola e efetuavam pequenos plantios irrigando-os com o transporte de água em galões na cabeça; outros adquiriam motores-bomba desenvolvendo plantios mais estruturados, mas tanto em um caso como no outro, essa nova modalidade agrícola não implicou abandono da agricultura de vazante. Elas conviveram durante um período aproximado de 30 anos. Somente a partir de 1979, com o fechamento das comportas do lago de Sobradinho, em face de descontroles no manejo da barragem, uma grande enchente “lavou as terras”³⁷ das vazantes, e o ciclo natural do movimento das águas foi quebrado. A enchente de 1979 fora diferente de todas as enchentes anteriores. As águas, em decorrência de seu represamento no lago, não transportavam mais quantidade de material orgânico (*humos*) suficiente para fertilizar o solo dos terrenos inundados. Ao contrário, retirava parte da matéria orgânica nele existente. Por outro lado, a partir daí, as enchentes perderam seu vigor e, como dizem os moradores das margens do rio, *a barragem acabou tudo*.

A mandioca é os terreno que num é suficiente. Eu mesmo gostava... Num faltava uma muda de mandioca na roça, hoje só tem mal pra fazer uma semente, que o junco tomou conta. É um mato que tem. Se for plantar cana de rigração, num dá. Só dá sal. No tempo do moiado do rio, a gente plantava. A cana num dava esse problema de salina, mas o senhor vá plantar um terreno desse aí, num perde totalmente porque pode aproveitar a palha pros bichos, mas a cana num dá material que sirva, devido o sal. (A.A.S., 74 anos, *Faz. Meio*)

2.6 – Panorama da pecuária

³⁷ Essa é a expressão usada pelos moradores das margens do São Francisco, parte que fica a jusante da barragem de Sobradinho.

A pecuária, mesmo se encontrando mergulhada em uma longa fase de decadência, é o grande lenitivo da população, tanto dos *caatingueiros* que a tomam como alvo único de suas atenções, como de parte considerável da população que vive na margem do rio, que quando não mantém um pequeno rebanho, sempre acalenta o desejo de possuí-lo sob o argumento de que ela é menos onerosa e mais segura. Ao perguntar a um morador da beira do rio sobre qual é a diferença entre a pecuária e a agricultura, ele respondeu:

Quando eu voltei de São Paulo comecei a plantar roça, agora roça não dava. Em vez de eu ter troco na roça tava era vendendo o meu pra botar dinheiro na roça. Aí saí da roça. A diferença é que na pecuária você investe muito, mas sempre tem. Você num joga tudo fora, e a roça você tem cinco, dez mil, ou vinte ou trinta, você aplica em uma roça grande, o dinheiro que você tem você joga fora. Quer dizer que aquela roça se não deu dinheiro de retorno você perde ele. E a pecuária não. A pecuária você tem cem cabra, duzentas, aí se você não tiver o tempo de zelar, você pode vender cinquenta, até cem pra tratar das outras. Quando vier a produção às vez chega o mesmo. Você precisa de fazer sua feira, de comprar uma roupa prum filho, um calçado, você pega nelas, vende elas. Quando chega um tempo bom ela torna a recuperar. É assim. (*Mundoso, 52 anos, Faz. do Meio*)

Na caatinga, o discurso segue o mesmo raciocínio diante de idêntica pergunta.

No que tanja a quase totalidade da área do município ser dedicada à pecuária, ocupando o 3º lugar em rebanho de caprino no Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 1996 – IBGE. O número de animais por sítio e por proprietário é pequeno, em se falando de caprinos e ovinos. Mesmo na maioria das fazendas ou sítios que possuem 200, 300 cabeças de caprinos e igual quantidade de ovinos, é comum pertencerem a vários membros da família, incluindo aqueles que se encontram ausentes, morando nas cidades mais próximas ou em cidades distantes, o que redundava em posse de poucas cabeças por pessoa. No passado como no presente, foi a criação miúncia

quem deu sustentação econômica aos criadores, pois sempre foi a ela que recorreram para se suprir de carne e garantir a realização das despesas do dia-a-dia, inclusive para a manutenção e melhoria dos equipamentos das fazendas³⁸. Mesmo assim, o imaginário do *caatingueiro* gira em torno do gado, fato que pode ser comprovado pelas histórias contadas nos terreiros, em torno das mesas de bar, pelo culto à imagem do vaqueiro, pelas conversas travadas em todos os lugares, pelas lendas, pela posse de cavalos “bom de gado” e de apetrechos próprios para a pega de boi, disseminados nas casas da caatinga, com poucas exceções. Assim, a festa mais animada do município, desde muitos anos, é a Festa dos Vaqueiros, oportunidade em que os vaqueiros, apetrechados a caráter, aboiam como se estivessem na labuta com o gado *vacum*, e nenhuma palavra que lembre cabras ou ovelhas. Mesmo quando se referem às cabras e ovelhas, em conversas do dia-a-dia, é comum transferirem os termos próprios do gado para as miunças; assim pronunciam, por exemplo a expressão “boiada de cabras” ou “boiada de ovelhas”. Um vaqueiro perguntado sobre o que ele sentia quando estava desfilando na Festa dos Vaqueiros, disse:

O que é que eu sinto? Rapaz, eu sinto... (riso). Eu sinto uma grande emoção. Tô desfilando lá e tô... Eu tô lá desfilando e tô lembrando dos bicho, sabe? Naquele momento eu tô lá, parece que tô lidando com o gado. Eu sinto aquela saudade dos animais do campo. A gente tá no meio do povo, mas eu tô, sabe?, com o sentido nos bicho, no gado... Aquele aboio, aquelas coisa toda, a gente... aquela recordação muito grande. (*J.N.S.R., 40 anos, Faz. Melancia*)

No imaginário local, fazenda tem que possuir gado. Fazenda que não possui gado...

³⁸ Segundo vários informantes, os itens básicos de uma feira eram: uma rapadura, um prato de farinha, uma garrafa de querosene, uma caixa de fósforo, um quilo de açúcar, um ou dois quilos de feijão. Há 40 anos atrás, o costume dos criadores menos pobres era matar uma criação, no domingo, para se proverem da carne dela e levarem a pele para a feira onde a vendiam e com o dinheiro apurado se abasteciam de quase todos os produtos de que necessitavam no correr da semana.

Tá incompleta, né, rapaz? Vaca pode faltar não. É um animal sagrado. Não pode faltar não. Eu posso até aplicar esse termo, quase que tá sendo isso, quase que é diletantismo criar gado, mas tem essas coisas que a gente... num esquece de gado. Gado... ainda mais é uma coisa que vem de tradição, rapaz. Aquilo que vem de tradição é uma coisa terrível pra eliminar. É bom de se lidar com ele. Cada vaquinha tem um nome. Eu chego aí onde tá o magote, eu chamo o nome deles aí, eu chamo... (S.S.T., 51 anos, um dos criadores mais modernos do município, Faz. Moça Branca, adjacência da Faz. Melancia)

O gado confere um certo ar de nobreza e prosperidade. O seu traquejo impõe desafios, indumentária especial, cavalo de campo e acima de tudo, coragem para enfrentar a caatinga nas pegadas de gado e na luta corpo a corpo com um touro quando este vira para enfrentar o vaqueiro. O seu valor econômico superior ao valor de dez miunças, embora não defina tudo, também contribui bastante pra a elevação do grau de estima que lhe é dedicado. Para o *beiradeiro* e, principalmente, para o *caatingueiro* de poucas posses, sempre constituiu sonho poder um dia ser chamado de fazendeiro, ideal que parece ter sido gestado ainda no período colonial, conforme a impressão transcrita abaixo:

A criação de gado influi sobre o modo por que se forma a população. Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros. Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. (João Caldas, in: Abreu, 1988, p. 140)

2.7 – O trato com o criatório e formas de sociabilidade

A prática e as relações sociais envolvidas na produção pecuarista, no município de Curaçá, baseiam-se substancialmente nas experiências e relações forjadas

no período colonial. Os campos continuam abertos e os animais circulam livremente em busca da alimentação. A origem de cada animal é indicada pelos sinais nas orelhas das criações miunças e pelos “ferros” (marcas feitas a fogo) no gado, nos jumentos e nos animais cavалares. Por esse sistema de reconhecimento do pertencimento dos animais, identifica-se não apenas a fazenda à qual ele pertence, mas a família e, dentro dessa, o seu proprietário específico. No tempo do verde (período das chuvas), cuja expectativa é que se inicie no mês de dezembro e seja encerrado no mês de abril, o pasto cresce e a caatinga reverdece. Com exceção da criação de cabras, os demais animais, principalmente as ovelhas, ganham o campo, saindo do pasto. É aí então que se faz necessário à realização dos adjuntos³⁹ para o ajuntamento⁴⁰ das ovelhas e posterior apartação para as retiradas⁴¹.

É ajuntar as ovelhas no campo. Cada lugar era uma vez. (...) A comida, cada um levava e o dono da casa sempre dava o almoço e a janta. Tinha vez que ajuntava trinta, vinte, cinqüenta pessoas num ajuntamento. No dia de segunda-feira aqui em Curaçá a gente combinava. Marcava aquele dia pra gente se arreunir e dá o campo. (...) Cada vaqueiro quando saía de seu pasto já ia juntando as ovelhas. Tinha aquele ponto para arreunir toda ovelha das outras fazendas. Nessa que ali se encontrava todo mundo. Todo vaqueiro tinha que se encontrar, se a gente marcava de se encontrar na fazenda Riacho do Gato. Outra ocasião marcava de ser no Buenos Aires. Então vinha os vaqueiros de São Bento trazer a ovelha do lado de cá... que não conheciam... A ovelha da Cabaceira, que era junta na Cabaceira, vinha pro Buenos Aires. Toda ovelha alêia que não era lá da Cabaceira vinha toda para o Buenos Aires. Na Concórdia juntava... vinha toda para o Buenos Aires.

³⁹ Reunião de pessoas para qualquer fim.

⁴⁰ O ajuntamento consistia na reunião de todos os animais encontrados na caatinga, independentemente de quem sejam seus proprietários. A apartação consistia no ato de separação dos animais por fazenda, que seriam entregues sob a responsabilidade de um vaqueiro morador dela que se incumbiria de devolver aos proprietários os animais que lhes fossem entregues. Havia já os locais onde tradicionalmente se realizavam os ajuntamentos. Embora a Fazenda Melancia não fosse um desses pontos, seus moradores guardam lembrança deles, não só por participarem, como também pelo fato de um dos pontos de ajuntamento ser uma fazenda vizinha: a Concórdia. Em todas as áreas da região, esse processo era repetido e quando apareciam animais desconhecidos, o que era freqüente, divulgavam-se as características do animal e o sinal ou ferro na rua, nos dias de feira.

⁴¹ Retirada era o momento em que o vaqueiro de cada fazenda saía do lugar do ajuntamento com o rebanho de sua fazenda e redondezas, ficando sob sua incumbência os animais dos vizinhos que lhes fossem entregues.

Então no dia de sábado é que era o dia da gente se arreunir. Todo mundo nessa fazenda. Fosse no Buenos Aires, fosse no Gato, fosse na Concórdia. Então todas aquelas outras fazendas traziam a ovelha aléia que não conheciam praquela fazenda, que era a reunião grande. Aos donos apareciam e sobrava alguma que não sabiam de onde. As que sobravam eram soltas na fazenda e elas não ficavam na responsabilidade de ninguém e ficava nisso até em outra época... aparecia o dono. Tinha vez que tinha ovelha até da Jaramatáia, a gente não conhecia, outra época vinha esses vaqueiros lá de, de distante, da Jaramatáia, Lagoa das Pedras, Poço de Fora... Então descobria... Se nascesse um borrego de uma ovelha que ninguém soubesse de quem era, botava o sinal da ovelha. Durante o verde... Durante, digamos, a partir... Que sempre tinha o verde em janeiro. De janeiro ao mês de junho era essas vaquejada direta. Marcada de uma fazenda, de outas... Digamos, dá uma ajunta esta semana na fazenda Riacho do Gato... fazer esta reunião. Se marcava outra pra Cabaceira, pra o outro mês. Então se arreunia, se arreunia... e todo vaqueiro na Cabaceira, todo criador. (L.L.F., 84 anos, Faz. Riacho do Gato, adjacências da Faz. Melancia)

Esse procedimento que ainda sobrevive como resíduo, repetia-se sistematicamente, escolhendo-se como ponto de ajuntamento uma das fazendas de cada área e se repetia até o mês de junho, período em que as águas das lagoas começavam a secar. A partir daí, entrava-se “na seca” (período de estiagem) e os animais, uma vez limitado o seu acesso à água, viam-se forçados a bebê-la na fonte de seus proprietários, mantendo-se no pasto de cada fazenda. Campejar animais dispersos na caatinga forçava o estreitamento dos vínculos sociais em ampla porção territorial e não circunscrevia o círculo de relacionamentos apenas à esfera da família ou à esfera da vizinhança, se bem que aí eles fossem mais intensos, como de comum ocorria com os *beiradeiros*. Ao contrário do *beiradeiro*, os criadores eram forçados a longas jornadas em suas montarias, que iam até a uma distância de 50 quilômetros, podendo haver incursões de até 100 quilômetros em busca de algum animal desgarrado, sendo comum incursões de 20 quilômetros nos períodos de chuva.

É por comum, nós aqui... nós num temos... É alguém que quer se meter a criar preso... Aqui os animais nosso come na fazenda de todo mundo. Você cria um animalzinho aqui, ele vai até no Patamuté (*distante 60 km*), como eu tenho costume de panhar criação minha no Patamuté. Outras vez pego aqui no caminho de Riacho Seco, nessa serra do Icó (*distante 35 km*), outras vez panha lá pro lado de Barro Vermelho (*distante 36 km*), devido num ser criado preso. Então o sujeito pode ter a fazenda pequena, mas como cria solto ele vai pra onde quer, depois a gente junta. (B.B.C., 85 anos – *Fazenda Riacho do Gato, adjacência da Melancia*)

O espaço de circulação dos moradores nas atividades do dia-a-dia – campo, caça, coleta - e cada ponto nesse espaço - grotas, riachos, lagoas, serras, serrotes, árvores, morros, pedras, cavernas, caminhos, ruínas etc. - era nomeado de modo a permitir sua identificação e a localização das ações.

Nos anos em que as chuvas distribuíam-se mal na região, era comum os fazendeiros situados em áreas afetadas pelas secas acorrerem à solidariedade daqueles em cujas terras houvesse pasto e água abundantes para montarem caiçaras⁴², transferindo provisoriamente seus rebanhos para estes lugares. Abria-se com essa prática uma rede de solidariedade que ultrapassava a área de atuação da gente do lugar, expandindo, assim, o círculo de relacionamentos e selando compromissos de reciprocidade que chegavam a atravessar gerações.

A criação de animais, tal qual se desenvolveu e ainda se desenvolve na área em estudo, pouco se diferenciava de uma atividade extrativa animal, a não ser pela pequena estrutura das fazendas e pelas atividades relativas ao tratamento dos animais doentes e pelo refrigério do criatório no período da seca. No mais, era (e ainda é) o próprio animal que se criava, regulando seu ciclo vegetativo e indo buscar por si mesmo o alimento onde ele estivesse, cabendo ao proprietário se beneficiar dos resultados e estabelecer formas de controle para mantê-los dentro de seu espaço de

⁴² Caiçara: estrutura rústica e provisória para abrigar os criadores, composta também por um curral precário.

atuação. Mesmo quando a seca se abatia, era na flora que os vaqueiros iam buscar amparo para minorar a fome dos animais: os mandacarus, os xiquexiques, as ramas de juazeiros, de craibeiras, de quixabeiras, etc. Relativo à intervenção deliberada, apenas a palma era plantada, mas, via de regra, não chegava a ser suficiente para atravessar longo período de seca.

A prática da pecuária extensiva no município de Curaçá assentava-se sobre uma forte relação de parentesco, família extensa, vínculos comunitários estreitos baseados nas relações de vizinhança, moral rígida, baixo nível de inserção no mercado, apropriação comum dos recursos da natureza e do conhecimento, relações solidárias e em um conjunto de valores fundados em princípios míticos e religiosos que orientavam as ações e as expectativas de seus atores, tudo isso a garantir um forte grau de coesão social. Atitudes desviantes eram reprimidas com vigor, sendo o roubo o pior dos crimes, passível das piores censuras e punições. Além do mais, as censuras recaíam não apenas sobre a pessoa que o praticasse como também, sobre a sua família.

*

O presente estudo objetiva examinar a questão da mudança social no âmbito de uma sociedade tradicional, com ênfase no papel da memória na reconfiguração social e preservação cultural, tomando-se como unidades de observação a Fazenda do Meio e Fazenda Melancia. No capítulo seguinte, examinaremos a memória dos habitantes desses dois lugares em um esforço de sua reconstrução com foco nos últimos 40 anos, embora nada nos impeça de viagens mais longas quando isso se revelar significativo.

CAPÍTULO III

**RECORDAÇÕES DE UM TEMPO: Trabalho e Reciprocidade
nas coletividades Fazenda do Meio e Fazenda Melancia**

3.1 – Agentes, espaço e território

Dissertação de Mestrado

Esmeraldo Lopes

As coletividades estudadas neste trabalho têm em comum o fato de poderem ser classificadas como camponesas, de acordo com os critérios apontados por Solari, citado por Martins(1986, p.26), para categorizar o que é rural⁴³. Entretanto, enquanto uma caracteriza-se por ter como atividade predominante a pecuária, a Fazenda Melancia, a outra, a Fazenda do Meio, caracteriza-se pela predominância da agricultura. Embora estejam situadas na área de um mesmo município, distando da sede deste apenas 24 quilômetros, a primeira, e 35 quilômetros a segunda, ocupam espaços que se diferenciam pela localização: caatinga e beira do rio. No passado recente, ainda na década de 1970, três tipos sociais se destacavam: o vaqueiro, o fazendeiro e o *beiradeiro*. Distinguiam-se pela indumentária, pelo instrumental de trabalho, pela dieta, pelas atividades e pela oferta de água: escassez na caatinga, na maior parte do ano e abundância na beira do rio durante o mesmo período do ano. Vaqueiros e *beiradeiros*, por disporem de poucas posses, e em muitos casos de nenhuma, atrelavam-se a fazendeiros para quem prestavam seus serviços em troca de compensações, quer em pagamento por trabalho diário (dia de serviço), quer em animais (“sorte”), quer em parte do resultado da plantação (“meação”), ou simplesmente em troca de favores, mantendo vínculos de dependência. Entre os fazendeiros identificavam-se dois estratos: um, originário dos fazendeiros tradicionais, que se caracterizava pela posse de amplas áreas territoriais e que contratava trabalhadores para desenvolverem as atividades necessárias, via de regra, vivendo distante da propriedade e habitando na cidade, e outro, formado por vaqueiros-proprietários que haviam ascendido a essa condição

⁴³ O autor nomeia as seguintes características do mundo rural: ocupação da população com a exploração e o cultivo de plantas e dos animais; preponderância da natureza sobre o trabalho humano; proporção homem/terra (baixa densidade demográfica); homogeneidade dos integrantes com baixo nível de diferenciação social; pequena mobilidade vertical e grande mobilidade horizontal uma vez que “o lugar que uma pessoa ocupa é determinado essencialmente pelo lugar que seus pais ocupavam”.

através do trabalho de vaqueirice, e que não só habitavam na propriedade como também cuidavam diretamente, com o uso predominante do trabalho da família, das atividades cotidianas – o vaqueiro-proprietário. Os *beiradeiros*, mesmo aqueles que detinham a posse da terra onde habitavam, pela pequena proporção desta, e por ser estreita a área onde as atividades de agricultura poderiam ser desenvolvidas, quase sempre eram forçados a se submeterem ao trabalho em terras de terceiros, ficando mais distante a possibilidade de independência. Aqueles que se dispunham a trabalhar nas fazendas na condição de vaqueiros ou eram recrutados entre famílias de agregados ou entre grupos familiares que mesmo possuindo a posse de animais e da terra, viam-se forçados ao trabalho de vaqueirice, por disporem de poucas condições.

A memória dos membros dessas coletividades remonta aos tempos dos pais, quando muito, e com poucas exceções, ao tempo dos avós, assim mesmo de modo vago. Daí para trás, quando a memória não alcança, já é “o começo dos tempos”, “coisas do outro século”, ou “coisa deixada por Deus”. Uma localização da memória no território do misterioso. Ruínas de barragens às margens de riachos, resquícios de casas visualizadas pelos alicerces ou pelos “barros”⁴⁴, cacimbas antigas, fragmentos de histórias sobre escravos e sobre índios, tudo isso a se misturar com episódios bíblicos e com acontecimentos protagonizados pelos heróis das lendas populares. De resto, os marcos gravados na natureza e a natureza apreendida como inesgotável. Para esse desconhecimento, em muito contribuiu o fato dos pais não só não falarem certas coisas para os filhos, como também por impedirem-nos de escutar conversas entre adultos.

Isso, meu compade, eu num conto. Eu fui criada mais os pai, viu! Mais um pai e uma mãe que aonde eles falavam ninguém escutava. Ia ficar lá... Por

⁴⁴ Barro é a expressão utilizada para indicar o local onde há vestígios de uma antiga habitação, podendo ou não, os seus antigos ocupantes serem conhecidos.

isso, hoje, eu num conto! Porque meus pai nunca aceitaram eu escutar conversa. (A. A. B., *91 anos, Faz. Melancia*)

As terras da Fazenda Melancia, até onde foi possível apurar, foram apropriadas ainda no período colonial e constituíam parte de uma constelação de propriedades que por volta da segunda metade do século XIX pertenciam a Elesbão Crispiniano Coelho Brandão e que no ano de 1899 foi passada para quatro herdeiros (ver ANEXO VII). Embora o *extrato para registro de terras* indique a existência de uma área de apenas seis mil metros quadrados, observando-se as limitações apontadas no mesmo documento, ela abrangia uma extensão vastíssima, indo além de 5.000 hectares. Uma fonte natural de água – olho d’água - provavelmente tenha sido o motivo atrativo para o estabelecimento dos primeiros currais na área. Uma cacimba, três currais, uma casa de telha e uma roça, é tudo o que restou de legado para os herdeiros, além dos animais aí existentes. A partir de 1900, outras subdivisões por herança originaram as fazendas Concórdia e Harmonia e por venda, as terras que deram origem às fazendas Monte Alegre e Moça Branca. As terras da Fazenda Melancia, reduzidas em extensão, foram paulatinamente sendo subdivididas por venda, restando, em meados do século XX, apenas dois proprietários do ramo tradicional. As terras do que restou desta fazenda, por volta de 1940, não ultrapassavam, como nos dias atuais, mais de 1.000 hectares, ocupados por dez unidades familiares pertencentes a inúmeros herdeiros, sendo que destes, só uma família era descendente dos proprietários originais.

Não há informações a respeito da origem das terras da Fazenda do Meio. Os documentos apreciados, em posse dos atuais proprietários, não ultrapassam a marca do século XX. A recorrência à memória dos mais velhos não nos permitiu um acompanhamento mais detalhado da situação fundiária relativa ao passado. Até onde a

memória alcança, as terras situadas na margem do rio já estavam bastante subdivididas na primeira metade do século XX, e a extensão, medida apenas em largura com indefinição dos fundos, é calculada em braças (cada braça 2,20m)⁴⁵. A estreita faixa agricultável pelos métodos vigentes até 1960 forçou os moradores da Fazenda do Meio a procurarem as terras das ilhas. Como estas eram de propriedade de poucas pessoas, acabavam por desenvolverem atividades nelas na condição de meeiros. Quase todos os seus moradores são naturais do lugar, havendo poucos que lá se estabeleceram por intermédio de compra. A ilha do Pananá, situada em frente, e com mais ou menos um quilômetro de extensão por 400 metros de largura, pertencia a um único proprietário até meados do século XX, encontrando-se, atualmente, bastante subdividida. Atrás dela situa-se a ilha da Missão, essa sim, bastante extensa, indo além de 12 quilômetros e bastante larga. Por muito tempo, foi o espaço de trabalho da gente beiradeira dos dois lados do rio, mas sua terra também acabou sendo extremamente fragmentada por herança e por venda.

3.2 -Velhos e adultos: lembranças dos tempos vividos

3.2.1 – A ocupação do território

O processo inicial da ocupação, tanto da Fazenda do Meio como também da Fazenda Melancia, é desconhecido de seus moradores. No caso da Fazenda

⁴⁵ A referência é o rio a partir do qual mede-se a extensão da largura da propriedade em braças e para os “fundos” a terra se alonga até o “descambo das águas”, ou seja, o critério é a declividade do terreno. Como a atividade básica é a agricultura e como a pecuária não tem significância, as terras localizadas no alto são abertas e também não há demarcação dos limites, sendo efetivamente, ocupadas apenas a estreitíssima faixa agricultável, que no presente como no passado, sempre se revelou insuficiente para os seus proprietários. Devido a fragmentação por herança ou venda, muitos dos proprietários possuem 5 braças, sendo poucos os que vão além de 30 braças, revelando-se sempre a área como insuficiente. As terras dos fundos não possuíam valor dado o fato da agricultura, até os anos 60, ser eminentemente de vazante.

Melancia seus moradores reconhecem-se como um povo originariamente de “fora”⁴⁶, mas que constituiu o lugar e que se fez no lugar. Os pais eram de fora e fizeram o lugar, seus filhos são do lugar. Do passado correspondente à época dos pais ou avós, o nome do dono, aquele de onde outros donos surgiram, mas vagamente nomeado: Jaquinha; Jacome; Jac Brandão. Mas são nomes sem marco físico, gravados apenas em algumas escrituras, cuja importância é legitimar o direito à terra dos atuais moradores. As ruínas de uma casa velha, presumivelmente a que consta do ANEXO VII, e uma cacimba, muito anteriores à chegada dos antecessores dos atuais moradores, bem que poderiam dar concretude à ocupação anterior do espaço⁴⁷, mas não. Antes, talvez tivesse sido nada mais que um espaço onde se colocaria algum vaqueiro para cuidar de algumas cabeças de animais e um proprietário distante marcando sua posse com a comprovação de um documento. Esse passado não se revela interessante e é desconhecido dos moradores da Melancia. A história da Melancia que conhecem começa com eles, o resto é coisa “dos antigos”, “do outro tempo”.

O povo viviam que nem pomba de banda⁴⁸. Um pouquinho tavam num lugar e depois arribavam pra outro. Quando dava fé arribava pra outro lugar. Eu acredito que era, porque as bichinhas véve tudo assim num é caçando o que comer? Pai... (*o pai dele*) chamava Manel Henrique, aí ele foi pras Queimada, daí ele foi pro Salgado. Lá no Salgado meu pai arranhou uma mulé e ficou lá e cá. Aí nasceu um menino - nós morava na Vitória. Ele foi batizar esse menino no Juá. Lá Aprígio foi, foi ser o padrinho do menino, que era o Aprígio da Concórdia e aí comprou uma fazenda na Barra Nova. Ele foi jogou meu pai lá. Ele era o compadre dele e aí ele ficou lá. Na Barra Nova, Aprígio casou uma fia, botou na Barra Nova, tirou ele de lá, ele foi, deram na Melancia, até Moisés Brandão, ao véio meu pai. Morou na Melancia e aí agora foi na Melancia onde eu mais me entendi de gente. Era naquele labuto véio. (*J.H.D., 82 anos, Faz. Melancia*).

⁴⁶ Ter origem fora significa dizer não que vieram de outras regiões, mas que seus antepassados ou mesmo os mais velhos vieram de outras localidades.

⁴⁷ Espaço entendido como continente, ponto físico definido por coordenadas geográficas e desprovido dos significados constituídos pela trama das relações humanas.

⁴⁸ Pomba de banda ou arribação é uma ave migratória.

Os vaqueiros e agregados que viveram na Fazenda Melancia, anteriormente à chegada dessa gente, por permanecerem pouco tempo no lugar, e também por desenvolverem suas atividades no isolamento, dada a dispersão das fazendas e do pouco contato que seus habitantes mantinham entre si, não conseguiram deixar gravado e transmitir, àqueles que posteriormente vieram a ocupar o mesmo espaço, as marcas e os significados ali construídos durante seu período de estadia⁴⁹, não chegando a constituir grupo e a formar uma memória que fixasse sua existência para o futuro. Fentress e Wickham ao se formularem a pergunta a respeito de como a memória assume o caráter de social, responderam:

essencialmente, falando nisso (no assunto recordado), as recordações que partilhamos com outros são aquelas que são relevantes para eles, no contexto de um grupo social de determinado tipo (...) estruturado e duradouro (...) informal (Arruda, 2000, p.51).

A formação e a manutenção da memória coletiva pressupõe a existência de um grupo que *constrói e procura fixar a sua imagem para a história* (Bosi, 2001, p.67), e a existência de um grupo requer proximidade no espaço, pontos de contatos mais ou menos intensos, correntes de pensamento contínuo,

um interesse, uma ordem de idéias e de preocupações, que sem dúvida se particularizam e refletem em certa medida as personalidades de seus membros, (...) lembranças que nos recordam reconstruídas sobre um fundamento comum. (Halbwachs, 1990, passim)

Pressupõe que

a articulação e a estruturação da memória acontecem através da linguagem, pelo ensino e observação, por idéias que circulam no meio social, que são assumidas coletivamente ou em parte e por experiências partilhadas com outros também construtores de uma memória social (Arruda, 2000, p. 53).

⁴⁹ As conversas tidas com diversos moradores do município durante o curso da pesquisa e informações obtidas desde o meu tempo de criança, assim como o exame de algumas escrituras de terras, indica que o número de proprietários e de propriedades era pequeno. Desse modo o povo da caatinga, principalmente, vivia a mudar de um lugar para outro, como sugere a expressão de José Henrique Dantas “*O povo viviam que nem pomba de banda*”. Por ser ampla a extensão territorial de cada fazenda, os vaqueiros, pelos idos do ano de 1900 para trás, não tinham um contatos entre si apenas esporadicamente.

A cada momento em que o espaço da fazenda era deixado por seu morador e era ocupado por um outro, uma nova forma de apreensão do espaço era construída. Somente a partir da década de 1930, as terras da Fazenda Melancia passaram a ser ocupadas por moradores que se fixaram no lugar, inicialmente na condição de vaqueiros e agregados e posteriormente na condição de proprietários ou de ocupantes permanentes, estabelecendo-se as condições para uma trama de relações sociais contínuas no espaço compreendido pelas terras da fazenda, que passaram a constituir o lugar, compreendido este como espaço *específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas* (Hall, 2001, p. 72). E esse fato foi possível pelo parcelamento das terras em decorrência de sucessão por herança e por compra.

Não sei o nome dele, não. Ele morreu e os herdeiros começaram a vender terra. A Melancia era todinha dele. Depois Alfredo, de Barro Vermelho, que era o pai de Vavá, Manim de Aderbal, meus tios também compraram terra aqui. João Félix comprou aí, uma posse de terra, depois vendeu a Alfredo Paixão. (*D.F.G., 71 anos, Fazenda Melancia*)⁵⁰.

Há um conhecimento comum da trajetória de cada uma das famílias residentes ou proprietárias das terras da Fazenda Melancia. As histórias se confundem e a chegada no lugar está compreendida no mesmo período histórico. Dividem-se, entretanto, em duas situações anteriores à chegada: aqueles que não possuíam terra e aqueles cujos pais possuíam pouca terra em outros lugares e compraram uma posse para os seus filhos. No entanto, em nada se diferenciavam com relação às origens e à situação econômica e

⁵⁰ Nessa época, com base na obra “*Árvore Genealógica - Família COELHO DE AQUINO*”, de Elson Torres de Aquino, a Fazenda Melancia já pertencia a inúmeros herdeiros. Entretanto só foi possível encontrar referências em depoimentos e documentos de três deles que foram os responsáveis por venda ou assentamento de agregados : Jácome Brandão, Moisés Brandão e Jerônimo Coelho.

social. Embora fossem atores de uma mesma tradição implicada em um estilo de vida forjado secularmente na caatinga, pertenciam anteriormente a grupos distintos, operando-se um corte no espaço e na condição⁵¹ que os ligavam a seus ancestrais, dando início a um novo grupo a partir das relações que passaram a estabelecer no espaço que constituíram como lugar⁵², mesmo porque, como afirmou Halbwachs,

quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu (...) ...seria muito difícil evocar o acontecimento se não imaginássemos o lugar que conhecemos geralmente não porque o vimos, mas porque sabemos que existe, que poderíamos vê-lo, e que em todo caso, sua existência está garantida através de testemunhas (1990, p. 133 e 157).

Dedicavam-se às mesmas atividades, viviam nas mesmas condições, utilizavam os mesmos objetos e práticas e enfrentavam os mesmos problemas de formas idênticas construindo uma história comum.

Na Fazenda do Meio, o processo inicial de ocupação e da constituição do grupo remonta ao desconhecido. Exceção feita a poucos dos seus moradores, a maioria deles descende de gente que habitava o lugar em períodos imemoriais. *Sou daqui mesmo, meu pai já era daqui, meu avô também.* Esta é a resposta freqüente de seus moradores quando inquiridos sobre as suas origens. Mesmo os adventícios, todos originários das proximidades, acabaram se fundindo com os autóctones e assumindo a feição do lugar. Todos os seus moradores possuem direta ou indiretamente, através dos

⁵¹ As pessoas que formaram o quadro de moradores da Fazenda Melancia originavam-se de grupos familiares marcados por uma forte instabilidade espacial, migrando constantemente de uma fazenda para outra na condição de vaqueiro ou de agregado, de modo que encontravam na consangüinidade o elemento estabilizador das relações que mantinham entre si. Somente a partir do momento em que vislumbraram a possibilidade de aquisição ou de permanência em um lugar é que passaram a gozar de uma certa estabilidade de objetivos e de conduta e vínculos interativos estreitos, surgindo terreno para de fato formarem um grupo no sentido amplo do termo.

⁵² Esclareça-se que raros foram os entrevistados, entre os mais velhos, que demonstraram possuir algum conhecimento de seus avós, sendo que nem um tinha notícia sobre seus bisavós.

pais, um documento que afirma sua condição de proprietário, embora, desde muito, as parcelas tenham sido insignificantes como sugere o depoimento abaixo:

Eu via minha mãe falar que de primeiro, no tempo pra lá, dela, que quando aprontasse uma coisa que corresse chegasse na estaca da cerca de um fulano, coroné, ninguém bulia mais, aí eu num sei quem era desses coroné e quem num era. Sempre que eu me lembro, as roças eram pequenas.(*M.S.S., 82 anos, Fazenda do Meio*)

Mas mesmo assim, a terra, ainda que pequena, assume relevante importância para seus moradores, pois torna incontestado o direito à sua ocupação podendo viver estavelmente com autonomia e segurança, o que é denotada pela expressão “vivo no que é meu”, situação similar à dos moradores da Fazenda Melancia.

E quando ele (*o pai*) conseguiu fazer o sítio dele, pra mim foi uma alegria. Saber que ele tinha a roça dele, a casinha dele, sítio dele, sem tá vivendo aqui hoje, amanhã do lado, dois ano aqui, dois ano ali... É mesmo que a pessoa morar de aluguel. E no que é dele, os anos que ele viveu lá foi bom, porque pelos menos pra ele... Ele pegava criatório, assim, pra ser vaqueiro, e na hora que não dava certo, invêz dele sair da fazenda, o criatório era quem saía (*L.S.P., 1955, Faz. Melancia.*)

Em verdade as terras da Fazenda do Meio, mesmo em períodos passados, nunca foram de relevante importância para o trabalho, dado a estreita faixa de terra agricultável na margem do rio. Caracterizavam-se mais como ambiente permanente de moradia e refúgio seguro nas épocas de enchente. As ilhas, estas sim, é que se firmavam como espaço de produção.

Enquanto para os moradores da Fazenda Melancia a trajetória de suas vidas no lugar é conhecida, não tendo sido perdidos os marcos físicos e os significados construídos por seus antecessores, na Fazenda do Meio seus moradores se vêem como herdeiros de ancestrais longínquos que viviam no lugar, ligando-se a eles através da memória coletiva, entendida esta como

uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (...) A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram (Halbwachs, 1990, p. 81, 82 e 84).

Assim, o presente é ligado ao desconhecido tempo de seus ancestrais que se confunde com o início do mundo, perdendo-se

nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’ (Hall, 2001, p.55). ... uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito... (Nora, 1981, p. 8).

Perguntado a um senhor de 74 anos, morador da Fazenda do Meio, o motivo das pessoas de lá criarem poucos animais, ele respondeu: *É porque já vem do começo do mundo. Quem tem mais, tem mais, e quem não tem...*

3.2.2 – Marcadores do território, organização do espaço e o desenrolar da vida

...Olhando assim a gente via cana. O senhor num tá vendo aqueles capim com pendão na ilha? todo penduado? Nesse tempo era cana penduada que o senhor via. O que a vista alcançava, nessas beiradas aí, era cana. Hoje é lá no lombo, né?, mas nessas épocas era mesmo no mês de maio, a cana penduada. Era tudo penduado desse jeito... naquele tempo. (A. A. S., 74 anos, Fazenda do Meio)

A cana ornamentava a paisagem das ilhas. No “baiano”⁵³, o cenário sempre fora de mato ralo e baixo. Alguns pés de juazeiro, de jatobá na margem do rio, quebravam a uniformidade da vegetação miúda. O rio mostrando fartura em água, fazendo enchentes e vazantes e se abundando de peixes. Afastando-se da beira do rio, a

⁵³ No lado baiano do rio. Essa é uma expressão muito comum entre a população que habita à margem direita do rio São Francisco.

caatinga de caças⁵⁴, de campo livre para a retirada de casca de angico⁵⁵, a coleta de mel de abelha, a extração de madeira para fazer casa.

O cabra prantava nas vazante do rio, num sabe? O rio enchia e voltava e cabra prantava nas vazante do rio. Rapaz, eu me lembro só é disso aí mesmo. Só é de farinhada e dessas trabaiada que o cabra dava na margem do rio, pescaria... O cabra pegava muito peixe nessa época. Rapaz, aqui tinha um peixe que chamava mantrinçã, tinha piau, chamavam piau cabeção, tinha o dourado. Agora se acabou tudo esse peixe aqui pra nós. Tinha mandim, tinha muito aqui. Tinha gente que pescava, saía daqui pra ir pescar, chegava lá, num dava vinte minuto o cabra, o cabra tava com trinta, quarenta cabeça de peixe dentro da canoa, voltava. Era só buscar (*J.D.S, 45 anos, Faz. do Meio*).

Os terrenos das roças eram pequenos, sendo poucos aqueles que mediam mais de 50 metros de largura, havia escassez de mercado para os produtos nos períodos de colheita, não existiam mecanismos de estocagem, a oferta de trabalho remunerado era diminuta, a lentidão dos meios de transporte (barco a remo e montaria) impossibilitava o escoamento da produção para outras praças e isso gerava um quadro de abundância e escassez em certos períodos do ano, levando a população a recorrer a raízes, sementes e plantas nativas, ocupando lugar especial na memória a semente de mucunã⁵⁶, e a viver em um certo grau de ociosidade.

Antes tinha muito mais fome. Hoje tem fome se a pessoa num se ligar pra plantar seu feijão, plantar suas coisinha, mas antes tinha mais fome. Por um tempo vinha a fartura e depois também vinha a fome. Porque antes num tinha rigração. Antes de aparecer rigração tinha mais fome porque só plantava quando vinha a chuva. Quem tirava e guardava, comia um tempo e quem tirasse mais pouqim, que num desse, aí depois ia passar fome. Antes viajava em riba de um jegue. Hoje em dia o transporte tá andando de um

⁵⁴ Entre os animais nativos destacavam-se: ema, seriema, michirra, veado, tatu-bola (extinto) tatu-verdadeiro, peba, mocó, pato, jacu, camaleão. Havia outros que não eram utilizados como alimento, mas que eram caçados em função do valor comercial da pele e também em função do estrago que causavam ao rebanho: gato marisco, onça, raposa, lobo-guará, saruê, carcará, gavião.

⁵⁵ A casca de angico era comercializável, como ainda hoje, e é utilizada em processos de curtimento de couros e peles.

⁵⁶ Mucunã é uma trepadeira nativa que produz uma semente com elevado grau de teor tóxico, mas que no períodos de secas prolongadas era utilizada pelos moradores da região como alimento. O seu preparo para alimentação requeria alguns cuidados como o de colocá-la de molho por algum tempo durante o qual a água deveria ser trocada pelo menos sete vezes.

lugar pra outro, o camarada tá se... Hoje em dia, se falta vem de São Paulo, vem de... até do estrangeiro, se for preciso já chega aqui pra nós, e de primeiro só chegava no jegue. Matava um porco, era obrigado a ir em Santa Maria⁵⁷. Chegava lá comprava aquele poquim de coisa, voltava, quem tinha um tostão, e quem não tinha, limpar mucunã, fome de xiquexique... (A.T.S., 67 anos, *Faz. do Meio*)

Na Fazenda do Meio, existia um engenho e mais três nas proximidades. Os engenhos moíam com um número definido de trabalhadores, em geral quatorze, fixos em posições definidas, com pagamento em moeda.

Ah! No engenho. No engenho era um movimento grande, e só de barriga cheia. Quem vinha com fome chegava ali e saia largo, porque tinha a garapa, tem o mé, tem a rapadura. Só vem com fome até entrar na porteira. Entrou na porteira encheu a barriga. O movimento era grande, sempre tinha gente, movimento. Gente visitando, gente comprando rapadura, gente comprando mé, num faltava gente. (A.A.S., 74 anos, *proprietário de um engenho desativado*)

Casa-de-farinha havia três na Fazenda do Meio e várias outras nas adjacências. O pico do funcionamento tinha início com a subida das águas do rio, por volta do mês de dezembro e terminava no mês de fevereiro⁵⁸.

Ah! Os trabalho da farinhada era demais. Aí o cara passava mês e mês pegado nas farinhada, arrancando mandioca dentro d'água. Mandioca... O rio fazia essa cheia grande, o cara encaixando os barquim, só arrancando e trazendo cheio, despejando na casa-de-farinha, as muié rapando e outros mexendo, passava mês e mês, dia a noite, preparando beiju no forno. Era duro, o serviço. Era duro! Nessa época num tinha ralador assim automático, ralava... a maioria relava era numa roda puxada a braço. Pegava quatro home, e aí pegava uma base de umas cinco horas da tarde, quando ia froxar aquilo ali de relar, o dia vinha amanhecendo de novo, no outros dia, os coro da mão rancado, e aí tornava a chinelar pra ir de novo, pra ir rancar outras que tava dentro d'água. Quando chegava de tarde, de novo tornava a começar de novo aquilo. Tinha deles que durmia, tinha deles que nem durmia, passava dois três noite sem dormir que nem têm-têm, era muita gente também, né? Na hora mesmo que era pra relar... (*inaudível*). Aqueles que tinham condições compravam aquela... Mei mundo de bebida pra dá pro pessoal puxador de roda, que iam relar mandioca, que ia passar a noite botando força. Aí, na cachaça ainda guentava mais um pouquinho e limpo

⁵⁷ Santa Maria da Boa Vista, cidade pernambucana situada a 10 km.

⁵⁸ Embora as farinhadas fossem mais comuns nos períodos de enchente do rio, quando sobrava alguma reserva de mandioca, efetuavam-se farinhadas também em outros períodos do ano.

num guentava. Era, o rojão era esse. Era serviço no duro, agora esse aí era o serviço mais duro que existia na margem do rio, foi esse aí, da mandioca. Nessa época tinha muita mandioca, mas num tinha preço pra farinha. As farinha chamavam era dubo. Jogavam era aí na casa-de-farinha. Davam era um bicho nas farinha. Ninguém queria. Jogavam pra porco, até os porco num queriam farinha. Levava pra feira, ô! Levava. Tinha vez que levava, voltava do mesmo jeitim, ensacado. Do mesmo jeito que levava voltava com ela. Ninguém vendia por preço nenhum. Farinha pra todo canto, muita, né? O pessoal dessa margem aqui prantava em todo canto. Esse Pernambuco... Só o que o povo prantava muito era mandioca, e aí a farinha, pra vender era muito difíce. (*J.D.S., 45 anos, Faz. do Meio*)

Embora as farinhadas fossem desenvolvidas com base na mão-de-obra familiar, quase sempre se recorria ao auxílio de trabalhadores diaristas, que, no caso, eram remunerados em farinha, nas condições descritas no capítulo anterior. Estes trabalhadores se ocupavam, comumente, com os trabalhos de preparo de solo e plantio. As mulheres trabalhavam na colheita de algodão e de mamona. A rapadura, a mamona e o algodão eram os produtos orientados para o mercado, garantindo a remuneração dos trabalhadores em moeda corrente. A rapadura era inteiramente absorvida pelo mercado local e a mamona e o algodão no mercado regional e extra-regional. O trabalho nessas atividades garantia a essa população os meios para a obtenção de dinheiro para adquirir outros produtos de origem externa, como tecidos e sal. Os trabalhos relacionados à produção de farinha tornavam-se atrativos como fontes de geração de renda, mas também pelo reforço dos laços de solidariedade que se instituía entre os membros da coletividade⁵⁹. Embora houvesse oferta abundante de peixe em certas épocas do ano, os pescados não eram comercializados em face da inexistência de compradores, tendo utilidade apenas para o consumo local.

⁵⁹ Deixar de atender à solicitação de alguém que estivesse necessitando de ajuda para atividades como a farinhada, significava produzir quebra das relações de reciprocidade.

Na Fazenda Melancia verificava-se situação similar. No “tempo do verde” a abundância: mel, imbu⁶⁰, caça, leite e produtos derivados; produtos das roças: feijão, milho, melancia, abóbora. Nesse período, no que pese o ar de alegria, as atividades intensificavam-se consumindo a integridade do tempo, pois os animais circulavam livremente no pasto, requerendo a realização sucessiva de ajuntamentos e apartações⁶¹, também era época de “parição”⁶² e de maior incidência de “bicheira”⁶³ nos animais. Período que requeria cuidado com os atoleiros das lagoas, principalmente na fase em que as águas começavam a abaixar. Além disso, o plantio das roças. No “tempo da seca” a escassez e a labuta incessante no trato com os “objetos”⁶⁴: cortar e sapear mandacaru, xiquexique, puxar água de cacimba, limpar cacimba, cortar palma, cortar rama de juazeiro e de quixabeira, enfim, conviver com os animais assistindo-os integralmente.

O ritmo dele (*do vaqueiro*) é logo cedo. Se é tempo de verde: tirar o leite de vaca, de cabra, depois caçar o animal, botar sela e ir pro mato, campiar gado, cabra, ovêia. Se é no tempo do verão, quando ele levanta, a primeira coisa que faz é o quê? Encher o bebedor, dá água ao gado, que é quem primeiro chega na fonte e depois esperar a criação de bode e ovêia chegar pra beber e sempre puxar água da cacimba, encher... Se botou água pro gado cedo!, o gado terminou de beber, a criação bebe durante o dia. A criação de bode ela não vem toda de uma vez, e a obrigação dele era ficar olhando as que ia chegando e ficar enchendo o bebedor, quando fosse baixando. Ainda ele vai atrás de um bode ou cavalo pra dá água, pegar um burro pra dá água, vai botar água numa carga, vai levar em casa, vai dá água a uma cabra que tá na roça, ou uma vaca que tá na roça. Que é o bicho que mais trabalha, é o homem do campo. Você analisando direitinho, ele não tem horário nem de pegar, nem de largar. Ele chegou meio dia e na hora de tirar a sela do

⁶⁰ Fruto silvestre.

⁶¹ O ajuntamento consistia na reunião de todos os animais encontrados na caatinga independentemente de quem fossem seus proprietários. A apartação consistia no ato de separação dos animais por fazenda, que seriam entregues sob a responsabilidade de um vaqueiro morador dela que se incumbiria de entregar aos proprietários os animais que fossem colocados sob sua responsabilidade..

⁶² Período reprodutivo dos animais.

⁶³ Bicheira: ferida nos animais onde as larvas das moscas se reproduziam levando os animais à morte.

⁶⁴ O termo objeto é genericamente utilizado pelos criadores de Curaçá para designar abstratamente os animais.

animal, o caba diz: “Olhe, tem uma vaca ali com uma bicheira”. Se tiver outro animal, passa a sela de um pra o outro, se manda. Se não tiver vai no mesmo. Mas tem que ir, porque se deixar pra ir mais tarde ela já passou. Já andou mais de uma légua. Onde ele vai achar? E se ele não for? Acaba perdendo o animal. Vai pra não perder o animal e também vê o animal sofrendo, com a bicheira. Ele tem por obrigação de cuidar do animal. A obrigação vem da necessidade, da precisão. Se ele se serve é com aquilo! Tinha outras coisas que eu não falei da seca. Era o trabalho de limpar cacimba. É o mais cruel da vida você vê a porteira cheia de animal e a cacimba seca. Eu conheci fazenda, lá, que passava dois três dias os bicho berrando na porteira e o caba lá dentro quebrando pedra, pra fazer água pra dá. E é sofrimento. E a oropa lá embaixo, mordendo o caba... calor. Aí que era bom o caba chegá lá e filmar, pra vê se era bom. Dois três dia é que vinha fazer água pra dá à metade dos bicho. Queimar mandacaru, sapecar xiquexique pra dá ao gado. Tempo de seca o trabalho pesado também era isso. A partir de cedo a gente tirava rama para os borregos, cabrito, essas coisa. À tarde queimava mandacaru. Agora rama a gente tirava cedim, cinco horas já tava chegando com a rama, pra poder encher o bebedor e dá água pros bicho. Nós dava água pros bichos e à tarde queimava mandacaru. (L.P.S., 48 anos, Faz. Melancia)

Nesse contexto os vaqueiros se destacavam. Embora as dificuldades fossem maiores, com trabalho mais intenso, e o enfrentamento anual com a seca, os vaqueiros-proprietários tinham uma melhor inserção no mercado e também um nível alimentar um pouco melhor, tanto quanto à regularidade da alimentação, como quanto à variedade, uma vez que estes integravam à sua dieta leite e derivados, além de um consumo superior de carne, proveniente do próprio rebanho e das caças⁶⁵. No entanto, a parte da população caatingueira formada por agregados e vaqueiros⁶⁶, despossuída de um certo contingente de animais, orbitava em torno de um nível de carência absoluto nos períodos críticos de estiagem e de uma carência relativa no tempo do verde⁶⁷.

⁶⁵ Quando se solicita informações aos moradores da Fazenda Melancia a respeito da base alimentar do passado, a resposta é rápida: feijão, farinha e carne. Na Fazenda do Meio a carne aparece com menos frequência, aparecendo, entretanto o peixe. Embora a carne seja citada como dieta básica, quando a conversa é alongada esclarecem que a carne não era um alimento diário. O arroz era considerado alimento de rico, ocorrendo seu consumo entre os pobres apenas na Semana Santa.

⁶⁶ A situação dos vaqueiros era variável, por vezes se igualando aos vaqueiros-proprietários. Isso dependia do contingente de animais que cuidavam e do proprietário da fazenda, pois muitas vezes estes lhes garantiam crédito no comércio.

⁶⁷ Embora não existisse em número notável, mas não era raro encontrar, nas estradas, a caminho da feira algum esmolé. Algumas pessoas viviam de préstimos residuais de serviços se deslocando constantemente

Existia um tempo que pessoas davam esmola, né? Dava as esmola. Hoje acabou esse negócio de esmola. Num se fala esmola, hoje se fala ajuda, que ainda cheguei ao tempo de se comer arroz de ano em ano, dado pelos outro. Então essas pessoa tinha uma rocinha, que nem já falei isso. Plantava uma rocinha, tinha abóbora.... E eles conseguia a viver, passar o tempo, com a ajuda de outras pessoas. (S. A. B., 50 anos, Faz. Melancia)

Os criadores sempre estavam a dispor, mesmo nos períodos de seca quando esta era suave, de meios para fazer dinheiro, como através da venda de animais⁶⁸, dispondo ainda de crédito nos armazéns da cidade, apelavam também para o que a caatinga tinha a lhes oferecer⁶⁹. Desenvolveu-se uma verdadeira culinária da escassez com base na mucunã, no xiquexique, na raiz de imbuzeiro, no palmito do ouricuri e nos frutos nativos: imbu, maracujá, favela, mari, juá e quixaba (Pierson, 1972, Tomo II, p. 77). As cascas dos angicos eram retiradas à exaustão, o que muitas vezes os levavam à morte, dado que em certas épocas do ano, além da pele de alguns animais silvestres e da pena da ema, elas se inscreviam como fonte de rendimento regular da população mais carente.

Matava um cabrito... Podia dizer que era um cabrito porque tinha gente que media assim, ó! (*demonstrando com as mãos*), pra ver se dava pele. Num estou lembrada quantos palmos, aí vendia aquela pele pra fazer a feira... saber dividir pra poder dar pra fazer a feira. Uma pele tinha que dar para fazer a feira que não tinha outro meio. Na feira comprava um litro de farinha, um litro de feijão, uma rapadura, meia libra de café, que é duzentos e cinqüenta grama... a gente passava. Se não desse a gente passava precisão. Tinha muita gente que passava precisão. Eu alcancei tirando xiquexique, uma vida triste, tirar xiquexique, fazer uma fogueira pra assar, botar prali, quando esfriar ir comer. Que é duro é! viver de xiquexique. Comprar milho, pisar pra fazer cuscuz, pra fazer pipoca, pra comer com feijão - pipoca com

de um lugar para o outro, e era praxe, ainda na década de 1960, alguns pais de família entregarem seus filhos para pessoas que tivessem melhor condição, no intuito de que estas proporcionassem a seus filhos melhor condição ou simplesmente se aliviar do peso da alimentação.

⁶⁸ Um recurso muito utilizado pelas pessoas que dispunham de rebanho de miunça, era abater um animal para consumir a carne e vender a pele para obtenção de recurso para fazer a feira.

⁶⁹ Farinha era um item básico no consumo local, pois era misturada a todo tipo de comida. Nos períodos de seca prolongada, quando ela faltava no mercado, a população se via forçada a beber o alimento. Era tão importante que um depoente a citou 17 vezes em sua entrevista de 9 páginas. Normalmente ela é compreendida como uma mistura, mas nos locais em estudo nos idos dos anos 60 os outros alimentos é que eram misturados a ela. Se aqueles faltassem, comia-se farinha pura ou com água.

feijão. Torra o milho, pisa e mistura com o feijão. Pra algumas pessoas tinha carne todo dia, mas pra muitos era muito difícil carne. Tinha caça, mas não era todo mundo que ia caçar. Aqui teve muita caça. De caça do mato só nunca comi bola, tatu-bola, qui eu nun... Não tinha muito tatu-bola não, mas tinha. (D.F.G., 71 anos, Fazenda Melancia)

Os criadores, em intensidade maior, assaltavam a caatinga cortando a rama das craibeiras, das quixabeiras, dos juazeiros e das imburanas, e ateavam fogo nas moitas de macambira e de xiquexique para os animais se alimentarem, além de cortarem os mandacarus. Alie-se a isso a retirada de estacas e moirões para fazerem cercas sem nenhum cuidado preservacionista.

Os *beiradeiros*, embora vivendo em outro sítio com características específicas, se intrincavam nessa mesma forma de apropriação dos recursos naturais. Desenvolveu-se dessa maneira uma cultura extrativista, onde até mesmo o sistema de criação, pouco ou quase nada, se diferenciava dele, haja vista a estrutura de uma fazenda ou sítio.

...andava no mato, achava aquelas moitona de xiquexique, muitos num tinha, mas tocava fogo ali, aquela moitona, dava pro gado. Tocava fogo na moita toda, mas num pegava em toda, não. Parece que ela era meio sabida, pegava um bocado, mas ficava um pouco. Nascia de novo, daqueles fio que ficava. (...) Serrava aquele pezão de pau (*ouricuri*), tirava o de dentro, aquele bolão, botava pra secar, agora aí pisava pra fazer farinha. É o que chamavam gró. (J.H.D., 81 anos, Faz. Melancia)

3.2.3 – Consumo e estilos de vida

À exceção dos fazendeiros tradicionais, pode-se afirmar que esta população vivia, e até hoje ainda vive, dentro de um equilíbrio mínimo ou abaixo do mínimo (Cândido, 2001, p. 33 e 34), entre as necessidades biológicas e a capacidade de satisfazê-las, *mantido graças à exploração de recursos naturais por meio das técnicas*

mais rudimentares, a que correspondem formas igualmente rudimentares de organização, oscilando entre um curto período de abundância e um longo período de escassez, que assumia caráter traumático quando das longas estiagens.

A vestimenta, tal qual a alimentação, resumia-se ao mínimo necessário. Todos os entrevistados com mais de 40 anos buscaram nas lembranças as imagens do tempo de meninos ou de jovens.

O cara comprava aqueles cortim de pano, mandava fazer aquelas ropinha. Um corte de pano o cabra fazia duas mudinha de roupa, outra só fazia uma, era assim. Quando aquela já tava... já precisava, já era pro cabra... ia comprava outra. Aquele cortim de pano, ele dava a costureira pra fazer. Uma, duas mudinha de roupa, batendo e trocando⁷⁰. O povo dizia que era batendo e trocando, lavando, tirando e voltando com ela pra vestir de novo. Era assim. (*J.D.S., 45 anos, Faz. do Meio*)

Era muito comum o expediente de fazer roupa de pano de saco⁷¹ para ser utilizada no dia-a-dia. Roupa de sair, os adultos, às vezes, possuíam uma muda, e os calçados, as chamadas alpercatas, ou sapatos rústicos, no caso dos vaqueiros, eram produzidos pelos próprios usuários ou por algum artesão local. As crianças de menos de cinco anos viviam completamente nuas. As de cinco anos de idade até dez, onze anos usavam exclusivamente os “camisolos”⁷², sem nada por baixo, e quando cresciam um pouco mais, calção e camisa, se fossem homens e as meninas permaneciam em seus “camisolos” por mais tempo, roupa regularmente feita de um tecido ainda impregnado nas lembranças: o azulino. Pierson registrou situação idêntica ao longo do Vale, quando da realização de sua pesquisa, atribuindo tal fato não apenas à situação de pobreza, mas

⁷⁰ “Batendo e torcendo”: essa expressão designa situação na qual o indivíduo por só possuir uma muda de roupa tem que lavá-la e em seguida torcê-la para que enxugue com rapidez.

⁷¹ Na década de 1960, a população mais carente comprava sacos vazios que embalavam açúcar para fazer roupa.

⁷² Camisolo era uma roupa assim designada por parecer uma veste.

também *á continuação dos costumes característicos dos ancestrais ameríndios e africanos* (1972, Tomo II, p.135).

As doenças das pessoas e dos animais eram curadas com os recursos do mato e com as rezas. Raros eram os remédios adquiridos no mercado, e entre esses os mais comuns eram a “pílula contra estoporo” e “aguardente”. Em caso de doença mais séria, recorria-se à cidade, apesar da dificuldade do transporte feito em lombo de jumento, de burro ou cavalo. O percurso de 24 quilômetros entre a Melancia e Curaçá, com o uso de jumento, levavam dois dias.

3.2.4 – Sociabilidades

A partir da década de 1950, a presença dos fazendeiros tradicionais, na caatinga se reduz. Vaqueiros, agregados, fazendeiros e vaqueiros-proprietários fundiram-se em uma massa, que embora permeada por situações de desigualdade, encontrava-se entrelaçada por fortes relações de parentesco e de vizinhança. Na margem do rio, verifica-se situação similar, tendo como agentes, pequenos proprietários e agregados. As marcas distintivas entre vaqueiros-proprietários, vaqueiros e agregados eram sutis no que diz respeito ao tipo de consumo, ao tipo de trabalho e ao estilo de vida, ocorrendo o mesmo entre pequenos proprietários e meeiros na margem do rio. Elas podiam ser dimensionadas por aspectos quantitativos: quantidade de animais possuídos, volume de produtos adquiridos na feira, tamanho da propriedade. Nem sempre a estrutura da habitação poderia ser fator de distinção⁷³. Qualitativamente se

⁷³ A cobertura de uma casa com palha era um fator distintivo da habitação do muito pobre. Embora uma casa rebocada e ladrilhada constituísse sinal de prosperidade, muitas pessoas em condições consideradas ideais habitavam em casas de taipa (sapé) com piso batido, mobiliadas com poucos e rústicos móveis, sendo os utensílios domésticos praticamente os mesmos encontrados em quase todas as habitações.

diferenciavam pelo tipo de rebanho, sendo o gado o símbolo da prosperidade e definidor da posição social, pelo tipo de roupa usado principalmente nos dias de festa e de feira, pela natureza das relações com as autoridades, pelo tipo de vínculo com a terra (se proprietário ou não) e pelos tipos de montaria e dos arreios, sendo o burro considerado montaria nobre, em se tratando de viagem, e o cavalo em se tratando de trabalho de campo. O jumento era deixado na categoria de montaria indigna de uma pessoa de respeito⁷⁴.

Eu mesmo... meu sonho era ter um cavalo ou um burro bom de sela, porque quando, nós morava no Monte Alegre, pai mandava a gente vim fazer feira aqui, montado num jegue. Nós saía de lá no domingo, vinha dormir na (*Fazenda*) Veneza, pra poder chegar aqui na segunda-feira. E nós saía daqui uma hora dessa (*15 horas*), mais ou menos. O finado Chico Mota saía de lá, montado numa burra, na segunda-feira, seis, sete horas, vinha, fazia a feira e ainda passava por nós, na estrada, e com um animal só. Nós era com dois. Nós montado num jeguinho véio, batendo as pernas e tocando outro com uma carga. Aquilo ali eu só pensava uma coisa: “Eu tenho fé em Deus que um dia eu, quando crescer, vou comprar um burro bom de andar”. Jeguim andava devagazim. Nós saía no domingo à tarde, ia dormir na estrada, vinha, fazia a feira e voltava. Dormia na estrada e só ia chegar lá na terça-feira. Vida de pobre é brincadeira, rapaz! (*L.P.S., 48 anos, Faz. Melancia*)

A resposta de um morador da Fazenda Melancia sobre o que era um rico:

Era um fazendeiro... Deixe eu me lembrar aqui... O caso de Chico Mota⁷⁵. Ele era chamado de rico porque tinha um criatório bom, porque tinha um burro bom pra andar, porque tinha os arreios bom, que andava todo vestido de terno, entendeu! Tem uns animais que são passeiros, grande, bonito e outros pequenininhos véi. (*G.A.S., 64, Faz. Melancia*)

⁷⁴ O padre Heitor Araújo, que trabalhou na região durante 20 anos afirmou em seu livro *Vinte Anos de Sertão*: “Jumento de na sela do Reverendo será supremo ridículo. Nem mesmo nas zonas secas, onde o jegue impera, se aconselha ao Padre montada tão baixa” (1953, p. 74)

⁷⁵ Este fazendeiro não possuía propriedade na Fazenda Melancia. De início era vaqueiro em uma fazenda e com os animais tirados de “sorte” comprou uma terra e se fez fazendeiro. Em alguns depoimentos apareceram frases que denotaram um certo ressentimento nas relações entre os de menos posses com relação aos de mais posses: “Tinha deles (fazendeiros) que maltratavam muito aquelas pessoas fracas, botava para trabalhar com fome, eles tendo a comida e não davam”. (*Dejanira Ferreira Gomes, 1932, Faz. Melancia*)

Entre os moradores da Fazenda Melancia apenas um podia ser classificado como fazendeiro, na acepção local do termo, tendo ascendido a esta condição por ter se estabelecido no local na condição de vaqueiro de miunças e de gado, no final da década de 1930, e posteriormente haver comprado a terra onde desenvolvia suas atividades, dando seguimento à criação de miunças e gado com rebanho próprio. Os demais moradores da Melancia, em seus depoimentos, não estenderam a si mesmo o *status* de fazendeiro, pois não conseguiram empreender criação de gado, mesmo após a compra da terra onde habitam. A imagem de fazendeiro que trazem em suas lembranças foi gerada a partir da memória das gerações anteriores e das relações com proprietários das vizinhanças, a quem prestavam serviços, e a quem, de certa forma, embora proprietários de suas terras, se submetiam, entrando em relação de dependência:

Falava, quando quantidade de criatório, aquela pessoa tombém... naquele tempo pessoas respeitava muito essas pessoas. Falava: "fulano de tal mandou lhe dizer"... Mesmo que o pobre tivesse com direito, aquela pessoa que tinha aquele nome de rico, falavam, mandavam um recado: "Diga a fulano que ele num me tire um pau de madeira de tal lugar, que senão eu mando prender ele". E a pessoa tinha que respeitar. Então meu ponto de vista... Eu posso, no caso, num era nem porque essas pessoas tivessem muitas intelegências. Essas pessoas que a gente, por aqui por perto, chamava de rico, de fazendeiro... (...)Eu num sei qual era o poblema, num sei se era porque pessoas que num tinha comunicação... Eu já, hoje, eu num tenho admiração nessas pessoas, assim dizer: não, é porque fulano era rico. Eu só sei que eles dava uma ordem. E acaso as pessoa pobre tinha que respeitar porque fulano era rico! Agora, o significativo lá da riqueza dele eu nem sei. Num sei em que eles aplicava, num sei se tinha bons proveito. (*S.A.B., 50 anos, Faz. Melancia*)

Os moradores da Fazenda Melancia e os da Fazenda do Meio, tinham a mesma origem social, mantinham fortes laços de consangüinidade e de afinidade, além de desenvolverem as mesmas atividades. Distinguiam-se apenas pelas condições em que estas eram empreendidas: vaqueiros, vaqueiros-proprietários, trabalhadores diaristas,

meeiros e proprietários das roças⁷⁶. Apreendiam o mundo e se relacionavam a partir dos mesmos valores. Participavam dos mesmos eventos, emprestavam os mesmos significados aos acontecimentos, utilizavam os mesmos objetos e estavam submetidos à mesma disciplina coletiva, articulando-se, assim, em torno de um núcleo cultural comum, entendido este no sentido atribuído por Geertz, como

estrutura de significados através dos quais os homens dão formas a suas experiências; [...] um padrão de significados historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (1989, p. 103 e 207).

Tanto na Fazenda do Meio como na Fazenda Melancia, as atividades demandavam formas de cooperação cristalizadas nos costumes constituídos em um passado longínquo. O que determinava o atendimento a um chamamento eram os vínculos entre as partes que se estruturavam dentro de um sistema de reciprocidade estabelecido localmente. Deixar de chamar ou de atender alguém em um momento de necessidade poderia significar ato de indiferença.

Moagem de cana e farinhada eram os dois eventos relacionados às atividades produtivas, de maior significação no que diz respeito à articulação e integração da população da Fazenda do Meio. Devido ao fato de aglutinar muitas pessoas, constituíam-se como espaço de troca de informações e de consolidação, quebra ou estabelecimento de novos vínculos sociais⁷⁷. As atividades rotineiras – capinar,

⁷⁶ Fazer estas distinções não é tarefa simples porque havia casos em que uma pessoa, mesmo sendo reconhecida como fazendeiro podia ter filhos que trabalhavam “por dia” nas adjacências. Também alguns proprietários de roça vendiam dia de serviço. Eram pouquíssimos os proprietários que trabalhavam apenas em seus empreendimentos particulares. Na Fazenda do meio não mais do que três e na Melancia só dois, assim mesmo um por circunstância excepcional que não convém citar aqui.

⁷⁷ As raspadeiras, enquanto raspavam a mandioca, cantavam as chamadas cantigas de roda tendo como base um refrão conhecido e versos improvisados. No momento de moagem da cana por método manual, ao puxarem a roda para moverem o cevador, ocorria o mesmo fenômeno durante todo o período da noite. No momento de peneirar a massa, trabalho destinado preferencialmente aos mais jovens, estes aproveitavam para estabelecerem aproximações amorosas. Ao redor do forno também se articulava um

plantar, pescar -, via de regra, eram desenvolvidas de modo solitário, prendendo-se o *beiradeiro* dentro do espaço específico das roças, mantendo relações com os membros de outras localidades apenas circunstancialmente ou, como de praxe, no dia da feira semanal. Na Fazenda Melancia, ao contrário, por terem seus moradores a atividade pecuarista como centro da vida e por ser esta desenvolvida em base extensiva e o trabalho de campo ser contínuo, os contatos eram rotineiros, não só entre os membros de cada localidade, como também das localidades circunvizinhas, que se localizavam em um raio de vinte e até 60 quilômetros. Todos tinham o dever de oferecer abrigo e alimento à pessoa que estivesse em trabalho de campo, independentemente da localidade a que esta pertencesse, e esse traço produzia, como consequência, um forte estreitamento dos laços sociais e circulação de notícias. A prática da pecuária extensiva requeria também formas de reciprocidade bastante específicas desenvolvidas em torno do trato com os animais que eram o seu núcleo. Constituíam-se como obrigação, amparar e cuidar dos animais desgarrados, independentemente de quem fosse o seu proprietário, oferecendo-lhe água e tratando-se de sua eventual doença, até que este fosse localizado, informado e viesse buscá-lo. Esse procedimento era orientado por valores religiosos e humanitários, *pois não se pode deixar um vivente, bichinho bruto do mato, à mingua*⁷⁸ e revelava-se como condição de partilha de uma identidade e estreitamento de vínculos.

A gente deve ajudar ao animal, pois o animal é que precisa de comer. Num disse que a gente tem uma palavra que diz: ‘Dai de comer a quem tem fome, dai de beber a quem tem sede?’. Eu acho muito importante. (D.F.G., 71 anos, Faz. Melancia)

núcleo de conversa.

⁷⁸ Sacrificar um animal por motivo de doença consistia num absurdo, prática que os moradores da Fazenda Melancia, afirmam não ter existido. Por muito grave que fosse a situação, que o animal morresse por si mesmo, após lhe ter sido oferecido todos os cuidados possíveis.

Tratar um animal significava apenas dispêndio em trabalho. Os meios de cura eram retirados da flora nativa, que eram combinados com rezas que se amparavam simplesmente na fé⁷⁹ (reza para curar animal com bicheira ou doente de outros males) e os medicamentos industrializados eram baratos e utilizados em quantidade irrisória (creolina, benzocreol).

A prática do ajuntamento era levada a efeito de modo a cobrir todo o campo e era mais insistentemente realizada com o rebanho de ovinos. O gado só era juntado a partir do mês de julho, época própria para venda dos bovinos refeitos pela pastagem abundante produzida no “verde” e também início da “seca”. A partir desse mês, devido à escassez de água nas lagoas das caatingas, o gado passava a se aproximar das áreas onde havia olhos-d’água e para esses locais se encaminhavam os vaqueiros para ajuntá-los e efetuarem as retiradas. A Fazenda Melancia possui um olho d’água e por isso era ponto de “retirada de gado”⁸⁰ juntando vaqueiros de várias localidades:

Era uma animação grande, naquela época, tinha retirada. A Melancia é um ôio d’água, e era aberto. A água minava, os bicho vinha berber, juntava gado, jegue, ovêia... Aí eles marcava uma data, por exemplo, dia 20 de agosto, que era mês de juntar os animais que as águas tão secando. Aí arreunia a vaqueirama, lá. Vaqueiro de toda região. Aí pra você vê. Me fez uma pergunta agora, perguntando o que uma criança de dez anos fazia. Com a idade de onze anos, eu subia naquelas craibeira lá, pra tirar o olho da craibeira, pra tirar rama de craiba pros vaqueiros darem aos cavalos. Levava um facão na cintura. Aí eu tinha aquela influência de caçar o cavalo do vaqueiro no mato, vinha montado. Pedia o cavalo ao vaqueiro, pra dar uma carreira, que o vaqueiro não dava. Tinha medo do cavalo derrubar. Era muito divertido assim, mas... Por isso é que até os dia de hoje eu ainda lembro mais da caatinga, porque tinha divertido. (*L.S.P., 48 anos, Fazenda Melancia*)

⁷⁹ A eficiência das rezas para a cura de animais é incontestável entre os habitantes da caatinga. Asseveram, que o feito curativo delas depende tão somente da fé do rezador. Há vários tipos de reza, mas o teor destas só pode ser ensinado a poucas pessoas por rezador. Do contrário a reza se enfraquece para todos que participarem da corrente.

⁸⁰ Retirada significava retirar o animal daquele local para que este fosse conduzido ao seu local de origem.

Não era comum acontecer festa dançante na Melancia, mas elas ficaram na memória de seus moradores. Contratava-se o sanfoneiro, acertava-se o dia e a notícia corria na redondeza. A bebida era cachaça e os que a ela acorriam tinham que “merecer a graça” do dono da casa. Como não havia cobrança na entrada, pagavam apenas aqueles que dançassem, e todos podiam participar. O sanfoneiro tinha como remuneração o dinheiro arrecadado apenas por aqueles que viessem a dançar mais de duas vezes.

Festa? Ah! Festa era bom. Festa era a coisa melhor que tinha era festa nas caatingas, nessa época. Não tinha briga, não tinha bagunça. Sanfoneirinho... sempre tinha festa. Na época nós tinha finado Bigo, lá nos Felix, e quando você não queria chamava em Curaçá. Não sei se você chegou a conhecer aquele preto, aquele... Mané Pistola... depois disso veio Isaltino, mais recente, né. Naquela época mais era, quem mais tocava era o finado Bigo, tinha um outro lá do Barro Vermelho, que esqueço o nome dele agora, andava com uma sanfoninha nas costas montado em um jegue. Mané Pistola andava de burro, e tinha carro naquela época? Naquela época quem tinha um carro era rico. As festas juntava muito. O pessoal gostava de festa. Hoje não se gosta mais muito de festa, não. As festas de hoje não é como era antigamente, não. Antigamente as festas era sadia. (*G.A.S., 66 anos, Faz. Melancia*)

Além das festas profanas havia as religiosas; era comum fazer Roda de São Gonçalo em pagamento de promessa, que também juntava muita gente das redondezas. A festa de Reis, essa tinha caráter inteiramente local. O tempo era certo, mês de janeiro. Os participantes escolhiam uma casa para “botar o reis” e chegavam nela “à boca da noite”, de surpresa, dançavam a noite toda e o dono tinha que providenciar comida e bebida e só saíam de lá no outro dia, depois que almoçassem. Na Fazenda do Meio as festas eram mais freqüentes.

Ah! Festa tinha muita, antigamente, por aqui. Era festa pra todo canto. Num tinha... Tinha semana que era até três. Eram bobo, que nem diz a história. Naquele tempo o pessoal brincava, começava à boquinha da noite ia até o outro dia, o sole alto. Num havia arrilia nenhuma. Ah.! O povo... Aqueles

velho antigamente era farrista, gostava daquelas farra de sanfona. Aqui tinha um véio que chamavam Cordel véi, Gino... tinha sanfoneiro de Pernambuco que fazia essas farra aqui. Vinha o sanfoneiro, aí usava uma cotinha aí, uma micharia. Uns pagava, outros num pagava, e o povo parece que era mais besta que o sanfoneiro tocava até o amanhecer. Tinha novena de São Francisco, novena de Santa Luzia, rezavam muito aqui, e tinha procissão que o povo faziam aqui, de São José, procissão pra chover. Ajuntava um bucado de gente rezando aqui, saía daqui, ia até o Ferrete, Currealim, o pessoal do lugar tudo. Saíam aí numa casa e noutra. Aí aqueles iam acompanhando, quando pensava que não, daqui ia todo mundo pra reza. Faziam umas novena, chamavam nove noite, em cada casa era nove noite, rezava hoje nove noite aqui, quando terminava daqui passava praquela casa ali, era assim, e hoje em dia num tem mais isso aqui (*J.D.S., 45 anos, Faz. Meio*)

A influência da cultura comum à caatinga, embora encontrasse suas particularidades em cada localidade, tinha um raio amplo de abrangência. Entretanto, se os moradores da Fazenda Melancia vivenciavam uma situação de homogeneidade nas relações que estabeleciam entre si, em suas relações com o mundo mais amplo, deparavam-se com estruturas de poder que lhes impunham uma disciplina e a observância de uma escala hierárquica estruturada com base na propriedade de gado e na extensão da área de terra possuída, nas relações com as autoridades e no poder de coerção dos fazendeiros. Deste modo a “amistosidade” e os valores que permeavam as relações sociais estabelecidas e apreendidas como fruto da vontade de Deus ou como decorrentes de uma ordem natural, não se fundavam em absoluto em vínculos originários de uma democracia rural. Por trás dela estava a memória advinda de épocas anteriores e a sua reafirmação constante. Assim, um entrevistado responde a uma pergunta a respeito do que aconteceria àquele que desobedecesse à ordem de um fazendeiro:

Agora ali tinha castigo. Era, castigava muito. O castigo era este: clamar para ensinar o jeito que era. Uns se conformava e outros que num se conformava, morria. Eu alcancei deles ainda de se mataem, por causa disso: num queriem obedecer! (...)Este aqui muitas vez eu me lembro. Eu já morava na

Melancia. Eu vinha mais minha mãe, trazer... mais ela. Naquele tempo um animal, carro, essas coisas assim, era nas costa. Eu vinha... Daqui... muitas vez ele mandava farinha, que ele tinha uma irmã que morava na Melancia, levei muitas vez um saco de farinha nas costa... Tinha um véio ali que chamava... esqueceu, que dizia: “Ô Janica, você mata esse bichim”, - ela respondia: “Mas eu num tinha o que fazer. Moisés qué que ele leve e ele tem a força de levar, e vai levando, e vai indo”. E nisso a gente ia. (*J.H.D., 81 anos, Faz. Melancia*)

Williams discorrendo sobre as presumíveis relações mútuas no campo concluiu que

uma forma de abordar a sobrevivência dessa mutualidade tradicional é verificar a distância que há entre a aldeia e o principal proprietário de terras da localidade. (...) Em alguns lugares, ainda sobrevivem pequenas comunidades locais, do tipo antigo, em que pequenos proprietários, arrendatários, artesãos e trabalhadores conseguem colocar a sua situação de vizinhos acima de sua identificação com as classes a que pertencem. Jamais se deve idealizar esse tipo de comunidade, pois nos momentos decisivos, que ocorrem de vez em quando, as realidades da sociedade de classes normalmente se manifestam (2000, p.148 e 151).

É verdade que o espírito de mutualidade existia entre aqueles que se encontravam na mesma condição, mas na relação entre os desiguais – agregado *versus* fazendeiro, vaqueiro *versus* fazendeiro, sitiante *versus* fazendeiro - os laços estabelecidos eram de obrigação e favor. *O fazendeiro chamava o vaqueiro de Fulano, o vaqueiro só chamava o fazendeiro de seu Fulano.* Como forma de amainar a distância social e de obtenção de consideração dos fazendeiros, era comum os mais pobres entregarem a eles seus filhos como afilhados, situação que não admitia recusa em face dos valores religiosos implicados. Esse expediente não só requeria tratamento diferenciado, denotando uma situação de proximidade e compromisso mútuo, como também significava proteção para o filho em situações futuras. Corresponder também às expectativas morais contidas no discurso dos fazendeiros e fazer-lhes préstimos

constantes, implicava o reconhecimento destes, como bem discute Martins (2001) sobre a dádiva.

Na Fazenda do Meio, o que não pode ser generalizado para a realidade dos *beiradeiros*, as relações eram mais igualitárias, não subsistindo nas lembranças de seus atuais moradores histórias de opressão praticadas por fazendeiros ou por proprietários de terras. Isto pode ser explicado pelo fato de possuírem condições materiais idênticas, de suas relações se circunscreverem ao nível local, pois suas atividades não demandavam integração extralocal, e também pelo fato dos contatos que estabeleciam com o “mundo de fora” serem esporádicos, basicamente limitando-se ao dia da feira. Por outro lado, as relações que estabeleciam entre si eram carregadas de tensão: *Briga assim de zoada, de furada, de cacetada aí tem muita. Aqui nunca teve disciplina (Moradora da Fazenda do Meio, 55 anos)*. Embora todos se dedicassem às mesmas atividades e estivessem sujeitos às mesmas condições, as desenvolviam no isolamento familiar, nos eitos de trabalho, disputando entre si “para ver quem trabalha mais”. Os trabalhos coletivos circunscreviam-se a situações específicas e bem marcadas pelos períodos do ano, e mesmo assim tinham caráter seletivo, onde cabia a indiferença com relação aos desafetos, fato que só em situações extremas podia ocorrer na atividade da pecuária extensiva.

3.2.5 - O lugar da memória

Quando os membros de ambas as coletividades em estudo esticam o pensamento mais para trás, remetem-se aos ditos e deixados pelos pais e avós e pode-se

observar a divisão do tempo em dois períodos: o tempo real (aquele em que vivem, incluindo aí as representações e práticas do passado, que ainda encontram sentido no dia-a-dia) e o tempo dos antigos (aquele no qual tudo é fundido e confundido, ligando-se ao “começo dos tempos”). Segundo Halbwacks, isso ocorre porque *a memória coletiva avança no passado até certo limite mais ou menos longínquo... Para além desse limite ela não atinge mais os acontecimentos e as pessoas numa apreensão direta* (1990, p. 109). Ora, se a memória coletiva pressupõe *uma corrente de pensamento contínuo (...) retendo do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém* (Halbwacks, 1990, p. 81), e estando ela intrinsecamente ligada a um grupo, *existem tantas memórias coletivas quantos sejam os grupos*. Quando um grupo esquece de seu passado, na realidade, já não faz parte do mesmo grupo do qual se originou e há uma sucessão de grupos, tendo em comum a ancestralidade e a base espacial na qual vivem ou viveram, inaugurando-se um novo tempo, onde os elementos do passado, que sobreviveram, ganham novas significações construídas em um novo quadro auto-referente com novas formas de ver, de fazer, de pensar e de sentir, originando aquilo que o povo chama de “tempo véio”, “o outro tempo” e “tempo novo”, ao referir-se ao passado longínquo e ao presente, e “rama véia” e “rama nova” ao referir-se aos ancestrais longínquos e às pessoas que se mantém vivas ou que há pouco morreram. Mas, como assinala Halbwacks,

o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para aqueles de seus membros para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua subsistência (1990, p.123).

Nesse caso, o que ocorre é que dois tempos coletivos passam a conviver provisoriamente, marcados por ordens de interesses, de idéias e de preocupações

diferentes e onde as lembranças não são mais reconstruídas sob um fundamento comum, assumindo cada um deles características distintas e estados de espírito diferentes. Provisoriamente porque o passado enfraquece-se lentamente, apagando-se a memória coletiva do grupo que desapareceu, sendo retido do passado somente aquilo que é capaz de sobreviver na memória do novo grupo, e mesmo assim, dentro de um novo quadro, o que significam novas formas de apreensão da realidade, visto que o grupo que sucedeu o antigo, *segura durante certo tempo o cetro de costumes” e modifica a opinião segundo novos modelos* (Halbwachs, 1990, p. 67). Na Fazenda do Meio, é perceptível três formações ecoando no presente. A primeira caracterizada pelos “antigos”, a quem os mais velhos estão constantemente a referir-se; a segunda caracterizada pela geração dos adultos e dos velhos que não só herdaram muito das experiências e práticas das gerações anteriores como vivenciaram um período específico, do qual não apenas se recordam como o trazem como referência de vida, embora, parte considerável de suas condições de existência tenha desaparecido; e os jovens, para quem o presente é o mundo onde vivem e não vêem muito sentido na recuperação do passado e nele não buscam abrigo, mesmo que sem o saber, continuem presos na malha daquilo que seus pais são e fazem.

Na Fazenda Melancia, as formações são caracterizadas pelos “antigos”, que não encaram como tão antigos assim, sendo melhor falar de antecessores; por aqueles que compõem o atual quadro no lugar; e pelos que saíram, mas que continuam apegados ao lugar. Como não há jovens em número significativo, não é possível verificar sinais de corte, pois os poucos ali existentes se aferram, tal qual os mais velhos, ao estilo de vida tradicional.

*

No capítulo seqüente, analisaremos o papel da memória na reconstrução social e preservação do patrimônio cultural dos habitantes da Fazenda Melancia e Fazenda do Meio – Curaçá-BA -, diante de transformações econômicas e sociais verificadas nos últimos 40 anos, o que implica o exame do processo de preservação do patrimônio cultural em uma situação de transformação social e econômica.

CAPÍTULO IV

MUDANÇA E MEMÓRIA COLETIVA: Construção de um novo tempo

4.0 – O despontar de um novo tempo

4.1. – As características da mudança

A década de 1960 representou um marco no processo de transformação das condições de existência dos habitantes do município de Curaçá - BA. Foi no correr dessa década que teve início a popularização da educação escolar, a difusão de rádios-receptores, a modernização da agricultura e implementação dos meios para a agricultura irrigada; o fomento à agricultura; a proliferação de produtos industrializados; a expansão das relações mercantis; a introdução de novas técnicas, relações e objetos de trabalho; instituição da aposentadoria rural e a presença mais acentuada das instituições governamentais no campo. Também foi sentida pela população uma mudança climática caracterizada pelo prolongamento dos períodos de seca, e mais adiante, no final da década de 1970, uma mudança radical na vida da população beiradeira em decorrência da conclusão das obras da Barragem de Sobradinho. A combinação desses fatores abalou o equilíbrio das formas de vida até então vigentes e apontou a necessidade de modificação do modelo de existência social.

Até então, as mudanças decorriam de fatores sociais endógenos ou climáticos, com pouca ou nenhuma influência do mundo externo, mesmo porque o mundo circundante não apresentava níveis de diferenciação significativos e os elementos da sociedade envolvente, quando introduzidos, acabavam por ser absorvidos ou renegados sem promover alterações sensíveis, visto que os contatos com esse mundo mais amplo se desenvolviam de maneira descontínua e denotavam grandes discrepâncias em suas realidades, além de não haver motivos que justificassem maiores níveis de integração. Entretanto, na década de 1960, fatores exógenos introduzindo-se como elementos incompatíveis com seu passado, mudando a natureza e a estrutura do tempo, produzindo fragmentação no corpo social, em decorrência da incapacidade do grupo controlar seus membros, como resultado da dispersão de muitos destes em

atividades heterogêneas e em torno de interesses individuais. Embora se possa tomar a década de 1960 como referência para as mudanças na região e no município, elas não atingiram ao mesmo tempo e com a mesma intensidade as diferentes partes do corpo social e localidades. Algumas localidades, a depender da forma de inserção social, da condição econômica de seus atores, da interferência do poder público e mesmo de sua disposição no quadro geográfico, foram mais rápida e intensamente atingidas, outras, só vieram a ser atingidas e sentir o impacto dessas mudanças mais tardiamente e de forma diferenciada, pois seus fatores se combinaram e se difundiram de diferentes maneiras e produziram conseqüências variadas em cada lugar.

4.1.2– Os casos das Fazenda do Meio e da Fazenda Melancia: entre a modernidade e a tradição

As coletividades em estudo foram envolvidas nesse processo de mudança mais pelos seus efeitos que propriamente por engajamento direto. A condição econômica e a forma de inserção social dos atores dessas duas coletividades só os permitiram participar dele de modo secundário, sendo as condições de vida atingidas cada vez mais e com maior vigor, na medida que novos elementos do processo de mudança iam se combinando aos já existentes.

A alteração das condições climáticas redundando no aumento da irregularidade e na escassez das chuvas, fenômeno que se intensificou na década de 60, afetou as condições de trabalho tanto dos moradores da Fazenda Melancia como dos

moradores da Fazenda do Meio, embora tenha causado impacto maior nas condições de vida e trabalho daquela. É que os moradores da Fazenda do Meio tinham na agricultura de vazante a base de sua sustentação econômica, praticando a agricultura de sequeiro apenas de forma secundária. Por isso, não sentiram tão fortemente o impacto da escassez das chuvas, mesmo porque o rio São Francisco não havia sofrido alteração significativa. Por outro lado, o advento da agricultura irrigada, a princípio fundada no cultivo de cebola, criava alternativa de trabalho. Alguns entre seus moradores, que não se envolveram com este tipo de cultivo na condição de meeiro ou trabalhador diarista, nas roças situadas nas ilhas e no lado pernambucano, ainda que não possuíssem recursos adequados para tal prática⁸¹, envidaram esforços e adquiriram semente de cebola e fizeram pequenos cultivos que molhavam utilizando-se do recurso de empregar a mão-de-obra familiar para transportar água manualmente em galões, atingindo produção inexpressiva.

Moiava na lata. Moiava na lata, na cuiá assim como quem molha um canteirinho de coentro. Cebola era uma coincidência, o camarada prantava aqui e tinha que ir levar no Juazeiro e a condução era barco⁸². Apareceu uma cebola aqui, a primeira o nome era canara. O adubo era o esterco do bode e dava boa! Num dava grandes coisa porque prantava pouca. Era o esterco do bode, num tem adubo melhor. (*A. A. S., 74, Faz. Meio*)

O cultivo de cebola tornava-se atrativo porque, além de não implicar o abandono das atividades costumeiras, oferecia possibilidade de remuneração em moeda para os trabalhadores diaristas de ambos os sexos e expectativa de rendimento inusitado

⁸¹ O cultivo de cebola demandava aquisição, no mercado, de semente, fungicida e de inseticida (o adubo utilizado nessa época era o esterco de criação obtido gratuitamente), além da aquisição de um conjunto de motor-bomba, canos e aquisição contínua de óleo diesel.

⁸² Transporte através de barco a remo e uma distância de aproximadamente 150 quilômetros, com o tempo de duração da viagem de ida variando de 5 a seis dias.

para os meeiros e proprietários, pois sua produção se destinava especificamente ao mercado.

Plantava cebola pra vender, leva pra Juazeiro. Ganha dinheiro, depende do preço da cebola. Deus é quem dá a sorte. Às vezes ele ganha e às vezes ele perde. Quando a cebola dá ele ganha, quando não dá ele não ganha. (*D. G. M., 83 anos, Faz. Meio*)

A cebola despontava como uma porta de saída da situação de marginalidade com relação à participação no mercado em que esta população até então estava encerrada. Se o seu cultivo não impunha necessariamente o rompimento com as atividades e com as formas tradicionais de trabalho, pelo menos em nível da aparência, as relações sociais paulatinamente iam sendo abaladas e com ele vinha junto a monetarização das condições de existência e o sonho de ascensão social por vias individuais⁸³, levando muitos jovens a trabalhar exclusivamente em busca de salário ou como meeiros, saindo assim da dependência dos pais, e a relegar as atividades tradicionais. Mas mesmo assim, as relações sociais tradicionais mantiveram sua feição por longo período, resistindo, inclusive, após a adoção de novos produtos cultivados para o mercado como a melancia e melão, introduzidos a partir de meados da década de 1970.

A continuidade das atividades tradicionais ao lado das atividades destinadas ao mercado, por um período de 30 anos, sem que ocorressem grandes modificações, deveu-se ao fato da estrutura ambiental ter-se mantido intacta, e também em decorrência da população não haver logrado êxitos econômicos que permitisse a ela

⁸³ Segundo os mais velhos da localidade, poucas eram as casas até o período em que se iniciou a agricultura irrigada. Era prática os filhos se casarem e continuarem morando com os pais, por falta de condições de construir suas próprias moradias, mesmos estas sendo quase sempre de taipa. Após a introdução da agricultura irrigada é que o número de construções aumentou. O trabalho remunerado e de meação criou a possibilidade dos filhos romperem as formas de dependência com relação aos pais.

a adoção da agricultura irrigada como atividade principal⁸⁴. Com o fechamento das comportas da Barragem de Sobradinho, as atividades tradicionais sofreram um golpe profundo, inscrevendo-se na memória dos *beiradeiros* como acontecimento divisor do tempo. Daí em diante, além do ciclo do rio ser alterado, as águas perderam seu teor orgânico não mais fertilizando as terras, e, contrariamente, passando a lavá-las, retirando sua fertilidade. Até mesmo as pescarias perderam sentido; peixes conhecidos na região foram desaparecendo de forma surpreendente.

Adepois da Barragem de Sobradim... Enquanto num tinha barragem o rio fazia cheia grande, parece que o peixe descia, num era? Num tinha onde ele se parar. Agora depois que fizeram a barragem ali, vem limitado. O peixe às vez por cima num desce, algum peixim que pode vim é aquele que tiver por debaixo da barragem. O povo eu acho que pescou muito, o pexinho ficou mei difice, a num ser também outros que descero pra outra barrage. Que aqui antes da outra barragem (*Itaparica*) tinha muito surubim, tinha muito dourado, a gente pescava pegava, e agora... Ninguém mais pegou um dourado, um surubim ninguém vê mais. (*J. D. S., 45 anos, Faz. Meio*)

Se o barramento das águas em Sobradinho e a escassez das chuvas fizeram-se sentir de forma drástica, a mercantilização da produção e do consumo, que se inaugurara com a agricultura irrigada e com a incorporação de novos itens no rol das necessidades, vinha sorrateiramente corroendo as bases de sustentação das atividades tradicionais. Os engenhos e as casas-de-farinha já sentiam dificuldade em concorrer com a agricultura irrigada em termos de mão-de-obra, e os trabalhadores passavam a reclamar remuneração compatível com o salário-mínimo legal do país, situação que se somava à concorrência da produção desenvolvida em bases industriais de outras regiões,

⁸⁴ Em outras localidades beiradeiras o que se verificou foi que aquelas pessoas que dispuseram das condições necessárias à prática da agricultura irrigada, ou abandonaram os cultivos tradicionais ou deixaram estes em segundo plano. Assim os engenhos, por exemplo, por falta de cana, passaram a encerrar suas atividades. Percebia-se também um certo declínio das casas-de-farinha, conforme será explicitado mais adiante.

gerando assim, um quadro de inviabilidade da continuidade de suas existências, segundo os padrões conhecidos.

Na caatinga, os criadores viam seus rebanhos diminuírem continuamente em decorrência do aumento das vendas, da insuficiência da pastagem natural e da ocorrência de doenças até então desconhecidas ou com incidência menos significativa: vermes, febre aftosa, raiva, botulismo, carbúnculo. Essas circunstâncias levaram os criadores a acentuarem os esforços para a sustentação dos animais, que passou a ser mais insistentemente feita a partir do corte de algumas espécies da vegetação nativa e da recorrência mais insistente ao mandacaru e ao xiquexique. Além disso, foram forçados a recorrer ao auxílio de medicamentos industrializados e afigurou-se a necessidade de novos procedimentos relativos ao manejo dos animais, que implicavam gastos financeiros: aquisição de arame para fazer cercados para a reserva de pasto, aquisição de vacinas, remédios e rações: farelo, milho, torta, vagem de algaroba⁸⁵. Até então os períodos de seca inscreviam-se no quadro de normalidade, com ocorrências devastadoras em períodos mais ou menos estipulados com base nas previsões dos mais velhos. Esses períodos, portanto, inscreviam-se no quadro das expectativas da população e de alguma forma regulavam a quantidade de criatório na caatinga.

...Conforme o verde, que nós pegamos uma época que era certo. De janeiro... Em janeiro já começava o verde. Digamos de 32 até 50 o verde foi quase direto, falhou pouca época. Todo mundo melhorou os rebanho. Digamos em 30, 31, a ovelha quase se acabou na seca. Aí todo mundo ficou com pouquinha. Digamos que no Gato (fazenda) papai criava duas mil e tantas cabeças de ovelha. Em 31 ficou trezentas cabeças de ovelha. Em 32, eu, por exemplo, tomei conta, trabalhando de 32 a 47, foi quando ele morreu, aumentou duas mil e tantas cabeças de ovêa, dentro desse período, que não houve mais seca que desse pra matar a criação de fome. Chovia,

⁸⁵ No início da década de 1960, no aã da necessidade de melhorar o rebanho, órgãos dos governos estadual e federal, passaram a incentivar a introdução de animais melhorados e também aumentou a circulação de animais provenientes de outras regiões do país nas estradas da região, o que provocou a introdução de doenças até então desconhecidas.

plantava roça, tinha o milho, tinha o feijão, comia isso, chegava o outro ano que a gente contava certo com a chuva. Tinha seca, mas era distante, dez anos, de quinze anos... Então o milho, o feijão alcançava o outro que ia chegar no outro ano. Não se vendia, era para o consumo de casa. Na época que vinha a seca as cacimbas secavam, era preciso quebrar pedra, mas os anos era perto um do outro. A chuva... Não secava. (*L. L. F., 84 anos – Faz. Riacho do Gato, adjacências da Faz. Melancia*)

A comercialização de animais ocorria de forma excepcional, dado que o consumo era mínimo⁸⁶, e, como foi esclarecido no CAPÍTULO II, o hábito era abater miunças para alimentação da família e vender as peles para a obtenção de dinheiro para as despesas da semana. Desse modo o rebanho multiplicava-se com certa velocidade, principalmente porque, além do consumo ser mínimo, reduzidos também eram os gastos com os insumos e com os serviços de manutenção da fazenda. Os machos e as fêmeas mais velhas é que eram descartadas, e mesmo assim de forma moderada, pois um dos símbolos através dos quais se avaliava a prosperidade de um criador era a posse de muitos animais da “ponta virada” ou erados⁸⁷.

Dado o quadro de constituição da Fazenda Melancia e a situação de seus moradores, a realidade se fazia em outras cores, pois embora estes tomassem como parâmetro e se referenciassem pelo modelo dos fazendeiros, possuíam rebanhos numericamente pouco expressivos, não podendo se dar ao luxo de deixar seus animais atingirem “era” e os suprimiam apenas nos momentos de aperturas; alimentavam-se de carne de caça, galinha e ovos e ofertavam sua mão-de-obra nas vizinhanças. Para estes,

⁸⁶ “No passado um pai de família quase não tinha despesa. Ninguém tinha rádio, televisão, não se ouvia nem falar, o sapato pra se vim à festa. O Natal dava pra vim... O freguês com a idade de quinze anos comprava um sapato e com a idade de trinta ainda tinha o sapato. Só calçava nesse dia. Usava alpercata de couro de gado. A mulheres usavam chinelo. Com esse chinelo passavam na fazenda e vinha à festa de Natal, à Missa de Ano com esse chinelo, toda a família nesses trajes.” (*L.L.F. 84 anos, Faz. Riacho do Gato, adjacências da Melancia*)

⁸⁷ Animal da ponta virada ou erado era aquele animal, fosse ele bovino, ovino ou caprino, que de tão velho tinha o chifre grande, atingindo a idade de quatro a seis anos, se fosse miúça e de sete a dez anos, até mais, se fosse bovino. Um boi para ser considerado erado tinha que contar com pelo menos sete anos de idade e um caprino ou ovino com mais de três anos.

a mudança climática produziu maiores estragos, uma vez que até então obtinham no plantio de sequeiro parte de seu estoque alimentar e renda⁸⁸.

Meu pai foi um cara que foi vaqueiro de umas dez fazendas. O trabalho dele era só trabalhar em fazenda e nessa fazenda aí ele já tava com nove, aí já tinha o rebanho dele e também trabalhava de lavrador, de roça. Sei que nessas épocas de chuva ele tinha sempre a rocinha dele que plantava e colhia ali, suas vinte, dez sacas de milho... algodão. Naquele tempo plantavam muito algodão, feijão-de-corda... Plantava muito, mas hoje é difícil, porque com essas temperaturas que tão, não tem mais como tirar o plantio da chapada. Naquele tempo, os mais velhos marcavam as datas da chuva e caía certo. Hoje, nego não marca mais, se marca não dá certo. Mudou muito. A temperatura é que eu acho que mudou mais, e principalmente as épocas de chuva, que naqueles tempos, por exemplo, você marcava a data de chuva... Em janeiro era fraco, mais aí você contava fevereiro, março... e hoje nós já tamo em março e você vê que quem plantou aí tá vendo a planta morrer. Eu mesmo mais meus irmãos mais velho, rapazinho, nessa época, a gente tava ganhando dinheiro nas roças de quem plantava milho, plantava algodão... pra ir capinar o mato, pra ganhar o dinheiro pra sobreviver. (*L. S. P., 48 anos, Faz. Melancia*)

Se em nível da produção se impunha a necessidade do consumo de novos produtos e adoção de novas técnicas, em nível de existência pessoal também se incorporavam, ou pelos menos surgia no horizonte das expectativas demandas por serviços e por produtos industrializados. Ou seja, enquanto as condições tradicionais de produção encontravam-se em franco processo de declínio, sem que surgissem outras alternativas de sobrevivência no lugar, mesmo que em escala residual, necessidades novas despontavam, produzindo desequilíbrio no quadro de existência. Nesse contexto, a emigração, que já era um recurso habitual da coletividade, se acentuou progressivamente produzindo o esvaziamento da Fazenda Melancia no final da década de 1970⁸⁹.

⁸⁸ Além de produtos alimentares, plantavam também algodão e através de sua venda obtinham algum dinheiro. Também nos períodos chuvosos acontecia de encontrarem trabalho mais facilmente nas circunvizinhanças.

⁸⁹ Segundo os seus moradores, havia mais de 15 famílias habitando nas terras da Fazenda Melancia e seus arredores na década de 1960, e hoje apenas oito unidades familiares habitadas podem ser contadas. Além

Aqui não tinha trabalho, eles (*grande parte de seus moradores*) foram embora. A família de Antônio Paixão mesmo só ficou uma morando aqui. Eram quatro homens e quatro mulheres. Hoje tem duas porque outra voltou. Tá aposentada. Voltou. Tá morando ali. Tinha terra, mas não tinha trabalho. Essa terra sem chover... por acaso... agora mesmo o que é que nós temos de futuro aqui? Viver de dia de serviço aqui, bastante filho... na carístia. (...) As pessoas iam embora porque eram obrigados, se viam obrigados a ir embora. Como eles iam viver aqui? O criatório era pouco. A pessoa fraco pode ter? Agora mesmo se você quiser comprar trinta quarenta sacos de comida para os bichos você pode, eu não posso. Naquela época tirava o mandacaru para dar para os bichos, tirava a rama... No passado tinha que comprar o milho para dar para os animais, para os animais de montar. Tirar rama é brincadeira!... cortar rama e ajuntar garrancho, espinho! É uma vida dura, camarada! (*D. F. G., 71 anos, Faz. Melancia*).

4.1.3 – Migração e educação

A partir da segunda metade da década de 1960, a educação escolar já se incluía no rol das necessidades. Aqueles que puderam, deslocaram seus filhos para o estudo na cidade. Os que não puderam, tiveram de conviver com o peso das dificuldades impostas pela nova realidade que se desenhava.

Meu pai tinha a maior dificuldade pra botar a gente na escola. Não tinha condições de ter uma casa na cidade e não queria que nós, os filhos, viesse pra cidade pra estudar, que não tinha onde ficar e, principalmente, quando acabava a escola como é que eu podia voltar? Ficar vagabundando na rua? Então ele prifiria que a gente ficasse na roça, trabalhando com ele... ajudando ele, porque a situação dele era... fraca mesmo, trabalhador. A nossa professora era a enxada e o livro era o mato, pra derrubar... a limpa de feijão, de milho e de algodão... e de quem tinha condições, ainda. (*L. S. P., 48 anos, Fazenda Melancia*)

Os estudos das primeiras letras alguns conseguiam iniciar na caatinga mesmo, quando havia alguém em “condições” de ensinar, o que chegava a implicar um deslocamento de até quatro quilômetros até a casa onde funcionava a escola. Depois das

dessa redução das unidades familiares, o que pode ser verificado também é que o número de moradores de cada uma delas é reduzido, havendo crianças (duas) em apenas uma.

primeiras letras, ou ir para a cidade continuar os estudos, ou se firmar no costume da vida do mato, ou buscar outros meios de vida e aprendizado em São Paulo. O deslocamento para a cidade implicava não apenas o desfalque da mão-de-obra da família, mas também o aumento da despesa que passava a ser feita em dobro, além de retirar os filhos do costume da labuta e os gastos efetivados para a construção de uma casa na cidade⁹⁰.

4.2. Transformação social e memória coletiva

Williams (2000, p. 19), diz que *a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e de um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões*. Contudo, o ritmo, a intensidade e a natureza da mudança podem produzir alterações brandas, não modificando com substancialidade o quadro comum de pensamento e a estrutura do grupo. Nesse caso, o passado só é recoberto lentamente por novas imagens. Mudanças desse tipo não impõem rompimento com o modelo de existência e não produzem a descontinuidade do tempo. Entretanto, se o ritmo ou a natureza da mudança for intenso, surgindo elementos incompatíveis com o passado do grupo, verificar-se-ão rupturas. A escassez e a irregularidade das chuvas impôs a necessidade de readaptações

⁹⁰ Pelo menos um membro de cada família da Fazenda Melancia possui uma residência na sede do município. A origem da aquisição ou construção dessas residências deveu-se exatamente à necessidade de abrigar os filhos enquanto estes estudavam. Posteriormente, mesmo aqueles que não haviam colocado os filhos na escola, passaram também a adquirir residência na sede. Um dado interessante e diferenciador do *beiradeiro* em relação ao caatingueiro, é que enquanto este, na medida do possível, procurou investir na formação escolar dos filhos, aquele não o fez. Na Fazenda do Meio, por exemplo, os jovens só vieram a ter acesso à escola a partir da iniciativa do poder público, sendo que o primeiro jovem da coletividade, e ainda vinculado a ela, a concluir o segundo grau o fez no ano de 2003. Esse aspecto, investimento na educação dos filhos, parece ter uma relação direta com propriedade de imóvel residencial na cidade.

e gerou privações e maiores sacrifícios tanto para os moradores da Fazenda do Meio como, principalmente, para os moradores da Fazenda Melancia⁹¹. Porém as práticas e as representações sociais não sofreram abalos tão sensíveis que impusessem a adoção de estilos de vida inteiramente diferentes, mantendo-se praticamente intacta a identidade da população. Mesmo a introdução da agricultura irrigada na Fazenda do Meio, não gerou de imediato, grandes alterações na relação de vida e trabalho de seus habitantes. Digamos que essa nova modalidade de agricultura, incluindo aí as relações de trabalho, trazia embutida práticas e representações sociais diferentes, mas que paulatinamente e de maneira constante, infiltravam novos valores e expectativas no estilo de vida fundado na tradição.

Os moradores da Fazenda do Meio, ao envolverem-se com a agricultura irrigada, na condição de meeiros, de trabalhadores assalariados ou mesmo de pequenos plantadores de cebola, melão ou melancia, não abandonaram seus cultivos, atividades e formas de produzir e existir tradicionais. A agricultura irrigada convivia lado a lado com a agricultura de vazante, havendo o transplante de elementos de uma modalidade para a outra, movidos simultaneamente entre os dois quadros de tempo diferentes⁹². Pode-se até dizer que, nas condições locais, a agricultura irrigada e o estilo tradicional de produção se complementavam: enquanto uma se voltava para o mercado, a outra se

⁹¹ Para os membros de ambas as coletividades o ano de 1960 foi o marco, que é representado pela lembrança da grande chuva. Nesse ano, choveu consecutivamente por vários dias, vindo a ocorrer o desmoronamento de muitas casas e a perda de muitos animais que foram carregados pelas águas ou morreram de fome (os animais não comem capim molhado). Embora essas chuvas tenham produzido desastres, também proporcionou colheita farta. Segundo o imaginário das pessoas do município, aquele chuveiro era indicativo de “sinal dos tempos”, de “mudança de era”. O ano de 1960 é tido pela população local como sendo o marco delimitatório entre o tempo em que as chuvas ocorriam com regularidade e o tempo em que essa regularidade desapareceu.

⁹² Note-se que as áreas ocupadas pela agricultura irrigada não eram as mesmas onde se desenvolviam os cultivos de vazante. Aquelas requeriam terrenos planos e, portanto, um pouco mais afastados da margem do rio.

voltava para aprovisionamento e uma se esteava na outra. O rompimento desse processo de convivência ocorreu com a demolição, de um só golpe, do pilar central de existência do *beiradeiro*, o ciclo natural do movimento das águas do rio São Francisco, gerando incompatibilidade com o seu passado e produzindo ruptura com o modelo de trabalho e de vida até então vigente.

Na Fazenda Melancia, onde não ocorreu fenômeno abrupto que golpeasse definitivamente as atividades tradicionais e onde não foram introduzidas atividades externas que viessem a oferecer alternativa ou concorrência a elas, os efeitos da modernidade só se fizeram sentir lentamente. Parte considerável das formas de existência continuaram quase intocadas por um longo período de tempo, persistindo as velhas práticas de trabalho, relacionamentos sociais e o modo de apreensão do mundo. As mudanças perceptíveis eram sinalizadas pelo seu esvaziamento demográfico, pelo aumento da incidência das doenças sobre os animais, pela incorporação de alguns serviços e objetos da modernidade (bicicleta, rádio, relógio, bugigangas, educação, saúde, transporte etc) ao seu cotidiano e pela alteração do clima, que ocasionava a redução da pastagem e do rebanho e a impossibilidade de colheitas agrícolas satisfatórias. Esses aspectos, entretanto, eram encarados como provisórios e a população se manteve por vasto período na expectativa do retorno da regularidade das chuvas e da normalidade da vida, como, de certa forma, se mantêm até os dias presentes. Como se tratava de uma população com pouco poder aquisitivo, com baixo nível de inserção social, de pouca influência nas esferas de governo e nas agências de desenvolvimento (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, órgãos de assistência técnica, etc.), os recursos da modernidade só os alcançavam, residualmente, através da incorporação de usos e

costumes, de alguns objetos, de algum recurso técnico e de algumas informações que apreendiam na escala de seus horizontes culturais⁹³.

No que tange às modificações ocorridas atingirem de modo a desfigurar, mais acentuadamente, as condições de existência na Fazenda do Meio, na Fazenda Melancia, verificou-se também alterações substanciais, o suficiente para colocá-la na dimensão de um novo tempo. Entretanto, um aspecto foi fundamental para que não houvesse a desagregação, quase completa, dos membros das duas coletividades: a adoção, por parte do governo federal, no início dos anos 70, de uma pensão para os idosos do campo, equivalente a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e sua elevação para um salário mínimo integral nos anos 80. Esse aspecto proporcionou condições para que a vida no campo, mesmo diante das dificuldades provocadas pelas transformações ocorridas, continuasse de alguma forma possível. A imagem do *esmolé* aos poucos foi desaparecendo e os velhos deixaram de ser um peso para os filhos para se transformarem em esteios econômicos da família, sendo seus rendimentos regulares e fixos imprescindíveis para a continuidade da vida nas coletividades⁹⁴.

...lá em casa... Ói, lá em casa mesmo tem esses dois salaro, como tem agora, de mãe, que vinha antes, só o dela, e agora chegou o do marido, mas esse salaro é dividido pra onze pessoa. (*J. S., 53 anos, Faz. do Meio*)

A pecuária e a agricultura, que antes se consubstanciavam como atividades exclusivas de existência, passaram ao segundo plano e perderam seu caráter

⁹³ Na área da caatinga, além de não ter sido introduzida outra atividade produtiva, mesmo aquelas pessoas que possuíam condições econômicas satisfatórias e que tinham acesso ao crédito e às agências de desenvolvimento, não conseguiram alterar o padrão tradicional de vida e trabalho, embora, tenham adquirido animais melhorados, construído cercas com limites superiores às existentes até então nas fazendas e adotado alguns procedimentos novos no que diz respeito ao tratamento das doenças dos animais.

⁹⁴ A aposentadoria é chamada pela população de ambas as coletividades de “aposentim” e “esmola do governo”. Todos, inclusive aqueles que ainda não a recebem, entendem que sem a aposentadoria a vida ficaria inviável no campo e teriam que ir embora “passar fome no mundo” ou teriam que voltar a comer xiquexique e mucunã.

fundamental para todas as famílias das duas coletividades, assumindo condição subsidiária. Desse modo, aqueles que ainda não possuem idade para receber os benefícios destinados aos idosos, ou orbitam em torno destes ou levam uma vida de extrema dificuldade.

Na Fazenda do Meio, as mudanças geraram fissuras entre as gerações mais novas e as gerações mais velhas. Para aquelas, o passado é algo distante do qual tomam conhecimento pelas histórias contadas pelos mais velhos. Até mesmo a denominação de *beiradeiro* tornou-se algo deslocado e cujo significado precisa ser explicado.

É porque eles chamam a gente de *beiradeiro*, agente num tem o que responder mais. O pessoal mais véi só chamava *beiradeiro*, *beiradeiro*, os mais novo foram acompanhando isso aí, sem saber o que é que diz. (J.D.S., 45 anos, Faz. Meio)

Não conheceram o cultivo de vazante, a abundância das pescarias e nem a caatinga “farta” onde iam buscar mel, madeira e caça. Vazante, caatinga, engenho e mesmo as farinhadas, transformaram-se em *lugares de memória*⁹⁵ e a vida que cabia dentro deles transformou-se em história, pois *é na história vivida que se apóia a nossa memória* (Halbwachs, 1990, p. 60). O espaço é o mesmo, mas o lugar possui outras configurações e o tempo se estrutura em outro quadro de pensamento, não conseguindo mais encontrar de forma viva a imagem do passado. Os velhos se voltam para o passado, tomando-o ainda como referência, em um ar de nostalgia: *se voltasse a chover, se as águas do rio voltassem como eram*. Mergulham no mundo das relações apaziguadas, da boa vizinhança. Quando utilizam o verbo no passado o semblante se

⁹⁵ Expressão utilizada por Pierre Nora (1981) para designar os lugares, sejam eles materiais, simbólicos ou funcionais, que referenciam o passado, cujo papel é “a cristalização da lembrança e a sua transmissão”. Arquivos, museus, monumentos, comemorações. Os lugares de memória “são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade”.

aviva, quando se voltam para o presente manifestam desânimo. Não se vêem nos jovens; os jovens não se vêem nos velhos, mas estes também não são mais os mesmos.

Há aí dois grupos coexistindo, vivendo em tempos diferentes. Halbwachs (1990, p.88 e 123) assevera que

...se circunstâncias exteriores introduzissem na vida do grupo um novo elemento, incompatível com seu passado, um outro grupo nasceria, com uma memória própria, onde subsistiria apenas uma lembrança incompleta e confusa daquilo que precedeu essa crise. [...] É quando (*um grupo*) se transforma que um novo tempo começa para ele e que sua atenção, se afasta progressivamente daquilo que foi, e do que não é mais agora. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para quem uma tal transformação tenha abalado menos, como se o antigo grupo se recusasse a se deixar absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância. Se a memória atinge então regiões do passado inegavelmente distantes, conforme as partes do corpo social que se considera, não é porque uns têm mais lembrança do que os outros: mas as duas partes do grupo organizam seu pensamento em torno de centros de interesses que não são mais completamente os mesmos.

E o ponto simbólico dessa ruptura é identificado pelos mais velhos como tendo sido a construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, mas como foi indiciado acima, o grupo que surgiu foi gestado na esteira da agricultura irrigada e da monetarização da vida.

Na Fazenda Melancia, os marcos simbólicos estruturadores do lugar em muito persistiram em seus significados: o espaço do ambiente doméstico, a indumentária, a dieta, o círculo de relacionamento social - mesmo empobrecido pelos processos migratórios e pelas infiltrações dos valores da modernidade – os objetos de trabalho, os marcos orientadores da caatinga.

Naquele tempo tinha... Aí eles marcavam, né?, que fosse no mapa. Eu num sei se era, se tinha isso. Mas eles tinha as demarcações, sabia o que pertencia a eles e o que num pertencia. Era árvore, era pedra, era assim... era lagoa, riacho... até riacho tal, porque os lugares todos têm nome. O mato é igual na cidade. Daqui praí é um bairro, daí pra lá é outro, e nos mato tombém é assim, né? (*S.A.B., 50 anos, Fazenda do Meio*)

Os marcos simbólicos continuam encontrando sua referência no passado e a ele recorrem continuamente seus moradores. A legitimidade de uma propriedade, por exemplo, é dada pela tradição e seus limites são identificáveis, não nos parâmetros estabelecidos pela burocracia estatal, mas com base nas convenções herdadas dos ancestrais. Mesmo aquelas pessoas que moram há anos em uma terra, mas que não a tenham comprado, ou a tendo comprado ou herdado sem que houvessem lavrado o documento em cartório, se dizem não proprietárias das mesmas, como é o caso de uma das moradoras que chegou na Fazenda Melancia em 1944 e cujo pai comprou terra em 1956.

Meu pai... Nós mora aqui mas nós não somos dono. Eu não sou dono, porque meu pai comprou a Zeca Jaque. Ele já estava doente, aí ele disse que meu pai... ficava Vavá e a esposa dele pra passar a escritura. Meu pai num ligou, quando foi em 56, dona Leonila morreu, mas antes ela mandou chamar meu pai para passar a escritura e ele não foi. Nós não temos os documentos. Vavá (*esposo falecido*) era um grande herdeiro aqui, mas não tem documento. A velha morreu (*mãe de Vavá*) e eles não fizeram. Meu pai comprou a terra com o trabalho dele, que ele dava dia de serviço, fazia calçado. (*D.F.G., 71 anos, Faz. Melancia*)

A propriedade só se legitima através da posse de um documento lavrado em cartório⁹⁶. Não basta ser descendente de um proprietário para que o direito seja consubstanciado. É imprescindível a posse material do documento que ateste direitos. Curiosamente, embora não se reconheça a propriedade, reconhece-se o direito de moradia e para que o mero direito de moradia seja transmutado em direito de propriedade, basta que a pessoa que se encontre nessa condição, sem contestação de

⁹⁶ Os mais velhos da Fazenda Melancia atestam que a terra foi comprada e paga, mas não reconhecem o direito de propriedade. Aceitam entretanto que façam benfeitorias e que no mais, tenham vida em pé de igualdade com os demais membros da coletividade que possuem documentos e que atestem a propriedade sobre a terra.

vizinhos, “tire o INCRA”⁹⁷. A partir da existência de documento, todos os descendentes, independentemente de terem feito ou não partilha, de viverem ou não na terra, passam a ter direito reconhecido sobre a propriedade por todos na coletividade.

...um homem ou vários somente adquirem direito de propriedade sobre uma terra ou uma coisa, a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou que essa relação é tão imutável como a coisa em si mesma. (...) Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade, ele somente adquire algum valor se a memória coletiva intervir para garantir-lhes a aplicação. (Halbwachs, 1990, p. 145)

A indefinição objetiva dos limites de cada propriedade gera situação confusa, uma vez que a quantidade de terra imaginada por cada proprietário, é sempre superior à quantidade real. O costume de não se efetuar os trâmites formais relativos às partilhas por herança, fez aumentar a indefinição quanto a quem é de fato proprietário ou não e qual a extensão de terra a que se tem direito. É perceptível o apego à propriedade da terra por lance de memória, de forma simbólica. Os que ficaram nas terras asseguram e reconhecem os direitos daqueles que partiram delas, assegurando também os direitos de seus descendentes, que quase sempre nem sabem que os possui. Pode-se dizer que, mesmo nos casos em que há contendas, elas ocorrem em nível simbólico, meramente em busca de um reconhecimento nominal do direito à propriedade, pois, quase sempre, sabem de sua inviabilidade e insignificância reais⁹⁸.

Como assinala Wanderley (2001, p. 37):

... o lugar da família, isto é, o patrimônio fundiário familiar constitui um elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Daí a importância do

⁹⁷ Trata-se de um mero cadastro declaratório sobre o qual se paga imposto, mas que não oferece nenhum nível de reconhecimento de propriedade e não requer nenhuma exigência de comprovação de propriedade.

⁹⁸ Dentro dessa linha de raciocínio o número de pessoas com direito às terras da Fazenda Melancia seria tão grande que se tornava impossível dividi-las.

patrimônio fundiário familiar e das estratégias para constituí-lo e reproduzi-lo, sobretudo em um processo que valorize a identidade territorial.

Muitos dos que emigraram para outras regiões, embora fisicamente distantes, mantêm-se de alguma forma ligados ao grupo que ficou, acalentando a esperança de retorno tão logo se aposentem, e aqueles que saíram, mas que moram nas cidades próximas não perdem o contato, reservando ocasiões especiais como a Semana Santa para revisitarem o lugar. Na Fazenda Melancia existe apenas um jovem (24 anos) e duas crianças, abrindo assim uma vaga com relação ao futuro. Os demais, emigraram para as cidades, e entre estes, aqueles que, embora se vejam como pertencentes ao grupo e assim sejam vistos pelos que permaneceram, perderam a vivência necessária à categorização como tal.

Os nêvos que sejam filho de qualquer uma pessoa? Algum, quando a gente diz, mas todos os nomes antigos, dos lugares do mato, vamos dizer: Lagoa da Moça Branca, Lagoa do Sapato, Lagoa da Jibóia, Lagoa da Calça, vamos dizer, Lagoa do Aguapé, essas pessoas, vamos dizer, a maioria num sabe. Porque essas pessoas saíram, foram, né?, pra estudar. Ficam muito na cidade... Essas pessoas, chega no fim de semana, tombém num vem mais pro mato... Só tá no mato mesmo aquelas pessoas mais velhas. (*S.A.B., 50 anos, Fazenda Melancia*)

Grande parte dos que se ausentaram, entre estes, tanto os que moram distante como os que moram na região, continuam capazes de se identificar com os que ficaram e de confundir o seu passado, continuando a pensar como membro do grupo, usando as noções e reconstruindo as lembranças sobre um fundamento comum, colocando-se na mesma ordem de preocupações, enfim, colocando-se do seu ponto de vista⁹⁹.

⁹⁹ É impressionante o nível de atualização, com relação às ocorrências locais, daqueles que saíram da Fazenda Melancia há anos e que moram na cidade de São Paulo. Muitos dos que moram lá estão sempre a manter contato entre si para recordar e trocar informações sobre os parentes e conhecidos que permaneceram no lugar. Aliás, essa é uma característica comum aos moradores do município de Curaçá que moram em São Paulo, principalmente os da caatinga. Por muito que estejam atualizados, ao retornarem, percebem o fosso que separa o passado do presente e voltam àquele como se o quisessem

Quando dizemos que o indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, é necessário entender que essa ajuda não implica na presença atual de um ou de vários de seus membros. Com efeito, continuo a sofrer a influência de uma sociedade ainda que tenha me distanciado: basta que carregue comigo eu meu espírito tudo o que me capacite para me posicionar do ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu meio e em seu próprio tempo, e de me sentir no coração do grupo. (Halbwachs, 1990, p. 121)

Pronunciando-se sobre esse sentimento persistente de vinculação ao grupo Willians (2000, p. 120 e 395), afirma que ele advém de uma

...identificação com as pessoas com quem nos criamos; um apego ao lugar, à paisagem onde começamos a vida e aprendemos a ver. Identifico estes sentimentos de imediato, com base em minha experiência pessoal. A única paisagem que vejo nos meus sonhos é a aldeia das Black Montains onde nasci. Quando volto àquela região, sinto que recupero uma forma de vida específica, que por vezes parece ser uma identidade inevitável, uma ligação mais positiva do que a que tenho com qualquer outro lugar. Muitos outros homens sentem o mesmo em relação aos lugares onde nasceram, e a força da idéia de ter raízes num lugar, seja este antigo ou novo, torna-se então positiva e inquestionável. Mas para a maioria das pessoas, a questão sempre foi como continuar a viver onde elas estão. [...] Wordsworth percebeu que, quando nos sentimos inseguros num mundo de pessoas aparentemente estranhas, mas que exercem um efeito comum decisivo sobre nós, e quando a nosso redor circulam forças que irão alterar nossas vidas de modos aparentemente externos e irreconhecíveis, podemos buscar segurança recuando para uma subjetividade profunda, ou então podemos procurar no mundo que nos cerca imagens sociais, signos sociais, mensagens sociais, com as quais possamos nos identificar enquanto indivíduos, mas de modo a descobrir, de alguma forma, um senso comunitário.

Observa-se que quando uma pessoa originária do grupo foge ao padrão de conduta esperado, é recusada, tornando-se alvo de atenções e foco de preocupações, principalmente quando sobre ela recaem suspeitas de estar envolvida em roubo ou com droga, e nesse caso, espera-se uma iniciativa da família no sentido de que esta providencie os meios de corrigi-la ou afastá-la do lugar¹⁰⁰. Espera-se sempre que um

recuperar.

¹⁰⁰ Os entrevistados, unanimemente, evitaram falar sobre roubo de animais por membros das proximidades. Isso pode ser explicado pelo fato deles terem se mostrado bastante unidos e temerem fissuras em suas relações. Sobre esse aspecto, existe um tipo de pacto de silêncio: “Aqui somos todos camaradas” ou “Sabe que eu não sei lhe contar isso?” Este é o tipo de frase que repetiam sempre que a pergunta os encaminhava para questões delicadas.

membro do grupo que tenha saído, quando do seu retorno, comporte-se como se nunca tivesse se ausentado, partilhando os usos, modos e costumes, mesmo que, durante um certo período, ele seja alvo de curiosidades e sempre se alimenta a expectativa de que traga algo novo. Algo novo que, diga-se, deve desaparecer ou deixar de destoar para que o indivíduo venha a ser o que se espera dele: um membro do grupo. Do contrário, pode ser encarado suavemente como um estranho, não incidindo sobre ele nenhuma postura de agressividade, mas apenas de um certo distanciamento, mascarado sob a forma de tratamento respeitoso e deferências especiais. Nesse caso o tom da voz é mais manso, o olhar se disfarça e a atenção se redobra. Canclini (2000, p. 167) compreende que *participar da vida social é agir de acordo com um sistema de práticas ritualizadas que deixam de fora 'o estrangeiro', o que desafia a ordem consagrada ou promove o ceticismo.*

A estruturação das fazendas resistiu às ondas de modernização que se investiram na região e mantêm o mesmo padrão. As casas são as mesmas e o mobiliário e a disposição desse, no ambiente interno das residências, obedece aos padrões de 40 anos atrás, sendo acrescido de alguns objetos de natureza industrial; a dieta básica permanece sendo o feijão e a farinha¹⁰¹; os gestos e as expressões das pessoas, o cheiro do ambiente, nada disso destoa do passado¹⁰². As Rodas de São Gonçalo continuam freqüentes e são realizadas seguindo os mesmo motivos e rituais. O trabalho no campo, embora tenha perdido em intensidade, segue os mesmos moldes. Se antes se carregava

¹⁰¹ Os itens básicos comprados na feira são arroz, farinha, feijão, café, o óleo, açúcar, fósforo, querosene. Aqueles que fumam incluem o fumo.

¹⁰² É preciso levar em conta que o autor do presente trabalho, que tem 49 anos, viveu em sua infância e parte da adolescência nesse meio, se bem que, não nessa coletividade específica, mas em sua vizinhança, sendo, portanto, também uma testemunha e conhecedor de muitas das situações aqui mencionadas.

água em pote, agora, carrega-se em lata. Mesmo já existindo cisternas¹⁰³ em algumas casas, a garantia de água para os animais vem das cacimbas. Os ajuntamentos continuam a ser importantes, mesmo que longe do que foi no passado, assumindo caráter residual.

Fazia mais (*ajuntamento*), porque chovia mais. No ano que chove mais eu pego meu rebanho, eu pastoreio, eu junto ele, pago pessoas pra pastorear. Você tem noção, você sabe, você fazia isso, num sabe? Pois eu faço esse processo, quando posso fazer. Quando não posso fica aí, entregue ao léu. Eu não vejo o criatório. Eu não vou mentir que vejo meu criatório. Que ninguém vê. Aqui não se vê. Antigamente é o que você acaba de falar: apartação. O vizinho dizia: “Em tal tempo vamo apartar a ovelha de Fulano, de Beltrano”. O povo, hoje, o próprio povo não tá ligando. (*S.S.T., 62 anos, adjacências da Faz. Melancia*)

O trabalho de campo no traquejo aos animais não é mais vivenciado com a mesma intensidade do passado, é verdade. A mudança do clima, o esvaziamento da caatinga de parte considerável de seu contingente demográfico, a dispersão dos animais entre muitas pessoas, o fato de muitos dos que nela ainda habitam abandonarem suas montarias substituindo-as por bicicletas, motocicletas e caminhonetes para deslocamentos maiores, a necessidade de ofertar ração aos animais, em face da redução do poder natural de alimentação levando os animais a se prenderem mais no pasto de origem e a ficarem mais mansos, e também a indisponibilidade de muitos *caatingueiros* de se lançarem no trabalho com o mesmo afinco vivenciado por seus pais e avós, não permite o mesmo ritmo de assistência ao mato e de acompanhamento dos animais¹⁰⁴.

Perguntado a um vaqueiro da Melancia se ele encontrava muita gente no mato a resposta foi:

¹⁰³ Cisternas para captação e armazenamento de água de chuva e abastecidas por carros-pipa nos períodos de seca.

¹⁰⁴ Esse processo não pode depender apenas dos moradores de uma coletividade. Como visto no capítulo primeiro, a prática do ajuntamento requer ação coletiva em nível da região, uma vez que, os animais se deslocam em grandes distâncias.

Ave Maria! É muito difíce! Hoje é raro. Hoje quando acontece vê um grito é bem ditardezinha, um botando uma cabra, uma ovêia, num sabe? Mas, pra você encontrar uma pessoa no mato é difíce. Aconteceu o seguinte: antigamente tinha muitos criatório, hoje tá pouco. Pouquim e o povo, né?¹⁰⁵ O interesse tá pouco também, num vai lá vê uma ovêia, outo num vai. Antigamente todo dia tinha que ir pro mato. (*J.N.S.R., 40 anos, Faz. Melancia*)

Outro vaqueiro das adjacências explica esse vazio:

A escola acabou com o movimento de campo. Tá uma situação pecuária. Não tem... O criatório está se acabando. Nesta época que estou falando, das juntas de ovelha, o pai de família tinha dez filhos, todos dez trabalhavam na fazenda. Hoje o pai de família tem dez filhos, tão na escola na cidade. Ele fica sozinho, vendendo pra dar assistência a eles e o criatório fica se acabando. Onde trabalha dez pra ficar um só, faça o cálculo a situação pecuária que está acontecendo. (*L. L. F., 84 anos – Faz. Riacho do Gato, adjacências da Faz. Melancia*)

A diminuição de circulação na caatinga facilita a ação dos predadores (carcarás, raposas, gatos-do-mato, urubus), o aumento de mortandade dos animais por incidência de bicheiras e proporciona terreno fértil para roubos praticados por gente que se traveste de caçador ou mesmo praticado por gente das redondezas, além de elevar o grau de desgarramento de animais do pasto. O que aconteceu?

Não sei. Uma modificação do... da era, do tempo. Sei lá! É inexplicável. Pra mim é difícil de explicar. Num sei o que é que tá acontecendo. Deve ser a época mesmo que tá fazendo isso. Ninguém quer trabalhar, quer andar participando das coisas... Hoje você sabe, essa juventude aí... Muita gente que não quer trabalhar se aproveita. Isso aí ninguém pode nem se evitar falar nisso. Rapaz, ovelha... Ultimamente, com esse tempo assim, a falta de chuva, essas chuvas incertas, o criatório se espalha muito. A gente tá tendo aqui, em média, umas duas mil cabeças, mas eu não sei nem se tá existindo

¹⁰⁵ S.A.B., 50 anos, morador da Melancia tem outra avaliação no que diz respeito à redução do número de animais. “Naquele tempo quem pissuía... chegava a pissuí, vamos dizer, duzentos gados, mas era contada as pessoas, e hoje a quantidade em mão de pessoa é menos, que seja de cinqüenta, de cem de duzentos, de vinte de dez. Mas se acha em cada mão de quase cada pessoa que mora nos mato. Por isso que a quantidade eu acho que seja a mesma coisa, só que foi dividida pras pessoas. Aonde antigamente era poucas pessoas que pissuía quantidade, de ovelha de cabra de gado, que nem todo mundo andava até num jumento, naqueles tempo”.

esse número. O criatório se demanda muito. Aparece outros extravios por aí a fora. Você sabe que malandro não tá brincando, né? Não sabe não? Apois fique sabendo. Os ladrões de bode! Não tem ladrão de bode? Esse é inevitável. Ultimamente até a pele é vendida sem a cabeça. Quem é que pode corrigir? É o produtor que pode dizer que esse animal é seu? Se ele (*o ladrão*) leva sem a cabeça! Isso é que tá atrapalhando, muitas vezes, o trabalho da gente. São essas coisas, rapaz. (S.S.T., 62 anos, Faz. Moça Branca, *adjacências da Melancia*)

Os desvios com relação ao padrão tradicional por parte de jovens e de alguns adultos têm abalado o equilíbrio da vida na área de todo o município. Como dizem alguns *caatingueiros*: *a caatinga só serve para os caatingueiros*. Onde ser *caatingueiro* é saber viver e se conformar com o que a caatinga, dentro das formas de apreensão tradicional, pode proporcionar. Aqueles que, vivendo na caatinga anseiam por formas de vida e de consumo incompatíveis com a produção e o modo de vida e trabalho costumeiro, acabam por produzir perturbações sérias nos relacionamentos sociais, a partir da adoção de atitudes que geram desconfiança ou impedem a continuidade dos laços de reciprocidade sobre os quais o estilo de vida e de trabalho de funda. Assim se pronunciou um senhor ao se dirigir a um jovem que, a seu chamado, havia ido à sua fazenda para pegar uma criação de sua propriedade que aquele tinha encontrado no mato: *Ói, num vou pegar mais nada seu. Já peguei bicho seu várias vezes e você só anda nos caminho, nessa mota. Num vai ver bicho meu e se ver um bicho meu como é que pega andando nessa coisa aí?* (A.L.F., 80 anos, Faz. Riacho do Gato, *adjacências da Faz. Melancia*)

O trabalho continua sendo praticamente o mesmo e os relacionamentos sociais se orientam pelos mesmos princípios de antes. As condições é que são outras. Desse modo algumas perguntas aos moradores da Melancia têm como resposta:

Sela é a mesma sela, arreio é o mesmo arreio, gibão é o mesmo gibão, perneira é a mesma perneira, né?, chicote... Porque antigamente as mulheres

carregavam água em quê? Num pote... às vez inroscava um pé, o pote quebrava. Hoje se carrega numa vazia de plástico, numa lata de zinco, né? Tomba, mas só derrama a água. (J.M.S., 55 anos, Faz. Melancia)

O trabalho do vaqueiro? É muitos trabalhos. O trabalho do vaqueiro... O seguinte é esse: o trabalho de vaqueiro, você pega um animal, vai ao campo ver um bicho, né?, trazer o boi pro curral, pro chiqueiro, ajuntar elas, rebanhar elas, dá comida, dá o remédio, tem um boi brabo na caatinga, você sai num cavalo, encourado, vai botar o cavalo atrás dele pra pegar, pra trazer pro curral.[...] Ser vaqueiro, quem faz é a caatinga, né?, e os bichos, os animais. (J.N.S.R., 40 anos, Faz. Melancia)

Os contatos internamente são bastante próximos e montam uma rede de comunicação que mantêm a todos a par das ocorrências, tanto do lugar como das proximidades, sendo quase impossível a guarda de uma ocorrência em segredo, por muito delicada que ela seja. Os contatos e as informações ainda são ampliados por uma área significativa com bastante rapidez, devendo-se esse fato à circunstância de haver um certo contingente de pessoas fazendo trabalho de campo e de alimentarem entre si “as considerações” referenciadas nos laços de família e de proximidade e respeito há muito construídos, tendo muitas vezes sido originados pelos pais e avós¹⁰⁶.

O grupo não rompeu suas ligações com o passado. Mudou a natureza, mas representa continuidade atualizada do passado, pois como disse Nora (1981, p. 9), *a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto*. A identidade desse grupo está intimamente entrecruzada com as identidades dos grupos dos quais se fizeram e se fazem.

... na memória, as similitudes passam entretanto para o primeiro plano. O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. [...] A estabilidade do alojamento e de seu aspecto interior impõem ao próprio grupo a imagem apaziguante de sua continuidade. (Halbwachs, 1990, p. 87 e 132)

¹⁰⁶ Nas conversas entre a gente do lugar e das adjacências é comum referência de ligação entre os ancestrais e a situações e acontecimentos que os identificam.

À noite, quando as atividades se encerram, o tempo pára. Os vultos se acomodam no terreiro. Conversam sobre as ocorrências do dia findo e sobre o outro dia. Trazem os finados e os acontecimentos distantes para perto. O latido dos cachorros anuncia gente chegando: “Boa noite!”. Os do terreiro respondem: “Boa noite. Vá se apiando. Chegue pra cá!”. Só silhuetas são visíveis de relance no lampejar da luz fraca do candeeiro que alumia de dentro de casa. De repente, silêncio. Põem-se a assuntar o tempo, o barulho do mato.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

5.0 – A força da memória coletiva e a reinvenção da tradição

Elementos materiais e simbólicos da modernidade penetraram e passaram a fazer parte do mundo das coletividades aqui estudadas. Todavia, em um primeiro momento, não lograram transformações substanciais do estilo de vida e nas formas de apreensão da realidade de seus habitantes ou naqueles que, mesmo tendo emigrado, a elas continuaram de alguma forma vinculados. A mudança climática não foi suficiente para desfigurar o sistema de vida que levavam. A interrupção do ciclo natural

do movimento das águas do rio São Francisco é que veio a desfalcocar os moradores da Fazenda do Meio de sua condição básica de existência, interrompendo o ciclo evolutivo da memória coletiva. Nessa coletividade, até o momento desse corte, como na Fazenda Melancia até os dias atuais, os elementos da modernidade foram absorvidos dentro dos horizontes culturais locais. Tanto os atores que introduziram as inovações, como aqueles que com elas operavam, o faziam a partir de seus valores e formas de convivência, processando-se aquilo que Bosi (2001, p. 64), apoiando-se em Bartlett, chama de convencionalização: *processo pelo qual imagens e idéias, recebidas de fora de um grupo indígena, acabam assumindo uma forma de expressão ajustada às técnicas e convenções verbais já estabelecidas há longo tempo nesse grupo*. Isso significa dizer que o grupo continuava sendo ele mesmo, não havendo neste ponto hibridação, já que este conceito diz respeito à combinação e convivência de elementos de culturas distintas mantendo em parte suas propriedades particulares, o que implica dualidade de existência, circulação de objetos, práticas e concepções de mundos e temporalidades diferentes, conforme se depreende da obra de Canclini (2000). É verdade que o cultivo de cebola implicava em uma lógica diferente. Entretanto, na da Fazenda do Meio, a produção era levada a efeito com base nas formas de sociabilidade local – meação, trabalho familiar e relações de confiança.

Até o final da década de 1960, as relações, os insumos e técnicas utilizados no trato com a cebola eram igualmente aplicados nas culturas tradicionais e vice-versa. A partir de então, a agricultura irrigada foi tomando outra dimensão, tanto no que diz respeito à especialização dos produtores como quanto à introdução de outros itens na pauta de produção (melão, melancia, tomate; insumos variados: inseticidas, herbicidas, fungicidas, adubos químicos, combustível e os implementos agrícolas) e

introdução de relações que operavam dentro da lógica do mercado sem que os agricultores pudessem compreendê-las ou acompanhá-las com eficácia. As relações de trabalho persistiam em seu caráter costumeiro, gerando a coexistência confusa de dois pontos de vista, de onde se moviam de um para o outro, simultaneamente no dia-a-dia, caracterizando uma situação de hibridismo, ou, como diria Halbwachs, a configuração da coexistência de dois tempos: o tempo da tradição, já abalado diante das inovações, e o tempo moderno, mal compreendido e incompatível com as condições concretas de existência cultural e material dessa gente. Daquele período para os dias atuais essa situação se aprofundou. Os cultivos tradicionais não suportam o peso dos custos da irrigação e o rio não faz mais vazante; a infra-estrutura da irrigação requer inversão de capital acima das condições dos agricultores aqui referidos; os custos de produção dos produtos de mercado são muito elevados e seu empreendimento implica riscos que não podem correr. Entre essas duas alternativas, vêm-se paralisados. Os agricultores ficam impotentes e pegam suas canoas, armaram-se com suas velhas enxadas e rumam em direção à roça para plantar “*feijão. Feijãozim, um pouquim de cebola, muito pouco, que pobre não pode plantar muito. A despesa é muito cara. A gente planta mais um feijãozim, feijão de corda, rigração*”. (A.A.S., 74 anos, Faz. Meio)

Para os jovens, muitos aspectos da memória em que se assentam as lembranças dos pais e avós já se enquadra no reino da história, na medida em que esta, conforme compreendida por Nora (1981, p. 9), *é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, enquanto a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente*. A resposta de um jovem sobre a agricultura de vazante:

Aí é do tempo de meus avô. O rio num enche mais! O rio é só lá em baixo, eu só fazia rigração. A chuva... ôi como é que tá o tempo. Um tempo desse aqui, toda caatinga... Ninguém tira mais coisa de chuva. Se plantar num dá pra tirar, aí fica tudo difíce, muito difíce. (J.S.N., 19 anos, Faz. do Meio)

Mas ele não conheceu o tempo em que se plantava de chuva, mas fala como se o tivesse vivido, talvez porque o cenário tenha permanecido, uma vez que, as chuvas continuam a cair, só que de forma insuficiente para a manutenção das plantas. Ele não consegue materializar o rio falado pelos mais velhos, mas incorporou como elemento da memória a agricultura de sequeiro e pratica a agricultura irrigada na lógica dos pais e dos avós.

Eu vivi mais meu avô no trabaio de roça direto, plantando cebola, melão, melancia... O trabaio de roça é loteria. É plantando cebola, melão, melancia... É que a gente ganha e a gente perde. Perde, às vez. Num é toda vez que a gente acerta. Perde mais. Aconteceu deu plantar três roças seguida e perdi todas três, aí deixei de plantar. Eu gosto de plantar é roça. Roça toma, mas também quando ela dá, dá. Com roça a gente gasta com adubo, veneno, muita coisa a gente gasta. Se perder já é demais. Um quilo de cebola, pra gente tirar [a roça] é mais de R\$ 1.000,00. E se ela perder? Não apura nem o dinheiro empregado, num é prejuízo!?! (J.S.N., 19 anos, Faz. do Meio)

Embora se prendam à ordem de preocupação e interesses diferentes dos pais e avós, trazem consigo os elementos herdados deles, como a forma de lidar com a irrigação, observável pelo modo como manuseiam os insumos agrícolas, pelo modo como se relacionam para produzir, pela forma da estruturação de suas roças - que em nada se distinguem das roças dos pais, a não ser por não cultivarem produtos para o aprovisionamento. Os jovens entrevistados, com idade entre quinze e vinte e quatro anos (*cinco*), se reportaram à importância de criar animais, salientando o caráter mais estável da pecuária (ver Anexo II). Entretanto, vislumbram a pecuária nos mesmos moldes que é praticada e que compõe o imaginário dos mais velhos, havendo entre eles,

um que manifestou o sonho de um dia se tornar fazendeiro, categorizando uma fazenda no mesmo nível das existentes atualmente e que seguem os padrões da tradição. O que se quer dizer aqui é que atuam sem levar em conta os níveis de racionalização que a economia de mercado requer e atribuem o sucesso ou insucesso de um empreendimento ao fator sorte, tomando-o como um jogo de azar.

Mesmo que tenham pontos de identidade, não se pode dizer que os moradores da Fazenda do Meio formem um único grupo. Os mais jovens, embora partilhem aspectos das preocupações e idéias das gerações mais velhas, são parte de um outro mundo, abrindo fissuras na coletividade. Os padrões de consumo, os anseios e o estilo de vida que adotam os fazem diferentes da geração anterior. Da mesma forma, a geração mais velha em muito se diferencia das suas antecessoras, mesmo estando seus membros a todo o momento voltando os olhos para o passado. Incorporou novos hábitos, práticas e objetos, quando não concretamente pelo menos em termos de expectativa. Põe-se constantemente a reclamar do barulho, da bebedeira, do jogo, da droga e dos desvios da juventude, dos roubos¹⁰⁷ e das intrigas. As formas coletivas de trabalho não encontram mais amparo e vivem todos no reino da individualidade, tendo em comum o espaço, pois os laços de parentesco encontram pouco substrato na vida diária e as saídas que buscam para solucionar seus problemas só em nível de aparência se remetem à coletividade.

Ao examinar a relação entre transformação e memória coletiva Halbwachs concluiu que

...quando numa sociedade que se transformou subsistem vestígios de que existia antes, aqueles que a conheceram em seu estado primeiro podem também deter sua atenção sobre esses traços antigos que lhes dão acesso a

¹⁰⁷ Todos os entrevistados que possuem criação de miunças ou galinha reclamaram de roubo

um outro passado. Poucas são as sociedades nas quais tenhamos vivido, seja em que tempo for que não subsistam, ou que pelo menos não tenham deixado algum traço de si mesmas nos grupos mais recentes onde estamos mergulhados: a subsistência desses traços basta para explicar a permanência e a continuidade do próprio tempo nesta sociedade antiga, e que nos seja possível, a qualquer momento, nela penetrar através do pensamento. (1990, p. 127)

Aí está, talvez, o fundamento para a explicação de certos sentimentos de alguns membros da coletividade. Diante da situação caótica em que se encontram os moradores da Fazenda do Meio em relação à situação de trabalho, tomou-se a iniciativa da criação de uma associação cuja finalidade seria criar alternativas para solucionar tal problema. Depois de algumas discussões chegaram à conclusão de que criariam um “projeto”¹⁰⁸. Em face das desconfianças internas a idéia não vingou. Entretanto, todos os entrevistados (17) e pessoas contactadas referiram-se ao “projeto” comunitário como uma solução. Mas o que interessa aqui não é o “projeto” em si, mas a forma como alguns moradores o apreendiam:

Teve a idéia de um projeto. Agora teve a idéia do projeto e andou bem perto, a idéia do projeto. Mas por que num foi criado? Porque começou assim, através da Associação, que eu mesmo ainda fui... uns dias. Eu fui tesoureira da associação, mas aí, depois, quando eu fui vendo os estatuto que davam aí, da Associação, eu saí fora, porque quando começou a Associação, a gente aqui num sabia o que era isso, né? Aí eu achei que devia sê bom. Agora que eu acho era assim: que associação era pelo mutirão de gente unido, sabe? Pra trabalhar todo mundo junto, combinado a favor de todos, né?. Mas só que disse que depois do projeto fundado através da Associação, quem num era soço num tinha direito. Aí então... Aí eu falei assim, eu digo: “Olha, eu achava que essa associação devia ser bom assim – porque aqui a gente conhece todos os vizinho, sabe as condição de cada um. Eu digo... Eu achava que podia ser bom assim: no dia que um num pudesse comprar a semente, a Associação tem o dinheiro, vamo comprar a semente e dá àquele que num tem. No dia que um num puder comprar o adubo, vamo comprar o

¹⁰⁸ Por ação do governo foram criadas na região, para fomentar a agricultura irrigada, algumas unidades produtivas planejadas, que foram batizadas pelo nome de Projeto Maniçoba, etc. Logo após empreendedores privados, para fim de liberação de recursos, elaboraram projetos. Como os órgãos financiadores exigiam a colocação de placas expostas ao olhar público e como estes, via de regra, eram estruturados e se destinavam à produção de fruticultura, a população associou o termo “projeto” a qualquer unidade rural onde a atividade básica seja fruticultura.

adubo e dá praquele que num tem, ajudando todos, né? Quem é soço e quem num é, porque todos num precisa viver? Num só precisa viver quem é soço. Aí eles lá acharam, que disse que num dava certo. Eu digo: então, sendo assim, eu vou cair fora, porque eu num tenho nada, mas eu sou das de ajudar. (J.S., 50 anos, *Fazenda do Meio*)

A apreensão daquilo que há de mais “moderno” e “racional” em termos de agricultura aparece aqui sob formas que invocam os velhos vínculos comunitários imperantes no passado, um substitutivo para as condições do tempo em que o rio fazia cheia, das casas-de-farinha e da solidariedade entre vizinhos e parentes. E do além veio uma voz restauradora, pouco antes da Fundação Nacional de Saúde implementar um Programa de Melhoria Habitacional, que mudaria a face da coletividade em termos da estrutura das moradias:

É que tinha uma casa de taipa, ainda tem, que era da vó de meu esposo. Era da vó de meu marido. Ela morreu e... A casa dela era grande, aí os filhos foram e derrubaram a casa grande e ela pediu pra fazer um quartim pra botar os santos dela, fazer a devoção dela, que tem gente que não acredita, mas eu mesmo acredito. Ela já tinha morrido. Ela veio pedir pra poder fazêem uma casinha e botar o santos dela pra fazer a devoção dela lá. Essa casinha é no mesmo lugar da velha. E aí eles fizeram. Eles fizeram a casa, outras pessoas ajudaram. Fizeram a casinha e botaram os santo. Aí quando veio o nome das pessoas das casas, pra fazer as casa própria, aí como eu tava com a chave lá da casinha, fiquei varrendo, aí colocaram meu nome. Pra mim fazia uma capela, uma igreja. Aí veio dizendo que era pra derrubar. Eu pedi pra não derrubaem a casinha e fazêem a igreja. Os santos dela tá no mesmo lugar que era. Ela também pediu, que não queria que fosse casa de tijolo, de alvenaria, quer que seja casa de taipa, que nem era a dela antes. Não quer piso, tem que ser esse chão mesmo. Eu costumava varrer e acender vela, celebrar missa lá... O padre já veio celebrar missa. Eu rezava, só o pai nosso, um pouquinho de reza que eu sei, mas o ofício eu num costumava rezar, não. Depois ela baixou de novo aí pediu pra ficaem rezando o ofício todo sábado. Ela baixou na mesma pessoa. (V.N.T., 29 anos, *Faz. do Meio*)

Ninguém na coletividade lançou dúvida sobre tal acontecimento, encarando-o até com certa naturalidade. A maioria de seus membros tem laços fortes de parentesco com ela – a finada -, e a capelinha onde estão os seus santos e que materializa a “sua vontade” é uma referência local. Por que não levam os santos para a

capelinha da vila? *A gente num sabe se ela quer, e depois a gente tem medo que ela fique baixando por aí, em qualquer pessoa.* Segundo o pensamento de Martins (2000, p. 33), *a cultura popular carrega consigo o seu tempo histórico, que só lentamente se dilui para dar lugar a formas culturais desenraizadas e, portanto, desprovidas dos liames de autenticidade que lhes dava sentido em outros tempos e situações...*

Na Fazenda Melancia não foi introduzida nenhuma atividade concorrente ou práticas que implicassem alteração radical das condições de existência. Os elementos de fora que penetraram foram ajustados aos valores e práticas locais, sendo poucos aqueles que produziram perturbação de modo a criar impacto até o final da década de 1990. Os produtos industrializados de combate às doenças, por exemplo, conviveram e convivem ainda com os procedimentos tradicionais de cura¹⁰⁹ (remédios extraídos das plantas nativas, alho, sal, benzeduras de bicheiras¹¹⁰, de doenças e de pasto) e não representam grande custo dado que não são aplicados dentro dos requisitos técnicos indicados e muitas vezes são relegados.

Tem rezador. Ele reza nas pessoas, reza numa vaca, se tiver doente... na mão de um cavalo... Dá efeito. Dá, fica bom. Quando um bicho quebra a mão eu mesmo trato. Eu encano com casca de craibeira. Se ela quebrar na cana, eu tiro um torim da galha da craibeira e tiro a casca. Tira no caso assim em duas parte. Só tiro assim um lado e abro ela, coloco a cana da cabra e da ovelha dentro dela, fecho, amarro, no outro dia folgo, daí por diante tá bom. Eu me botei a fazer isso, né?, que sempre a gente... A gente passou a saber coisas que os mais velho sabia, como eu falei da inteligência. Eles mesmo era o veterinário. É que nem eu falei, eles sabiam fazer as arrumação. Nós

¹⁰⁹ A criolina e o “benzocreol”, por exemplo, tanto eram, e são ainda, utilizados para a eliminação das bicheiras como também ministrados, depois de uma mistura com alho e sal, por via oral nos animais para o tratamento de certas doenças.

¹¹⁰ Todos os moradores da Fazenda Melancia sabem curar um animal, que esteja com bicheira, através do rastro. “Curar no rastro dava certo e dá certo. Tem diversos modos de curar. Tem de bater com a pedra no rastro; tem de fazer um laço com uma fita e olhar por dentro, o freguês se benze, joga pra trás, e cura o animal; tem de encruzar um pau quando o animal entra no curral, faz uma cruz num pau, tira um cabelo do animal, do rabo do animal, cruza também naquele pau e bota o pau na porteira, o animal passa por debaixo, fica curado”. (L.L.F., 84 anos, Faz. Riacho do Gato, adjacências da Melancia)

tem, nós sabe, viu, de antes, qual era (*o jeito de curar*). Só que hoje, se a gente fizer isso e depois for, vamo dizer, no veterinário e a gente informar que tenha dado esses remédio, ele até dá bronca na gente, porque num é bem certo. A gente se acha doente hoje, tem que ir pro médico. Se leva um corte hoje e deixa pra ir amanhã já tem uma bronca. Se a gente fizer por conta da gente, a gente num diz nem a eles. (*S.A.B., 50 anos, Faz. Melancia*)

Poder-se-ia dizer que o apego às formas tradicionais decorre da insuficiência de recursos financeiros e do grau de desinformação dessa população, o que sem dúvida, tem o seu peso. Contudo, um dos criadores mais modernos do município e que possui um bom nível de esclarecimento, também recorre a esses procedimentos e encara os especialistas com um certo descrédito. Perguntado a ele se os especialistas entendiam da vida na caatinga, respondeu:

Rapaz, umas coisinhas. A maior parte não entende é de nada de caatinga! Não entende é de nada de caatinga! Tem alguns técnicos aí a que você vê que ele vai no rumo certo, mais ou menos, mas tem tanto técnico aí que dá uma idéia totalmente desconfiável. Não dá pra você confiar! (*declaração confidencial*)

Esse modo de encarar o que é de fora não decorre de uma postura de ordem sectária. Não há uma rejeição gratuita. Por vezes, aceitam um elemento novo sem nenhuma justificativa, como se este já fizesse parte do seu mundo; outras vezes, a partir de um caráter mágico¹¹¹, examinam, avaliam sua eficiência, compatibilidade, benefícios e condição de obtenção. Mas, muitas vezes, mesmo quando se certificam dos benefícios de certos procedimentos não os adotam, sob as mais diversas desculpas, ainda que possam manifestar a necessidade de informações técnicas para lidarem com situações novas.

É, a gente tem que cuidar, só que a gente num tem informação, né? Como eu já disse, né?, disorientado. Inda outro dia perdi uma vaca porque a pele fofou - a gente diz assim - por falta de um veterinário. A gente num tem

¹¹¹ Mágico porque o que consideram útil não pode sofrer restrição e deve ter aplicação geral. O bom remédio deve servir para quase todos os males; um bom alimento deve dispensar a necessidade de outros; um veículo deve suportar o peso ou o número de pessoas que seja necessário transportar.

como dizer que sabe, porque a gente num entende, que as doença hoje... hoje é uma, amanhã é outra e nós véve desinformado, porque nós num tem pessoas pra explicar a gente. Mas a intenção é escapar, né? (S.A.B., 50 anos, Faz. Melancia)

Mas as informações e procedimentos técnicos da modernidade não podem implicar a alteração da forma tradicional de trabalho.

O “mal triste”¹¹² é uma doença matadeira de cabrito. Segundo os técnicos veterinários, disse que ela é adquirida no momento em que ele cai no chão, faz contato com a terra, o cordão umbilical. A solução até agora, segundo eles também, que eu já fiz esse processo, alivia um pouco, mas não resolve total, só tem condição se você tiver o cabrito todo na mão. Pegar o imbigão, cortar ele um pouco e botar em um frasco com iodo, glicerina iodada, assim para esterilizar o imbigão do cabrito. Mas como pode fazer isso se a cabra tá toda no mato? (S.S.T., 62 anos, Faz. Moça Branca, adjacências da Faz. Melancia)

Segundo as idéias de Halbwachs (1990, p. 133), pode-se afirmar que esse grupo *se fecha no quadro que construiu*. O jeito de criar e de viver é encarado quase como algo sagrado. Toda e qualquer modificação em sua estrutura é recusada e inviabilizada. Há um esforço enorme no sentido de manter intocado o jeito de ser. Mesmo sendo a água um problema que se abate sobre a coletividade, não vislumbram e dizem ser inviável a sua solução a partir da criação de uma fonte de água comum.

Vamo dizer, reunir o meu criatório, o criatório de Caboclo, Salomão... pra jogar tudo na Melancia... num dá certo, né? Porque num dá. A gente tem que criar, cada um na sua propriedade. Se eu tenho meu sítio, crio em meu sítio; Caboclo tem o dele, cria no dele. Cada um a sua cacimba... (Os bichos) se misturam (*no mato*), mas quando é na hora de beber, cada uma procura a sua... Vamo dizer, o meu criatório desce aqui, encontra com o de Caboclo. Mas quando é na hora de beber, elas procuram minha cacimba. O dele, desce pra cacimba dele. O problema, vamo dizer, do manejo. Que aí eu ia ter que me deslocar lá pra Caboclo. Ia perder o tempo de fazer alguma coisa aqui na minha propriedade, né?, pra olhar esse criatório lá. Mas a gente tinha que se deslocar pra cuidar daquele criatório. Olhar pra vê se vem animal de bicheira, como é que tá andando, né? Cada um na sua propriedade, no seu local. Depois vem o tumulto, né?¹¹³ (J.M.S.L., 55 anos, Faz. Melancia)

¹¹² Nome popular da *pneumenterite* e também da *eimeriose*, doenças que atacam cabritos e borregos nos primeiros dias de vida.

Esse é o discurso, mas por trás dele se escondem o espírito autárquico e a expectativa de que as coisas continuem assentadas sobre o domínio do acostumado. Isso não implica uma postura necessariamente de negação do novo ou do estranho, mas estes devem ser domesticados, ajustados, sejam eles objetos, informações ou pessoas. O veterinário, a vacina, o poço artesiano, o automóvel, a informação técnica, etc., entram nesse mundo ou como anexos, enquanto preservem suas características alienígenas, ou como elementos convencionalizados. E, se passam a integrar esse mundo, é porque se reconhecem a sua compatibilidade, necessidade e a comodidade que eles podem proporcionar, surgindo daí uma realidade híbrida. Mas esse reconhecimento acontece lentamente, com desconfiança, com ressalvas. No campo sanitário, por exemplo, os criadores não se convencem da necessidade de sacrificar um animal que esteja com doença incurável, mesmo que seja contagiosa. Apenas um criador, entre a Melancia e adjacências, afirmou ter sacrificado um animal nessas condições, e assim mesmo, por insistência do extensionista rural. Até o presente momento, pelo menos o que se pode observar na Fazenda Melancia, é que o novo é absorvido pelo velho, o que corrobora a afirmação de Martins (2000, p. 53) quando este diz que *não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrupa fragmentos do moderno sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo e consciência, por isso moderna...*

Matar? (*um animal com doença contagiosa*) Eu num tenho essa coragem. Essa coragem eu não tenho. Eu fico briquitando com ele até chegar a hora dele morrer. Morreu, a gente arrasta pra lá, queima, sabe? E aí... Mas matar eu num mato. Nunca matei. Fico pelejando... Se for uma doença terrível, que tem animal que ninguém sabe, né?, o que é, vai dando uns remédio que tiver

¹¹³ Refere-se ao fato de depois ninguém saber a quem pertence um cabrito ou borrego que seja encontrado sem a mãe, ao fato dos animais não mais procurarem os chiqueiros de seus proprietários, a dificuldade de assistir exclusivamente o seu rebanho com ração, e mesmo a possibilidade de desentendimento entre vizinhos.

aí... “Tem que matar, tem que matar porque...”. Eu pego o animal assim: eu isolo. Deixo num lugar ali isolado, quando morrer eu toco fogo. Eu deixo ele morrer por conta dele. (J.N.S.R., 40 anos, Fazenda Melancia)

No campo do controle sanitário, outro exemplo pode ilustrar bem essa situação. Mesmo a aftosa tendo causado grandes prejuízos ao provocar acentuado índice de mortandade entre os animais bovinos, a partir da década de 1960, apenas nos dias presentes, depois de haverem esgotado os recursos da terapêutica tradicional, é que os *caatingueiros* vieram se quedar às campanhas de vacinação, incorporando essa prática à tradição.

A postura de cautela e desconfiança que adotam diante do novo e que está profundamente alicerçada na cultura, é reforçada pelas histórias de fracasso de quase todas as iniciativas inovadoras. No correr das décadas de 60, 70, 80 e 90, alguns criadores do município adquiriram animais racialmente melhorados, efetuaram benfeitorias em suas propriedades, atraindo a curiosidade da população. A beleza e o porte dos animais eram incontestados e as obras levadas a efeito por esses proprietários motivo de admiração. Passado pouco tempo, tanto o porte da descendência daqueles animais ia diminuindo, como a estrutura das propriedades se degenerando, adquirindo as feições da condição anterior. Duas pessoas provenientes de outras regiões chegaram no município e adquiriram áreas enormes de terra, cercaram grandes proporções e iniciaram a criação de caprinos dentro de padrões técnicos modernos. Não resistiram dez anos e estas fazendas hoje em nada se diferenciam do que foram no passado. Fatos como esse reforçam a idéia de que o único jeito de criar e de viver na caatinga é aquele que praticam e que herdaram das gerações anteriores, onde o novo é utilizado como reforço do velho. A iniciativa que até o momento está apresentando sucesso, parte da ação de um fazendeiro que está estruturando sua propriedade, combinando práticas

tradicionais com alguns procedimentos modernos. Mesmo assim, sua ação inovadora tem sido objeto de ceticismo por parte dos demais criadores.

É ponto comum entre os moradores da Fazenda Melancia que os elementos básicos de uma fazenda continuam sendo os mesmos do passado. Acrescentam que uma fazenda moderna precisa ser equipada com poço artesiano, irrigação e energia solar. Mas a irrigação a que se referem, teria a finalidade de proporcionar água para os animais e para a produção de forragem e não indicam nenhum tipo de mudança estrutural ou de procedimento. Na visão deles, um poço artesiano na propriedade viria a suprimir os problemas impostos pelas secas, eliminando as dificuldades porque passam e reforçaria a produção.

O estilo de vida dos moradores da Fazenda Melancia está moldado pela tradição e mesmo eles não conseguem conceber outra possibilidade de existir dentro daquele espaço e do conjunto das relações que estabelecem entre si, que não seja aquele que se assenta em suas memórias. Mesmo já estando bastante familiarizados com os padrões de vida da cidade, não os levam integralmente para a fazenda. Na concepção deles, existe um jeito de ser próprio da “rua”¹¹⁴ e um jeito de ser próprio da caatinga. A “rua” ou a cidade é o lugar do trabalho pouco desgastante, do salário certo ou do desemprego, da mistura de gente, da “civilização”, do barulho, de um jeito de ser refinado, que impõe usos e posturas e até mesmo a estruturação do espaço doméstico de um modo que não pode se combinar com a maneira de ser da caatinga. Assim nas casas da rua encontra-se a comodidade dos eletrodomésticos, do chão com cerâmica, da cozinha com os penduricalhos “sofisticados”, da pintura renovada com certa periodicidade e nada, ou muito pouco, que lembre o espaço doméstico da caatinga.

¹¹⁴ “Rua” é a expressão que utilizam como sinônimo de cidade.

Enquanto isso, na caatinga, objetos novos ou velhos, mas que seguem a orientação dos padrões antigos, mesclam-se com os objetos da modernidade – geladeira, fogão a gás, cadeira de plástico, etc. -, formando um claro contraste, se observados individualmente, mas que na perspectiva de conjunto, pela disposição no espaço e pela forma de utilização, parecem sempre ter pertencido àquele ambiente. Assim, elementos como motocicleta e cavalo, camioneta e carroça, carrinho-de-mão e padiola, vasilhas de alumínio ou de plástico e vasilhas de barro ou flandres, fogão a lenha e fogão a gás, filtro e pote, etc., são apreendidos e manipulados como equivalentes, diferindo pelo grau de comodidade e pelos custos de aquisição e de manutenção, que quase sempre representam pesado ônus¹¹⁵. As casas, entretanto, não apresentam modificações e seguem os mesmos padrões do passado, tornando-se quase impossível distinguir uma construção feita recentemente de uma construção antiga: inexistência de pintura, piso rústico, arquitetura tradicional e sempre próxima dos chiqueiros e poleiros, no que pese as insistentes recomendações em contrário dos funcionários da FUNASA. Mesmo pessoas que há muito moravam na cidade, quando retornaram à caatinga logo se fizeram cópias daqueles que lá sempre habitaram, adotando os mesmos costumes e se apetrechando com os mesmos objetos¹¹⁶. A caatinga é vista como um mundo fechado no quadro daquilo que sempre foi, com seus usos e costumes, mesmo incorporando objetos e alguns procedimentos exóticos. Esse fechamento, diz respeito às atividades cotidianas próprias da caatinga e aos relacionamentos entre *caatingueiros*, pois quando

¹¹⁵ Os únicos moradores da Fazenda Melancia que possuem geladeiras manifestaram dificuldade em mantê-las em funcionamento, em face do preço do botijão de gás. Assim também, os que possuem fogão a gás disseram que só fazem utilização deles em situação emergencial. O único proprietário de veículo – uma camioneta - na coletividade declarou se defrontar com muitas dificuldades para mantê-lo em situação de funcionamento.

¹¹⁶ Das inúmeras casas que conheço na caatinga de Curaçá, só sei de quatro que possuem banheiro. Em uma delas o banheiro só tem funcionamento quando alguma visita chega. Na Fazenda Melancia nenhuma casa dispõe de banheiro

estes estabelecem relações com cidadãos ou se encontram no espaço urbano assumem aspectos bastante diferentes e afeiçoam-se àqueles. Com relação a acontecimentos festivos profanos, tenta-se reproduzir o mesmo estilo dos que ocorrem na cidade, abandonando-se o velho sanfoneiro em prol de conjuntos musicais eletrificados, com cobrança de ingresso, e conseqüente, exclusão daqueles que não podem pagar, retirando assim o caráter comunitário da festa.

A força da memória coletiva revela-se de forma ainda mais espetacular e vigorosa quando se lança a atenção sobre a postura, as atitudes e o pensamento de alguns moradores da Fazenda Melancia, que passaram alguns anos em São Paulo ou mesmo na sede do município, onde trabalharam¹¹⁷. Em pouco se distinguem daqueles que nunca deixaram de morar no lugar. Evidentemente que quando do retorno atraíram a atenção da gente que havia ficado, mas logo, logo, perderam o caráter distintivo e se reenquadraram no ambiente tornando-se indistintos dos demais, a não ser pelas recordações.

Lá a gente pega condução todo dia, tem meses que chove todo dia... as lotação cheias, a gente acorda três hora da manhã, quatro hora da manhã. Conforme é a distância, e nove hora, dez hora, por aí é que vem chegar. E sofria tombém no trânsito... Aí depois a gente vai dormir tarde, e se a gente num tiver quem faça a comida pra gente, e a casa, a gente via cuidar daquilo ali. Conforme é três hora da manhã, quatro hora, a gente tem que tá de pé. E aqui, não. Mas eu acho... Sabe porque eu falei que a gente teve uma noção mais diferente? Porque lá a gente num pode perder um minuto, num pode perder uma hora, num pode perder um dia, num pode perder uma semana. E aqui a diferença porque as pessoa eu acho que é muito lenta. (*S.A.B., 50 anos, Faz. Melancia*)

¹¹⁷ Dos atuais moradores da Fazenda Melancia que passaram alguns anos fora, quatro moraram na sede do município onde um trabalhou com irrigação, outro como pedreiro (40 anos) sendo que a esposa apenas cuidou da casa e o último como motorista; e quatro trabalharam em São Paulo: uma como doméstica (25 anos), um como pedreiro (15 anos entre São Paulo, Juazeiro, Salvador e Maceió), um como ajudante geral e bombeiro de “firma” (4 anos) e um como carpinteiro (8 anos). Além destes, cinco outros estudaram na cidade, mas retornavam à localidade aos finais de semana.

E quando se pergunta aos que saíram se das experiências que aprenderam fora aplicam alguma coisa no seu dia-a-dia, de início não entendem e depois de algumas explicações vem um seco “não”. E se se pergunta se praticam suas atividades de forma diferente dos que nunca saíram, respondem: *Abri cacimba, fiz roça... Eu abri do mesmo jeito. Criação eu comecei a criar quase do mesmo jeito que era antigamente...* (S.A.B., 50 anos, *Faz. Melancia*). Um morador das adjacências que viveu 47 anos em São Paulo trabalhando como chefe de transporte de um hospital do Estado, a respeito dessa questão respondeu:

O que é que uso aqui? Do que eu aprendi fora, o que eu uso aqui? O que eu aprendi fora é o seguinte: praticamente o que eu aprendi por lá, ficou por lá mesmo, praticamente. Lá... A diferença é que sempre eu vinha todo ano pra cá. A criação daqui já sabia como é que era e continuou do jeito que era, a criação. Cria do mesmo jeito que criava. Que sabe, lá meu serviço era outro, não criei nada por lá, não. Era outro tipo de serviço. A criação que tem por aqui... acho... Eu me acho igual aos outros por aqui. (J.L.F., 66 anos, *Faz. Riacho do Gato*)

Mas não é só o jeito de criar. É a comida, são os trajes, os assuntos, as preocupações, as formas de relacionamento, etc. O padre Heitor Araújo ao escrever suas memórias sobre seu trabalho na região nas décadas de 1930 e 1940, assertou:

Nossos patrícios do mato emigram para o Sul, São Paulo, Paraná, ou para o Oeste – Mato Grosso, Goiás... Seja para onde for, para meio urbano ou para fazenda de café ou de gado, para garimpo ou para negócios de ambulante, e regressam no mesmo (...) Retornam aos pagos sem quase nenhum conhecimento novo. Trazem os indefectíveis símbolos da emigração, que são a capa colonial, as polainas, as botas, dente de ouro, cinturão largo, vagas reminiscências do *passé* da ferrovia, da *máquina* (automóvel) nomes já ditos por outros... Araçatuba, Bauru, Noroeste, Sorocabana... cafezal, feitor, administrador... fazenda... Não adotam na terra natal nenhum método de trabalho rural que viram e em que cooperara, gastam em bailes e cachaças as economias, retornam à vidinha antiga sem parecer que nunca tivessem visto outros ares e outros lares. Até as roupas melhores, a que foram obrigados pelo clima, se acabam e do ex-trabalhador do sul nada, absolutamente, resta, além de uma saudade indefinida de coisas que ele mesmo não sabe dizer como eram. (...) O meio recebe e também adapta as novidades. O progresso vai rompendo com galhardias romanas, afazendo-se

ao ambiente, combinando-se com a rusticidade em hibridismos (1953, p. 24 e 40)

Nos dias atuais, as pessoas que vão para outros lugares aprendem profissões, integram-se em outros mundos, mas quando retornam se reenquadram no seu, quase sem utilizar nada do outro, e quando o fazem, procedem de maneira adaptativa, como se insistissem em manter os traços fundamentais do grupo. Mas se, por ventura, elas intentarem introduzir novos padrões, por certo contará com a negativa declarada ou silenciosa dos demais membros da coletividade, que apostarão em seu fracasso e o tomarão como elemento estranho. O pensamento de Halbwachs (1990, p. 137) contribui para elucidar essa situação ao afirmar que *o que um grupo fez, um outro pode desfazê-lo. Mas o designio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem.*

Quando perguntado, aos moradores da Fazenda Melancia, o que havia de novo dos tempos passados para o tempo presente, a resposta veio orquestrada: o transporte, a educação, a saúde, a aposentadoria. Mas ao invés desses elementos produzirem mudanças, possibilitaram a continuidade da manutenção do grupo. Fica patente o fato que esses elementos não só não geraram o rompimento com a continuidade de existência do grupo como a viabilizou, pois sem eles, seus membros não teriam como continuar no lugar, a continuar articulando-se e desenvolvendo suas atividades a partir das orientações dadas pela memória. Pode-se dizer, em vista da quantidade de animais que possuem, que a pecuária está sendo quase um pretexto para que continuem no lugar. Engana-se aquele que vê uma quantidade de animais dentro de um chiqueiro e pressupõe que pertencem apenas a quem lá está: aqueles animais podem

pertencer mais aos filhos, netos e irmãos que moram fora, que propriamente àqueles que os zelam. E por aí os vínculos e compromissos mútuos se reforçam.

Diante do novo, que foge aos padrões e agride o modo de existência do grupo, seus membros reagem idealizando o passado. Aí esquecem as longas distâncias, as privações, enfim, as dificuldades e se voltam em recordação para as “farturas”, as alegrias, os períodos chuvosos, a tranqüilidade, as relações de respeito desfrutadas quando ainda nos tempos de criança. Reagem assim, principalmente, quando se vêem apossados pelo atravessamento de seu ambiente por agentes externos: assaltantes; ladrões; traficantes; policiais; gente que intenta comprar terras nas redondezas; caçadores; pegadores de pássaros; ação de empresas mineradoras¹¹⁸; filhos e netos com condutas em desvio, etc. Diante desses elementos, manifestam o receio de fim breve de seu modo de vida e estranham o seu lugar.

Futuro.

O futuro da caatinga é... nesse tempo (*março, tempo de verde*). É o futuro que nós temo. Melhor é quando tá chovendo, né?, que a gente tem a produção dos animais e a produção é segura. (...) É o seguinte: eu espero melhor, melhorar, assim.(...) A vida no campo? (riso) Tem que... Segue ela até... Vai seguindo ela até o dia que Deus quiser.(...) As mudança que espero é a gente trabalhar e ter mais futuro. É a gente criar uns bichinho, né?, como a gente véve criando e espera cada vez mais render mais. É chuva. Chover e a gente, né?.. Chuvendo e a gente trabalhando, né?, e a gente, justamente... Hoje, os animal é tudo através de remédio. Num é isso? A gente tem que tá com os remédio, que sempre alguma doença. Adoece de um lado, adoece de outro e a gente tem que... (*J.N.S.R., 40 anos, Fazenda Melancia*).

O futuro não se delinea sob a forma de projeto, mas se faz na medida em que a vida transcorre, ao selecionarem ou sofrerem a imposição de elementos que aos poucos vão se incorporando ao modo de vida, em um processo de reinvenção das

¹¹⁸ Ultimamente duas empresas mineradoras têm vasculhado as terras da Fazenda Melancia e adjacências, abrindo variantes, e para tal derrubando árvores, para desenvolver trabalho de pesquisa mineral o que tem produzido reação de alguns de seus moradores em face da ameaça da desestruturação do espaço.

tradições (Hobsbawm, 1997; Canclini, 2000). Assim, como *quem ensina a ser vaqueiro é a caatinga, os bichos, os animais*, quem dita o futuro é o próprio vir da vida, os acontecimentos. É verdade que há sonhos e esperanças, mas estes não são estruturados em um plano que oriente uma ação estrategicamente elaborada, e têm como perspectiva a permanência e não a mudança do estilo de vida. Anseiam por possuir eletrificação, poço artesiano, automóvel, eletrodomésticos, enfim, as comodidades da vida moderna, mas reagem diante das mudanças necessárias à reestruturação da produção e reorganização das relações sociais em níveis que lhes permitam recursos suficientes para o acesso a essas comodidades.

Se na Fazenda Melancia, como nas demais localidades da caatinga do município, ainda há espaço para as formas tradicionais de existência, para a acomodação vital do grupo com base na orientação de uma memória coletiva que o liga aos antepassados, o motivo é simples: ainda não se encontrou uma alternativa de produção baseada em interesses mercantis que viesse a tornar a caatinga atraente para empreendedores externos. Assim, a própria dificuldade imposta pelo meio natural, o reflexo de políticas públicas tímidas e a perspectiva cultural de apreensão do ambiente são o que possibilita, até o momento, a continuidade desse grupo e de suas práticas dentro da orientação da tradição.

5.1 – Considerações finais

Ao adentrar no exame das coletividades aqui abordadas, percebe-se, na medida em que se aproxima do presente, o quadro de diferença de situação ente ambas. Uma, a Fazenda do Meio, perdeu a relação natural com o lugar. Nela, o quadro imóvel do tempo se rompeu. A memória cede lugar para os *lugares de memória*. Aí, as reatualizações, só com dificuldade, encontram amparo no presente. Mas muitos traços das memórias coletivas subsistem nos quadros do pensamento e da ação. Assim, por mais que as condições de existência tenham sofrido transformações, lá estão os jeitos de fazer e de pensar se referenciando nas memórias coletivas de um tempo que já não é mais. Na Fazenda Melancia ainda há a memória. Seu povo não tem necessidade de história. No seu meio as coisas continuam dispostas na ordem do costume e a tradição ainda orienta a vida. Lá não há espaço para *lugar de memória*, porque o significativo de seu passado é, simbólica e materialmente, atualizado no presente em uma malha de convencionalização e hibridismo na qual o velho engole o novo emprestando-lhe sentido à sua maneira. Para exemplificar essa situação, pode-se usar a relação de trabalho entre criador e vaqueiro que tanto pode se estabelecer através do sistema de *sorte*, pagamento em espécie, de acordo com a produção, ou pela “lei”, tendo por parâmetro o salário mínimo. Em ambos os casos, excluem-se as formalidades legais e os vínculos estabelecem-se a partir das bases definidas pela tradição e as obrigações recíprocas são as mesmas. Situação idêntica encontrada na Fazenda do Meio com relação ao trabalhador remunerado por diária e por meação. Nesse campo como em muitos outros, percebe-se que a memória coletiva, mesmo em uma situação onde se verificaram grandes alterações, continua sendo elemento importante para a reconfiguração das relações sociais e de reafirmação dos valores que permeiam a vida.

É necessário que se façam investigações específicas para que se possam compreender os filtros que essa população utiliza para a aceitação ou rejeição de elementos provindos de outros ambientes. O que se percebeu é que aquilo que foi aceito e incorporado ao dia-a-dia, continua sendo mantido por produzir redução de sofrimento, melhoria da qualidade de vida, aumento da produção, sem que isso viesse ou venha a implicar a alteração drástica do estilo de vida e nem na adoção de procedimentos racionalizadores. Entretanto, outros elementos que produziriam conseqüências idênticas são recusados ou tratados com indiferença, como é o caso de espécies vegetais forrageiras, procedimentos sanitários, filtro para os reservatórios domésticos de água, roupas de proteção contra veneno, cobertura de abrigo para animais, controle contábil da produção, etc.

A forma de se relacionar com os elementos provindos do mundo externo é a mesma, ou muito próxima, da que utilizam com os elementos constitutivos da tradição e da natureza. Assim, tudo aquilo que requerer manutenção sistemática, cálculo, reestruturação organizativa, ou seja, apreensão racional, logo se desgasta e se transforma em ruína. Isso não autoriza, como no passado, a identificar nessa realidade a existência de um mundo à parte. Na verdade, no que pese às especificidades, a vida dessas coletividades está intimamente interligada ao contexto da sociedade nacional e global (Cavalcanti, 1999).

Conclui-se que, mesmo diante de transformações sociais, a memória coletiva desempenha o importante papel de oferecer estabilidade ao grupo, ao manter seus referenciais, garantindo assim, a identidade de seus membros, capacitando-os para a elaboração da experiência a partir do reconhecimento e reconstrução da lembrança (Halbwacks, 1990) e para reagir, ainda que de forma espontânea, aos agentes

transformadores, imprimindo neles suas próprias marcas e significados. Mas sua efetividade depende da intensidade e da velocidade com que os agentes da transformação atingem o grupo e do nível da estruturação organizativa deste. Canclini (2000) ao avaliar o processo de modernização, chegou à conclusão que nem esta, necessariamente, implica a destruição total da tradição e que nem a tradição é completamente incompatível com a modernização.

Os moradores da Fazenda do Meio, dada a profundidade e rapidez com que foram atingidos, não tiveram condições de recompor sua forma tradicional de vida. Mesmo antes da construção da barragem de Sobradinho, o modo de vida que até então levavam, já se encontrava em estado de colapso, pois não propiciava acesso ao consumo de produtos industrializados, ao mesmo tempo em que as terras já se encontravam exageradamente fragmentadas de modo a não mais suprimir as suas necessidades básicas. Somem-se a isso o elevado contingente populacional, a inexistência de recursos financeiros e a falta de conhecimentos técnicos suficientes para ingressarem no novo estilo de vida que despontava, baseado na produção e no consumo orientados pelo mercado. Desse modo, os moradores se vêem sem perspectiva, e segundo eles, a solução seria *o governo criar um salário*, pois não dispõem mais das condições que possibilitavam a vida no passado e nem dos meios mínimos necessários para se envolverem na prática da agricultura irrigada (Cavalcanti, 1999). Mesmo quando indicam a fruticultura como uma alternativa, a vislumbram nos horizontes culturais de *beiradeiros*, pois não levam em consideração os custos de produção, os processos organizativos, os procedimentos e os conhecimentos técnicos que esta impõe como necessários. Nesse quadro, entendem que só uma ação do governo ou a instalação de

empresas agrícolas na área onde habitam, poderia solucionar o problema de desocupação que enfrentam.

Na Fazenda Melancia, onde a modernização só penetrou de forma reflexa e sem a intromissão ostensiva de elementos externos, as transformações não foram tão significativas a ponto de desestabilizar seriamente, a continuidade do modo tradicional de existir. Mas essa não é uma questão definida. O processo de modernização encontra-se em curso e começa a se esboçar um quadro que, caso os seus moradores não desenvolvam formas eficientes de organização, poderá produzir também efeitos semelhantes aos que ocorreram na Fazenda do Meio. Esse quadro é formado por um conjunto de medidas que está sendo delineado pelo governo estadual – Programa Cabra Forte - e pelo governo federal, através do Banco do Nordeste Brasileiro e do Banco do Brasil, além da agência de desenvolvimento, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia –SEBRAE -, e cuja intenção é a implementação da criação de caprinos e ovinos em escala empresarial, o que implica a adoção de procedimentos e relações totalmente diversas daquelas até então adotadas como o cercamento das terras, a remodelação completa da estrutura das fazendas, a modificação do sistema de manejo dos animais e medidas sistemáticas de controle sanitário do rebanho. Some-se a isso, o fato de já haver na região alguns profissionais liberais e comerciantes adquirindo terras, com o intuito de desenvolver criação de caprinos e ovinos. Leve-se em conta ainda, o fato dos atuais proprietários das terras não possuírem a documentação dentro dos requisitos legais¹¹⁹ e de serem imprecisas as delimitações de suas áreas, situação esta que gerará muitas controvérsias, e que por

¹¹⁹ Raros são os proprietários que possuem títulos de propriedade. A maioria deles possui escritura de posse.

certo facilitará a ação de “grileiros”, além de proporcionar a desagregação dos vínculos sociais e familiares por motivos de disputas pela terra.

Ao analisar o processo de modernização na América Latina, Canclini (2000) verificou que embora alguns povos em algumas regiões tenham desenvolvido formas bem-sucedidas de adaptação ao desenvolvimento capitalista, em muitos casos,

vorazes intermediários, estruturas arcaicas injusta de exploração camponesa, governos antidemocráticos ou repressores, e as próprias dificuldades das etnias para situar-se na modernidade novamente, mantêm-nos na pobreza crônica (2000, p 239)

Embora o discurso que está delineando a modernização da caatinga coloque, pelo menos em nível de aparência, os *caatingueiros* no centro das atenções, sabe-se que estes não dispõem das condições culturais, financeiras, organizativas e nem do preparo técnico indispensável para o empreendimento capitalista da pecuária, caso sua implementação se verifique da forma abrupta. Também não estão organizados o suficiente para efetuarem os redirecionamentos adaptativos que forem necessários, de modo a preservarem algumas práticas, relações e valores que os definem. Sendo assim, o que pode ser vislumbrado de imediato, é a repetição, na caatinga, de um processo que já se verificou na margem do rio São Francisco, como é o caso da Fazenda do Meio.

O presente trabalho, embora tenha se atido *ao papel da memória no processo de re-configuração social e preservação cultural em uma situação de mudança social*, tomando-se apenas duas coletividades do município de Curaçá como unidades de observação, poderá, nessa perspectiva, contribuir para a compreensão de outras localidades do município. Poderá também, ser útil aos planejadores de ações sociais na medida em que discute alguns aspectos do impacto das mudanças sociais sobre as formas de vida, bem como a importância da memória como elemento

estabilizador das relações sociais. Em se tratando do município em apreço, a contribuição poderá ser de grande importância para os educadores, pois, infelizmente, ainda há uma grande carência de reflexão sobre a problemática da vida local. Ao mesmo tempo, poderá servir como ponto de referência para outros estudos que venham não só abordar a mesma problemática, como também outros aspectos, aqui, ligeiramente mencionados.

ANEXOS

ANEXO I Fazenda Melancia e Fazenda do Meio – informações gerais

QUADRO 1		
DEMONSTRATIVO DE SITUAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA		
	FAZENDA MELANCIA	FAZENDA DO MEIO
Nº MORADORES	21	175
UNID. FAMILIARES	11	38
PESS. APOSENT	7	17
IDADE MÉDIA CHEFES DE FAMÍLIA	58	42
Nº DE FILHOS QUE MORAM COM OS PAIS	7	89
NÚMERO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	10	19
TOTAL EM R\$ DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	2.680,00	4.495,00
REND.MÉDIO MENS. POR UNIDADE FAMIL. EM R\$	280,90*	177,76
REND. MENS. TOTAL EM R\$	3.090,00	6.755,00**
REND. PER CAPITA EM R\$	147,14	38,60
DESPESA MÉDIA MENS. POR UNID.FAM. EM R\$	235,00	159,73
Nº DE BOVINOS	65	45
Nº OVINOS	720	321
Nº CAPRINOS	665	368
Nº PORCOS	0***	87
Nº GALINHAS	83	213
Fonte: Pesquisa Direta realizada em abril de 2003.		
* Os dados relativos a rendimentos só eventualmente contabilizam receitas advindas da venda de animais, isso porque só o fazem em situações específicas ou em determinadas épocas do ano. Assim, também no item despesa mensal estão computados gastos com alimentação e remédio para os animais. Leve-se em conta que os filhos costumam indicar como renda dinheiro dado pelos pais para que efetuem suas feiras. Uma contabilidade acurada de rendimentos se torna muito difícil.		
** A diferença entre o volume de recursos provenientes de pensões e aposentadorias e o total de receita declarada pelos habitantes da Fazenda do Meio é de R\$ 2.260,00. As declarações que produziram esse dado, entretanto, se alimentam na expectativa de que uma empreiteira que atuou na coletividade efetuando trabalhos de melhoria		

habitacional volte a funcionar empregando as mesmas pessoas que ocupou por alguns meses.

*** Os moradores da Fazenda Melancia dizem que não criam porcos porque descobriram que eles transmitem doenças para os outros animais.

ANEXO II

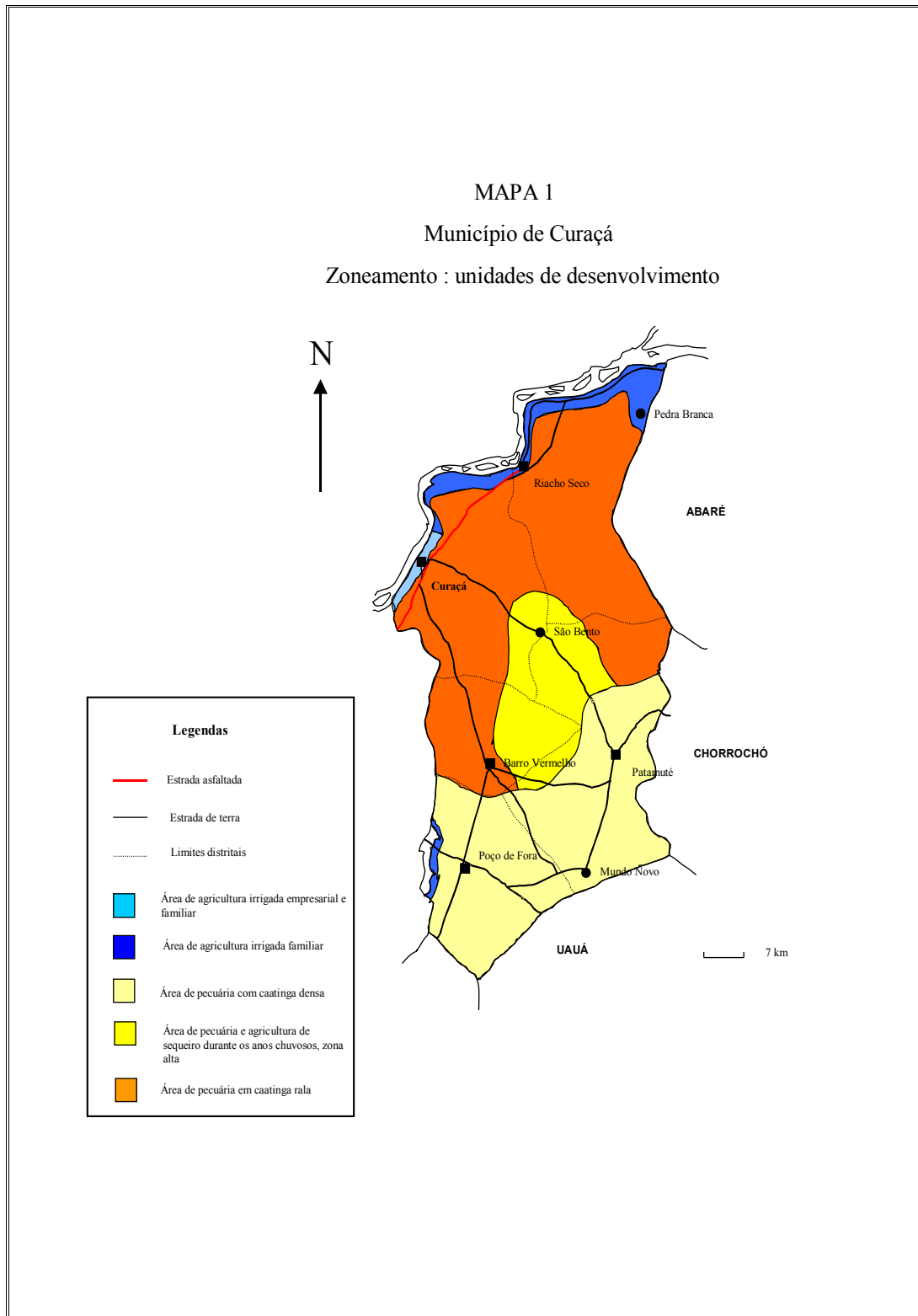
Demonstrativo da idade dos informantes

QUADRO 2			
Fazenda do Meio		Fazenda Melancia	
Idade	Sexo	Idade	Sexo
15	femin		
16	femin		
17	femin		
19	masc		
24	masc	24	masc
29	femin		
29	femin		
31	masc		
		38	masc
39	masc		
		40	masc
		42	masc
		46	masc
48	femin	48	masc
		50	masc
53	femin		
		55	masc
58	masc		
		62	masc
		64	masc
67	masc	67	femin
		69	femin
71	femin	71	femin
74	masc		
		75	femin
		76	masc
		81	masc
82	femin		
83	masc		

ANEXO III
Curaçá: População do Município

QUADRO 3 População do município de Curaçá segundo sua localização						
Localização	Nº Prédios	%	Nº Moradores	%	Área km²	% da área do município
Curaçá*	2.217	21,2	8.868	24,6%		
Riacho Seco**	480	4,59	1.451	4,0%		
Patamuté	215	2,05	389	1,1%		
Barro Vermelho	163	1,55	242	0,7%		
Poço de Fora	270	2,58	1.120	3,1%		
Mundo Novo	119	1,1	220	0,6%		
Pedra Branca**	231	2,2	684	1,9%		
São Bento	70	0,66	268	0,7%		
Projeto Pedra Branca***	997	9,53	3.426	9,5%	110 km ²	1,7
Margem do rio até três km, excluída a população urbana.	2.110	20	6.733	18,7%	360 km ²	5,6
Caatingas após três km do rio, excluindo povoados e sedes de distrito.	3.583	34,12	12.671	35,1%		
<i>Total</i>	<i>10.455</i>	<i>99,58</i>	<i>36.072</i>	<i>99,9%</i>	<i>6.449,3 km²</i>	<i>100</i>
Fonte: FUNASA - Fundação Nacional de Saúde - Relação de Localidades - 2002 - Curaçá - Ba.						
* Sede do município, situada às margens do rio.						
** Sede de distrito e povoado localizado às margens do rio.						
*** Área exclusiva de agricultura irrigada situada a 10 km da margem do rio.						

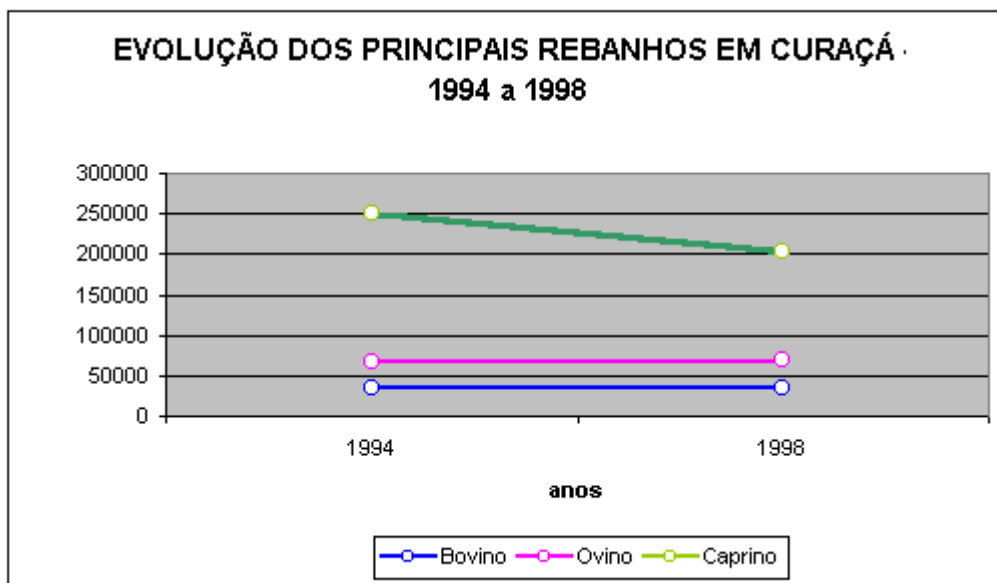
ANEXO IV
Mapa do município Curaçá



Fonte: Embrapa – Unidade do Semi-Árido – Petrolina-PE.

ANEXO V

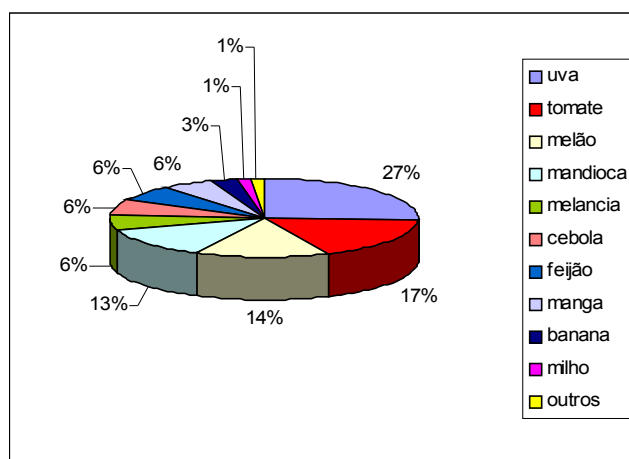
Curaçá: evolução do rebanho caprino, ovino e bovino



Fonte IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000

ANEXO VI

Valor da produção - 1998



Fonte - IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM) 1998

ANEXO VII

TRANSCRIÇÃO

Capim Grosso, 27 de janeiro de 1899.

Extrato para registro de terras
Nome dos registrantes.

Jerônimo Coelho Aquino, Anna Catharina Jacome Brandão, José dos Santos Torres Filho, e João Chrispiniano Coelho Brandão.

Denominação da situação e seu valor.

Sítio <Carahybas> encravado nas terras da fazenda Melancia, deste termo de Curaçá da Comarca de Joaseiro, no valor de quatrocentos e oitenta mil réis.

Origem da possessão.

Por Herança.

Área cultivada e espécie da cultura.

Seis mil metros quadrados, com proporções para lavrar o milho e feijão, e superior ainda para criação de qualquer espécie.

Bemfeitorias existentes e seus valores estimativos.

Uma casa de telha com duas janellas e uma porta na frente, pertencente ao registrante Jerônimo Coelho de Aquino no valor de quatrocentos mil réis, trez currais no valor de 60 mil réis pertencente a registrante Anna Catharina Jácome Brandão, e uma cassimba com água nativa no valor de trezentos mil réis, pertencentes aos quatro registrantes.

Demais características da situação.

Seis mil metros quadrados, limitando-se para o Poente no riacho de Curaçá, com os terrenos da fazenda Genipapo, ao Norte com a fazenda Chiquichiqui, para o Nascente com as terras da fazenda Brejo ou Jaquinicó servindo de marco a malhada da ponta da serra, e para o Sul com as terras da fazenda Bangüê e Cacimba da Torres – É banhado pelo correjo Panacú, pelo córrego da Carahybinha e pelo grande córrego do Curaçá do Sul ao Poente, que serve de limites,

Capim Grosso 20 de janeiro de 1899.

Jerônimo Coelho de Aquino
João Chrispiniano Coelho Brandão
José dos Santos Torres Filho
Anna Catharina Jacome B.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano. (1988), *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. São Paulo, Editora Itatiaia Ltda.
- ANDRADE, Manuel Correia de. (1983), *Tradição e Mudança – A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- _____(1986), *A terra e o Homem no Nordeste*. 5ª edição, São Paulo, Editora Atlas S.A
- AQUINO, Élson Torres de. (s.d), *Árvore Genealógica – Família COELHO DE AQUINO*. s.e.
- ARAÚJO, Heitor. (1953), *Vinte Anos de Sertão*. Salvador, s.e.
- ARRUDA, Gilmar. (2000), *Cidades e Sertões – Entre a história e a memória*. Bauru, Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- BOSI, Ecléa. (2001), *Memória e Sociedade – lembranças de velhos*. 9ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- BOUDON, R; BOURRICAUD, F. (2000), *Dicionário Crítico de Sociologia*. 2ª edição, São Paul, Editora Ática.
- CALMON, Pedro. (1983), *História da Casa da Torre*. Salvador, Fundação Cultural da Bahia.
- CANCLINI, Nestor Garcia. (2000), *Culturas Híbridas*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. 3ª edição, São Paulo, Edusp.
- CÂNDIDO, Antônio.(2001), *Os Parceiros do Rio Bonito*. 9º edição, São Paulo, Editora Duas Cidades / Editora 34.
- CAVALCANTI, J. S. Barbosa. (1999), “*Globalização e Processos Sociais na*
- Dissertação de Mestrado
- Esmeraldo Lopes

- Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco*”, IN: J.S.B Cavalcanti (Org) *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente, Mudança Sócio-Econômica em Regiões Frutícolas para Exportação*. Recife, Editora Universitária – UFPE.
- CHILCOTE, Ronald H. (1991), *Transição Capitalista e Classe Dominante no Nordeste*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- COSTA, F. A. Pereira da. (1983), *Anais de Pernambuco*. Recife, Fundarpe.
- DURKHEIM, Émile. (1999), *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert. (1993), *O Processo Civilizador – Formação do Estado e Civilização*. V. 2. Rio de Janeiro, Zahar Editora.
- FREIRE, Felisbello. (1906), *História Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C.
- FREIRE, Gilberto. (1981), *Sobrados e Mucambos*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Iúmpio.
- GEERTZ, Clifford. (1989), *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- GIDDENS, Anthony. (1990), *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, UNESP.
- _____ (1995), *Modernidade Reflexiva*. São Paulo, UNESP
- GODOI, Emília Pietrafesa de. (1999), *O Trabalho da Memória – cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- HALBWACHS, Maurice. (1990), *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Leon Schaffter, São Paulo, Editora Vértice.

- HALL, Stuart. (2001), *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 6ª edição, Rio de Janeiro, DP & A Editora.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (1997), *A Invenção das Tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 2ª edição, São Paulo, Paz e Terra.
- LINS, Wilson. (1983), *O Médio São Francisco – uma sociedade de pastores e guerreiros*. São Paulo, Brasiliense.
- LOPES, Esmeraldo. (2000), *Caminhos de Curaçá*. Petrolina, s.e.
- (1997), *Opara – Formação Histórica e Social do Submédio São Francisco*. Petrolina, s.e.
- MARTINS, José de Souza. (2000), *A Sociabilidade do Homem Simples – Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Paulo, Hucitec.
- (2000). *O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural*. IN: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 15, Contents.
- (1986), *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, Editora Hucitec.
- MARTINS, Paulo Henrique. (2001), *A Sociologia de Marcel Mauss e sua utilidade teórica*. IN: *GT: O paradigma da dádiva e as ciências sociais no Brasil*. ANPOCS, XXV – reunião anual, Caxambu.
- MATTOS, João. (1926), *Descrição Histórica e Geográfica do Município de Curaçá*. Salvador, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.
- NANTES, Martinho de. (1979), *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. São Paulo, Brasiliense.
- Dissertação de Mestrado
- Esmeraldo Lopes

- NEVES, Delma P. (1999), *O Econômico e o Familiar: Interdependências, Potencialidades e Constrangimentos. IN: Agricultura Familiar – Desafios para a sustentabilidade*. EMBRAPA.
- NORA, Pierre. (1981), *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. IN Projeto História. Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, PUC.
- ORTIZ, Renato. (2001), *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PIERSON, Donald. (1972), *O Homem no Vale do São Francisco*. Tradução de Maria Aparecida Medeira Kerberg (Tomo I) e Ruy Jungmann (Tomo II e III). Rio de Janeiro, Ministério do Interior – Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE).
- GODOI, Emília Pietrafesa de. (1999), *O Trabalho da Memória – cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas, Editora da Unicamp.
- SÁ, Celso Pereira de. (2000), *Representações Sociais e Memória Coletiva de um Acontecimento Remoto. IN LEMOS, M. T. T. B.; MORAIS, N. A.; PARENTE, P. A. L. (Org), Memória e Identidade*. Rio de Janeiro, 7 Letras
- SAMPAIO, Teodoro. (1955), *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Salvador, Livraria Progresso Editora Ltda.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. (1929), *Pernambuco e o São Francisco*. Recife, Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco.
- _____(1951), *Documentos Históricos sobre a Comarca do São Francisco*. Recife, Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (2001), *A ruralidade no Brasil moderno*.
Dissertação de Mestrado Esmeraldo Lopes

Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. IN Uma Nueva Ruralidad em América Latina? (Org) Norma Giarracca. Buenos Aires, CLACSO.

WILLIAMS, Raymond. (2000), *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*.

Tradução de Paulo Henrique Brito. São Paulo, Companhia das Letras.

Atlas e Relatório do Rio São Francisco – Levantado por Ordem de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II. 1860. Rio de Janeiro.

IBGE – Censo Agropecuário, 1996.

IBGE – Censo Demográfico – 2000.

IBGE: Sinopse Estatística. 1948. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SEBRAE-BA - Perfil Empresarial de Curaçá, 1999.